



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE HUMANIDADES, ARTES E CIÊNCIAS
Programa de Pós-graduação em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade
Rua Barão de Jeremoabo, s/n, Ondina – CEP 40.170-115, Salvador, Bahia
eisu@ufba.br | www.eisu.ihac.ufba.br

ERIKA SALES MOUTINHO LEONE

**VIVÊNCIAS DE ESTUDANTES NÃO-BINÁRIES NA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA BAHIA**

SALVADOR
2024

ERIKA SALES MOUTINHO LEONE

**VIVÊNCIAS DE ESTUDANTES NÃO-BINÁRIES NA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA BAHIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Estudos Interdisciplinares Sobre a Universidade, da Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Mestra em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade.

Linha de pesquisa contemplada: Formação acadêmica, saúde e qualidade de vida na universidade.

Orientador: Prof. Dr. Gabriel Ribeiro

Co-orientador: Prof. Dr. Gilian Leandro de Queiroga Lima

**SALVADOR
2024**

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI/UFBA),
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Leone, Erika S. Moutinho
VIVÊNCIAS DE ESTUDANTES NÃO-BINÁRIES NA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA / Erika S. Moutinho
Leone. -- Salvador/BA, 2024.
119 f.

Orientador: Gabriel Ribeiro.
Coorientador: Gilian Leandro de Queiroga Lima.
Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em
Estudos Interdisciplinares Sobre a Universidade) --
Universidade Federal da Bahia, Instituto de
Humanidades, Artes & Ciências Professor Milton
Santos, 2024.

1. não-binário. 2. não-binárie. 3. universidades.
4. vivências. 5. gênero queer. I. Ribeiro, Gabriel.
II. Lima, Gilian Leandro de Queiroga. III. Título.

ERIKA SALES MOUTINHO LEONE

VIVÊNCIAS DE ESTUDANTES NÃO-BINÁRIES NA UNIVERSIDADE FEDERAL
DA BAHIA

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do grau de Mestre em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade, do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências da Universidade Federal da Bahia.

Aprovada, em 18 de novembro de 2024.

Banca examinadora



Documento assinado digitalmente

PATRICIA PETINGA SILVA
Data: 18/11/2024 11:23:58-0300
Verifique em: <https://validar.jf.gov.br>

Profa. Dra. Patrícia Petinga Silva(UFBA)



Documento assinado digitalmente

IZAURA SANTIAGO DA CRUZ
Data: 18/11/2024 18:34:00-0300
Verifique em: <https://validar.jf.gov.br>

Profa. Dra. Izaura Santiago da Cruz(UFBA)



Documento assinado digitalmente

ANA CRISTINA NASCIMENTO GIVIGI
Data: 18/11/2024 11:12:07-0300
Verifique em: <https://validar.jf.gov.br>

Profa. Dra. Ana Cristina Nascimento Givigi(UFRB)

Dedico este trabalho a todas/todes/todos
estudantes que sonham em ingressar em uma
universidade pública, gratuita, de qualidade,
segura e acolhedora.

AGRADECIMENTOS

Sinto muito, perdoe-me, eu te amo, sou grata

Ao Divino Criador, Deus, pela regência de tudo que está ao meu redor.

À minha família: meus pais, Rubens e Alda, meu esposo, Marcelus, minhas filhas, Maria Esther e Maria Esperanza, minhas afilhadas Lara Marcelle e Maria, meu irmão, Rubens Filho, minha cunhada Gisele, meu cunhado Vitor, meu sogro Marco e minha sogra Heloísa e, especialmente, à minha irmã-irmã, Roseli, minha maior incentivadora e inspiração.

Aos meus orientadores, Prof. Dr. Gabriel Ribeiro e Prof. Dr. Gilian Queiroga, por não terem soltado a minha mão, pela paciência, pelo cuidado e pela parceria.

Ao PPGEISU, professores e colegas, em especial, Prof^a Dra. Thereza Coelho e Felipe Fontes.

À Creche UFBA, pela oportunidade do afastamento por seis meses para me dedicar à pesquisa, às/aos colegas pelas trocas e aprendizados, em especial, ao Coordenador Geral, Jaime Praseres, pelo apoio, dicas, incentivo e à Prof^a. Dra. Ana Lucia Soares pela primeira leitura.

Ao BrechóEcoSolidário por ter me apresentado o mundo acadêmico e à rede internacional *Dialogues em humanité*, à Prof^a. Dra. Débora Nunes, por acreditar em mim, e especialmente, à Vivina Machado, por ter me auxiliado quando a escrita parecia estar retida.

Às professoras da banca examinadora, Prof^a. Dra. Patrícia Petitinga, Prof^a. Dra. Izaura Cruz Prof^a. Dra Ana Cristina Givigi que aceitaram oferecer generosamente contribuições ao estudo.

Às/es/aos estudantes que participaram das entrevistas e tornaram o estudo possível.

Vida, surpreenda-me!

*Se va enredando, enredando
Como en el muro la hiedra
Y va brotando, brotando
Como el musguito en la piedra
Como el musguito en la piedra, ay, sí, sí, sí¹*

¹ Trecho da música *Volver a los diecisiete* de Violeta Parra, 1966

LEONE, Erika Sales Moutinho. **Vivências de estudantes não-binários na Universidade Federal da Bahia**. 119 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade) - Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2024.

RESUMO

Este estudo apresenta a condição de estudantes não-binários por duas vias distintas. Em um primeiro momento, foi realizada uma pesquisa exploratória por meio de revisão integrativa da literatura com o objetivo de compreender a vivência de estudantes não-binários em universidades. A metodologia consistiu na busca de artigos científicos na base de dados *Web of Science* com a utilização de descritores capazes de abranger a multiplicidade de termos empregados em trabalhos acadêmicos sobre a população não-binária. Foram analisadas as múltiplas nomenclaturas atribuídas a esta população bem como as experiências das/des/dos estudantes nos espaços da universidade de países como Canadá, Austrália e EUA, mostrando como a perspectiva heterocisnormativa interfere na afirmação de gênero e na sensação de segurança no *campus*. O outro momento da pesquisa, que se configurou como uma investigação empírica qualitativa com incursão em campo, na realidade brasileira, objetivou responder à pergunta que norteou todo o trabalho: como se dão as vivências de estudantes não-binários na Universidade Federal da Bahia? Para tanto, o percurso metodológico foi trilhado a partir de entrevistas semiestruturadas, sendo a análise e interpretação dos dados realizada a partir dos pressupostos teóricos da Análise de Conteúdo e suporte analítico-teórico das perspectivas feministas, transfeminista e da teoria *queer*. Enquanto no âmbito internacional as/es/os estudantes declararam ter medo de relatar as experiências negativas relacionadas ao heterossexismo na universidade, no contexto brasileiro a maioria das/des/dos estudantes afirmaram não ter confiança na solução das denúncias ou mesmo desconhecer onde denunciar, no caso da existência de violência. Por outro lado, a pesquisa evidencia que a universidade é fonte potencial de emancipação destes estudantes e, também, aponta para a necessária atualização de práticas administrativas nesta instituição.

Palavras-chave: não-binário; não-binária; universidades; vivências; gênero *queer*.

LEONE, Erika Sales Moutinho. **Experiences of non-binary students in University Federal of Bahia**. 119 f. Dissertation. (Master in Interdisciplinary Studies on the University) - Institute of Humanities, Arts and Sciences Professor Milton Santos, University Federal of Bahia, Salvador, 2024.

ABSTRACT

This study presents the condition of non-binary students in two distinct ways. First, exploratory research was conducted through an integrative literature review with the aim of understanding the experiences of non-binary students in universities. The methodology consisted of searching for scientific articles in the Web of Science database using descriptors capable of covering the multiplicity of terms used in academic works on the non-binary population. The multiple nomenclatures attributed to this population were analyzed, as well as the experiences of students in university spaces in countries such as Canada, Australia and the USA, showing how the heterocisnormative perspective interferes with gender affirmation and the feeling of safety on campus. The other moment of the research, which was configured as a qualitative empirical investigation with incursion into the field, in the Brazilian reality, aimed to answer the question that guided the entire work: how are the experiences of non-binary students at the Federal University of Bahia? To this end, the methodological approach was based on semi-structured interviews, with data analysis and interpretation being carried out based on the theoretical assumptions of Content Analysis and the analytical-theoretical support of feminist, transfeminist and queer theory perspectives. While internationally, students reported being afraid to report negative experiences related to heterosexism at university, in the Brazilian context, most students reported not having confidence in the resolution of complaints or even not knowing where to report violence. On the other hand, the research shows that the university is a potential source of emancipation for these students and also points to the need to update administrative practices at this institution.

Keywords: non-binary; universities; gender diverse; experiences; gender queer

LISTA DE QUADROS

Capítulo 1 – Capítulo de livro

Quadro 1 - Caracterização do <i>corpus</i> de análise mobilizado na revisão integrativa	41
---	----

Capítulo 2 – Artigo

Quadro 1 – Roteiro de entrevista semiestruturada	69
Quadro 2 – Demonstração sintética das 194 unidades de registro identificadas	71
Quadro 3 – Eixos temáticos e categorias iniciais	71
Quadro 4 – Categorias empíricas iniciais e categorias finais do estudo.....	72
Quadro 5 – Opinião das/des/dos estudantes sobre a percepção da universidade como instituição inclusiva no sentido de reconhecer a população não-binária	99

LISTA DE SIGLAS

ANTRA	Associação Nacional de Travestis e Transexuais
CAAE	Certificado de Apresentação de Apreciação Ética
CAE	Conselho Acadêmico de Ensino
CONSUNI	Conselho Universitário
EUA	Estados Unidos da América
ICI	Instituto de Ciência da Informação
IHAC	Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos
LGBTI	Lésbica, Gay, Bissexual, Transexual e Intersexual
LGBTQIAPN+	Lésbica, Gay, Bissexual, Transexual, Transgênero, Travesti, <i>Queer</i> , Intersexual, Assexual/Agênero, Pansexual, Não-binária e mais
PROAE	Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assuntos Estudantis
PPGEISU	Programa de Pós-Graduação Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
ONG	Organização Não-Governamental
ONU	Organizações das Nações Unidas
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TGEU	<i>Trans Europe and Central Asia</i>
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UMa	Universidade da Madeira
UFS	Universidade Federal de Sergipe

LISTA DE SÍMBOLOS

- ... Indica que a/e/o entrevistado utilizou-se de linguagem não-verbal na entrevista.
- /.../ Reticências entre duas barras indicam que houve corte de trechos das falas.
- (+) Indica que houve pausas pequenas nas falas.

SUMÁRIO

1	CONSIDERAÇÕES INICIAIS	15
1.1	APRESENTAÇÃO – QUEM PODE FALAR SOBRE QUEM?	15
1.2	A NÃO-BINARIEDADE EM PERSPECTIVA	20
1.3	ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DA DISSERTAÇÃO	26
	REFERÊNCIAS	32
	A PESQUISA	37
2	VIVÊNCIAS DE ESTUDANTES NÃO-BINÁRIOS EM UNIVERSIDADES: UMA REVISÃO INTEGRATIVA.....	37
2.1	INTRODUÇÃO	36
2.2	SOBRE O PERCURSO METODOLÓGICO	39
2.3	CONSIDERAÇÕES SOBRE O <i>CORPUS</i> DE ANÁLISE	41
2.4	ENTRE SIGLAS E MUITO MAIS: (IN) DEFINIÇÕES DA POPULAÇÃO NÃO-BINÁRIA	45
2.5	NAVEGAÇÃO, CLIMA E SEGURANÇA NO <i>CAMPUS</i>	48
2.6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
	REFERÊNCIAS	52
3	RECORTES DA NÃO-BINARIEDADE NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA: ENTRE SOBRE(VIVÊNCIAS) E RESISTÊNCIAS	59
3.1	INTRODUÇÃO	60
3.2	CENÁRIO E DESAFIOS PARA A POPULAÇÃO ESTUDANTIL NÃO-BINÁRIE.....	64
3.3	PERCURSO METODOLÓGICO	66
3.4	VIVÊNCIA NA UNIVERSIDADE ENQUANTO ESTUDANTE NÃO-BINÁRIE	73
3.5	ASPECTOS ESTRUTURAIS E ESTRURANTES DA UNIVERSIDADE EM RELAÇÃO ÀS/ES/AOS ESTUDANTES NÃO-BINÁRIES	84
3.6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	103
	REFERÊNCIAS	105
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	112

APÊNDICE A: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	114
APÊNDICE B: Instrumento de Coleta da Dados – Roteiro de Entrevista	116
APÊNDICE C: Parecer Consubstanciado do CEP	118

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Nesta seção, faço uma apresentação sobre como me coloco à frente do tema desta pesquisa, aproveito para narrar como tais implicações influenciaram no alcance do objetivo de pesquisa. Em seguida, demonstro a estrutura e a organização deste trabalho.

1.1 APRESENTAÇÃO – QUEM PODE FALAR SOBRE QUEM?

O meu encontro com a temática “as vivências de estudantes não-binários na universidade” se deu após um período de reflexões, muitas dúvidas, algumas lágrimas, contudo com a certeza de que a contribuição deste trabalho valeria a pena por todo o esforço despendido.

Durante o percurso, questionei o meu “eu” enquanto “sujeito” e pesquisadora que se identifica como cisgênero, hétero, com a predominância do feminino. Uma das minhas inquietações pairava sobre o meu lugar de fala para abordar a população não-binária e até onde consigo falar sobre não-binariedade ou transgeneridade, sendo uma pessoa cisgênero.

A questão não era adentrar na discussão sobre a noção de sujeito, que é um campo vasto na literatura acadêmica e um tanto ambicioso para o recorte de uma apresentação. Porém, interessa-se me descobrir até que ponto os modelos hegemônicos a que tive acesso ao longo da vida falam sobre mim, como isso estaria refletido na pesquisa – e, também, como a sociedade precisa “encaixar” as pessoas em padrões para que estas sobrevivam às suas imposições ou nos modos de vida aos quais somos “sujeitados”. Enfim, de um jeito ou outro, questionei se nós somos livres realmente.

A ideia de liberdade, quando discutida sob a ótica da noção de sujeito em Morin (2003), por exemplo, inspira-nos a pensar que podemos perder nossa liberdade exterior quando numa prisão, porém a liberdade intelectual se mantém preservada. O autor argumenta que a liberdade implica tanto a capacidade intelectual de conceber e fazer escolhas quanto a oportunidade de colocar essas escolhas em prática no ambiente externo. Contudo, sugere que uma parte do sujeito é dependente e submissa e, por conta disso, realmente não sabe quando é livre verdadeiramente (Morin, 2003).

No entanto, permito-me ampliar essa compressão do filósofo francês para inserir as considerações feministas acerca dessa concepção complexa de sujeito, uma vez que muitos foram os atravessamentos relacionados à minha intimidade, à medida que progredi no estudo sobre o tema já que, assim como Teresa de Lauretis (2019, p. 148), minha condição pessoal de

ser mulher em termos sociais e políticos está em “constante revisão, reavaliação e reconceitualização”, transformando o entendimento sobre a realidade social, como fruto da conscientização de gênero. Especialmente porque cresci e me criei em um ambiente conservador, apesar de ser na família aquela que sempre questionou os padrões e se sentiu pertencente a outros “nós”, de maneira fluida e orgânica. Considerando as (des)orientações provocadas pela busca do meu autoconhecimento, entre calmarias e turbilhões, sigo adiante para encontrar o meu lugar.

Por certo que as múltiplas formas de opressão – de gênero(s), raça, classe etc. tornam as experiências diferentes para cada pessoa, de modo que quando me refiro a “nós” não se aproximará das vivências não-binárias, porém as fronteiras do “quem pode falar” tal como “quem está disposto a ouvir” também se aproximam da escassa representatividade de vozes feministas latino-americanas, por exemplo, que ao longo do tempo foram sobrepostas pela hegemonia norte global, já que me vejo também como uma pesquisadora latino-americana (Sardenberg, 2007).

Partindo disso, as minhas limitações enquanto pesquisadora se configuram apenas em uma parte, mas não no todo. Decerto que essa insuficiência se refere ao meu “eu”, enquanto pessoa cisgênero na abordagem do “nós” que compreende pessoas não-binárias, que é a população sobre a qual me debruço no estudo. Esse recorte, dentre uma comunidade tão ampla e diversificada, não afasta nem diminui meu interesse pela pauta LGBTQIAPN+ e as demais transidentidades. Contudo, a produção científica sobre a não-binariedade de gênero me motivou a pesquisar a temática e, em especial, sua presença no ensino superior em uma universidade pública outrora reconhecida como espaço elitista e excludente (Santos; Almeida Filho, 2008).

Segundo Djamila Ribeiro (2017), lugar de fala leva em consideração a diversidade de experiências, o que faz com que minha visão sobre a temática seja restrita ao meu lugar social de mulher cisgênero. Entretanto, a autora também nos apresenta a possibilidade de transcendência deste *locus* social, refutando a “visão essencialista de que somente o negro pode falar sobre racismo, por exemplo” (Ribeiro, 2017, p. 37). Vejo, portanto, este estudo como uma oportunidade de transcendermos este *locus* social com a possibilidade de problematizarmos a fronteira da legitimidade discursiva, sob a perspectiva pós-colonial, por exemplo, proposta pela teórica indiana Gayatri Spivak (2019), que nos alerta sobre os perigos de “se falar pelo outro”, mas também de criar espaços e condições de possibilidade para que o outro possa ser ouvido que, no caso, é a nossa intenção.

Nesse quesito, a contribuição de Paul Preciado, em sua obra *Manifesto Contrassexual*, também me proporcionou uma reflexão quando li o trecho que trata a abordagem de Deleuze

sobre a noção de “homossexualidade molecular” (Preciado, 2014, p. 173) para sugerir caminhos e esclarecimentos sobre o questionamento: “pode-se escrever sobre a homossexualidade sendo hétero?” (Preciado, 2014, p. 18).

Atenho-me, especificadamente, ao trecho em que Preciado (2014) apresenta argumentos sobre o discurso de Deleuze em que este filósofo francês considera viável abordar certos fenômenos de maneira transversal, sem necessariamente vivenciar a experiência real, da mesma forma como se pode viajar sem sair fisicamente do local. Ele afirma que é a partir das relações transversais que os efeitos são produzidos e não necessariamente por conta da pessoa ou da comunidade. A partir disso, Preciado (2014) pondera que para Deleuze a homossexualidade não alcança a identidade nem a essência como uma enunciação de um “nós” enquanto comunidade ou de um “eu” enquanto identidade. Neste ponto, Preciado (2014, p. 179) conclui que para Deleuze, a questão “não é tanto determinar quem pode pensar ou falar sobre o que, e sim como criar um conjunto de condições que permitiriam a todos e a cada um falar”. Este encontro com o pensamento de Preciado e Deleuze permitiu indicar que as minhas respostas estariam se firmando em um processo além de (auto)descoberta, também de transformação. De fato, o aporte analítico de Joan Scott (1998, p. 325) a respeito da interpretação das experiências nos indica que a experiência “não é a origem de nossa explicação, mas sim o que queremos explicar”. Nesse sentido, enquanto a experiência é uma forma de interpretar a realidade, ela não é uma compreensão final e completa, precisa de uma reflexão mais profunda para revelar todos os seus significados.

Larrosa (2002) propõe que existem várias formas de se adquirir conhecimento, acessar informações, conhecer diferentes saberes que não necessariamente transformam o sujeito, uma vez que o saber adquirido por meio da experiência difere do saber da informação, considerando que para o autor, experiência é aquilo que nos passa e, por nos passar, nos transforma. A experiência é única a cada sujeito, sendo que o sujeito da experiência “é um sujeito aberto a sua própria transformação” (Larrosa, 2011, p. 7). Neste caso, assim me vejo: uma pesquisadora em transformação.

Questionei o meu “eu” e o meu lugar de fala, afinal os protagonistas desta história são claros e evidentes. Existe uma luta permeada por dores e por conquistas que precisam ser mostradas por aquelas/lus/les que estão na linha de frente. São as verdadeiras vozes e dão sentido ao estudo, pois falam das suas experiências particulares. Lembro o que diz Scott (1998, p. 320): “[os] sujeitos, são, de fato, agentes”. Além disso, a experiência pode tanto confirmar o que já é conhecido quanto desafiar e perturbar o que parecia óbvio, considerando que “aprender

com a experiência” pode ter caminhos distintos: “nem todos aprendam, ou aprendam da mesma forma ou ao mesmo tempo” (Scott, 1998, p. 320).

Nesse sentido, o papel da linguagem se consolidou como um aprendizado relevante a partir da convivência com as/es/os estudantes. As descobertas em torno da relação entre a linguagem oral e a escrita se tornaram parte do processo de investigação, ampliando a percepção em se utilizar a linguagem como instrumento desafiador e contrário a discursos hegemônicos e estigmatizantes ou, como colocado pelas/pelus/pelos estudantes, uma forma de posicionamento político. O professor e linguista *queer* Rodrigo Borba nos mostra que a linguagem se torna um espaço onde os sistemas de poder são tanto reafirmados quanto subvertidos, permitindo a construção e a contestação de normas sociais, seja em textos orais ou escritos (Lau; Borba, 2019). Com isso, este estudioso apresenta a linguística *queer* como fonte de estudo da “desessencialização e desontologização² da relação entre linguagem e identidades sociais” (Borba, 2015, p. 102).

Após a devida aprovação pelo Comitê de Ética, o título da pesquisa outrora considerado, Vivências de estudantes não-binários na Universidade Federal da Bahia, foi alterado para a versão em linguagem inclusiva, Vivências de estudantes **não-bináries** (grifo nosso) na Universidade Federal da Bahia, bem como a escrita em todo o texto com a demarcação de gêneros a/e/o, necessariamente, nesta ordem.

Assim, diante das minhas experiências enquanto mãe e servidora da Creche UFBA, núcleo vinculado à Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil – PROAE, sinto-me também como “sujeito” e pesquisadora capaz de criar condições para transcender um novo espaço de escuta por meio desta pesquisa. Com base nisso, para a construção desta pesquisa, tenho como referencial inicial a tese de doutorado de Matos (2022), que trata sobre “cisnormatividade e presenças trans em universidades públicas da Bahia”. Nela, a autora narra as dificuldades e limitações que encontrou na realização da pesquisa por ser cisgênero e realizar um estudo sobre pessoas trans em espaços de ensino.

A partir desse ponto, assumindo que a cisnormatividade coloca Matos (2022) e a mim sob o mesmo ponto de inflexão, ousou parafrazeá-la: “eu não estou a falar por ninguém, sou alguém que estuda gênero, que se aproxima das temáticas sobre pessoas trans, se solidariza e

² Borba (2015) desenvolve sua abordagem discursiva a partir da relação entre a linguagem e a sexualidade considerando o arcabouço teórico-metodológico da Teoria *Queer*. Segundo ele, desafio teórico-metodológico para o ensino de línguas está na indissociação entre língua e o discurso, onde a língua não têm meras funções representativas ou descritivas, mas sim produtoras de sentidos (Lau; Borba, 2019).

quis fazer um trabalho com elas e não sobre elas.” (Matos, 2022, p. 16). Assim como Matos (2022), não tenho nenhuma pretensão de querer representar algo que não sou.

Sigo essa jornada sabendo que a cisnormatividade ou a cisgeneridade³ me colocam em um lugar adverso ao da não-binariedade, pois até aqui minha vida foi imbuída de estímulos e projeções que me prendem ao feminino dominante. Contudo, sigo disposta a “descolar-me” desse “meu eu” para mergulhar junto com tanto outras/es/os autoras/ies/es, pesquisador/as/ies/res e estudantes para descobrir um pouco mais do universo da transgeneridade, da não-binariedade e torná-lo acessível, de forma a enriquecer o debate sobre o tema e agregar força à luta LGBTQIAPN+, ampliando a representação das pessoas a partir deste estudo.

Aproveito para admitir que tinha imaginado escrever um projeto que tratasse sobre casos de violência no ambiente universitário, por isso apresentei à banca de ingresso ao programa de mestrado o anteprojeto sob título “Exorsexismo e a população não-binária nas ações afirmativas à luz do programa Pro-Diversidade da UFBA”. O exorsexismo é o termo usado para descrever o preconceito e a discriminação dirigidos a pessoas não-binárias (Galvão, 2023), contudo algumas dificuldades para a estruturação do projeto e coleta de dados, que envolveram, principalmente, acesso aos dados sobre as violências das/des/dos estudantes na universidade, me fizeram recalcular a rota. Na minha atual condição de pesquisadora, percebo o quanto a temática da violência exigiria cuidado e sensibilidade, que talvez a minha inexperiência à época compromettesse o andamento da pesquisa e, quiçá, a minha própria saúde.

De todo modo, a adaptação do projeto de pesquisa não somente alterou as perspectivas sobre o trabalho como também me injetou ânimo para seguir em frente. Os enfrentamentos experienciados pela população não-binária na sociedade me mobilizaram a descobrir o panorama das suas vivências no contexto universitário. Portanto, sinto-me implicada enquanto pesquisadora, a partir da visão de servidora técnica-administrativa, lotada na PROAE, cuja função principal é oferecer apoio e assistência aos estudantes e coordenar projetos de ações afirmativas, além de tantos outros objetivos. Mesmo estando em exercício na Creche UFBA – uma unidade executiva da PROAE, que atua no desenvolvimento educacional e biopsicossocial de bebês e crianças bem pequenas, na faixa etária de 04 meses a 03 anos e 11 meses, filhas, filhos e filhos de docentes, servidores técnicos-administrativos e estudantes –, percebi, desde então, a necessidade de ampliar o diálogo institucional que verse sobre diferenças e

³ Entendidas enquanto normatividade cisgênera que abarca as pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi determinado no nascimento/socialmente (Vergueiro, 2015; Jesus, 2013).

reconhecimento de identidades e questione o padrão binário hegemônico no ambiente educacional.

1.2 A NÃO-BINARIEDADE EM PERSPECTIVA

Tomamos a liberdade de apresentar a terminologia “gêneros”, no plural, por entender que não estamos falando de um único referencial, ou seja, estamos nos referindo à autoridade epistêmica de múltiplas vozes que problematizam o pensamento binário relacionado a gêneros, dentre as quais se encontram as pessoas não-binárias (Sardenberg, 2007). Isso vai ao encontro de uma epistemologia que se coloca contra a normalização, como a Teoria *Queer*, por também questionar “noções clássicas de sujeito, de identidade, de agência, de identificação” (Louro, 2001, p. 547).

Colocamos isso em destaque devido ao fato de o termo gênero, no singular, integrar hegemonicamente os debates sobre a temática, além de evidenciar situações em que a linguagem exerce poder de representação política e pela flexibilidade e complexidade que o conceito sugere. Inclusive nos desafios gramaticais e sintáticos na tradução em inglês de “gender” (monolinguismo) como elemento crucial para os estudos em um contexto global (Butler, 2018; 2024).

Enquanto posicionamento político-discursivo, existe o interesse em afastar a adoção monolítica das subjetividades de gêneros. Fazemos isto a partir do entendimento do *lócus* fraturado como um espaço de identidade que é fragmentado, especialmente no contexto colonial, onde as subjetividades colonizadas resistem à imposição de uma única lógica ou definição de si mesmas (Lugones, 2014). Apoiado nisso, a fratura do *lócus* indica a pluralidade de vivências e perspectivas que são possíveis de serem reconhecidas, especialmente nas dinâmicas sociais que desafiam o apagamento dessas subjetividades.

A ideia não é “inventar” uma nova nomenclatura de forma pretensiosa frente à força das/os grandes teóricas/os que abordam a temática, mas propor uma crítica, um afronte, um enfrentamento ao movimento antigênero⁴ que, dentre outros retrocessos, se recusa a reconhecer a existência de pessoas trans e não-binárias. Butler (2024) questionou quem, ou o quê, teme as discussões de gêneros e como esse medo é instrumentalizado para anular avanços conquistados pelos movimentos sociais. Tal movimento questiona a produção e a disseminação de conhecimentos científicos sobre gêneros.

⁴ Butler (2024) explica que se incluem as pessoas que interpretam o gênero como uma “ideologia”.

Como mensagem final, Butler (2024) sugere a formação de coalizões, mesmo em meio a encontros antagônicos, em prol de uma agenda conjunta para derrota das forças opressivas. Isso inclui, também, uma proposta de ruptura da linguagem, pois a “resistência à colonialidade de gênero é também vivida linguisticamente na tensão da ferida colonial” (Lugones, 2014, p. 945).

Trazemos como proposta a *não-binariedade em perspectiva* em menção à Haraway (2009), como exercício inicial de análise, a partir da reflexão da ativista transfeminista Jaqueline Gomes de Jesus. Esta afirmou que as guerras de pensamento não ocorrerão nas universidades⁵ e lançou a seguinte indagação: “os autores acadêmicos que abordam o conceito de gênero o trabalham a partir da vidência. Mas quem não enxerga, como vive e pensa o gênero?” (Jesus, 2016, p. 228).

Dessa ideia, identificamos que a autora valoriza as múltiplas fontes de conhecimento e problematiza a Universidade como espaço privilegiado do pensamento científico que, “frequentemente, afirma que só há uma forma possível de falar, de dizer, de se expressar cientificamente” (Jesus, 2016, p. 223) e, portanto, sugere a dissidência. Além disso, ao trazer a visão, uma percepção sensorial do corpo humano, coloca em questão a ideia do gênero como imagética – imagem construída – leitura social, amparada no entendimento de Butler (2018), que analisa o gênero como um construto cultural com caráter performativo que varia a depender do contexto social onde se está inserida/e/o.

Nesse jogo dialético, Haraway (2009, p. 18) oferece contribuições para a metáfora da visão, principalmente ao apresentar que “a visão pode ser útil para evitar oposições binárias”, mostrando, assim, que esse sentido corpóreo é usado historicamente na ciência, tecnologia e sociedade como um sentido “objetivo”, que permite observar o mundo de maneira neutra e imparcial. No entanto, a autora argumenta que a visão é corporificada e localizada, ou seja, ligada a uma posição específica no corpo e na experiência de quem vê. Desta forma, a crítica se faz sobre a visão “descorporificada” que foi associada ao olhar masculino, colonialista e supremacista, que se apresenta como um poder de ver tudo sem ser visto, de representar sem ser representado, encarado como forma de dominação, que permite o controle e a exploração do mundo natural e social por meio da tecnologia, como câmeras, satélites e microscópios, que parecem oferecer uma visão infinita e imparcial (Haraway, 2009).

⁵ A autora participou, em setembro de 2015, de uma mesa-redonda denominada “Processos de criação sob perspectivas de dissidências”, no II Seminário Internacional Desfazendo Gênero: ativismos das dissidências sexuais e de gênero, em Salvador/Ba o qual deu origem ao texto.

Com base nisso, uma nova concepção de visão e objetividade surge, corporificada, localizada e responsável, onde se reconhece a parcialidade e a limitação de todas as visões, favorecendo uma epistemologia onde o conhecimento é gerado a partir da perspectiva dos grupos subjugados. Embora não sejam “inocentes” ou isentas de crítica, oferecem uma visão mais completa e transformadora do mundo, justamente por serem mais conscientes das formas de negação e esquecimento a que esses grupos são submetidos (Haraway, 2009).

Segundo essa avaliação, o conhecimento em perspectiva é construído a partir de um contexto social, histórico e cultural específico, o que significa que ele não reflete uma “verdade” universal, mas que pode ser entendido a partir de diferentes perspectivas. Com isso, a autora defende o *feminismo perspectivista* como um saber alavancado para analisar a vida das mulheres e suas experiências, que na leitura feita por Sardenberg (2007, p. 17) significa “uma epistemologia enraizada nas desigualdades de gênero que se quer erradicar”.

Em inspiração, ousamos reformular uma reflexão tendo em perspectiva as experiências e as vivências das pessoas não-binárias, estigmatizadas como corpos dissidentes, partindo do campo da “cisheteronormatividade” para pensar os gêneros.

Faremos um recorte da cisheteronormatividade no ensino superior, uma vez que tem profundas implicações nas vidas das/des/dos estudantes e na sua formação profissional e cidadã. A cisheteronormatividade exclui os que não se encaixam em padrões de gêneros considerados tradicionais, limita a diversidade, cerceia as múltiplas expressões relacionadas à sexualidade e ao comportamento e influencia a forma como as pessoas são percebidas e tratadas.

Ao apontar que o corpo só ganha significado dentro do discurso e no contexto das relações de poder, Vergueiro (2015) enfatiza que o sistema⁶ sexo/gênero, ou seja, a cisgeneridade tem sua normalidade produzida por intermédio da naturalização sustentada em três traços, interdependentes, sendo eles: pré-discursividade, binariedade e permanência para os corpos e identidades de gênero.

Para Vergueiro (2015), a cisgeneridade⁷ inscreve a pré-discursividade na crença de que existem critérios objetivos e fixos que categorizam o sexo e o gênero das pessoas, desconsiderando suas autopercepções e os contextos interseccionais e socioculturais em que elas se encontram. A binariedade evidencia que a corporalidade, dita como “normal”, definiria os gêneros a partir de somente duas possibilidades: macho/homem e fêmea/mulher. Já a

⁶ Escrevemos “cistema” com a letra “c” em referência à normatividade cisgênera sobre os corpos e gêneros não conformes (Jesus, 2016).

⁷ Para Vergueiro (2015), a cisgeneridade caracteriza a normatividade de gênero – a cisnormatividade, ou normatividade cisgênera, naturalizando como verdades conceitos a respeito de corpos e suas vivências de gênero.

permanência está ligada à perpetuação dos padrões socioculturais dominantes que sugerem a congruência e permanência entre características corporais e identidades de gêneros ao longo da vida, ignorando as variabilidades e complexidades das experiências individuais.

Desse contexto, compreendemos que as imposições sexo-gênero(s), a partir da construção de “mulher” ligada ao feminino e “homem”, ao masculino, também se relacionam à dicotomia cis/trans, operacionalizada por aspectos normativos que depreendem como verdadeiras as vivências cis e abjetas, quaisquer “outras”. Assim, os conceitos segmentados no aspecto biológico, atinentes à lógica binária, encaminham desdobramentos das relações de poder sobre os corpos (Vergueiro, 2015).

Em análise, com inspiração foucaultiana, Vergueiro (2015) nos mostra que a distinção entre pessoas “naturais” (as cis) e as “não naturais” (as trans) parte do processo sociocultural pautado na “atribuição” de sexo. Esse processo sugere que o corpo não possui um sexo “significativo” até ser determinado e investido de uma ideia de sexo natural ou essencial por meio do discurso, a partir de distintos contextos.

Em outras palavras, a manutenção da ótica dos corpos em sexos diferentes, com aparências “naturais”, é o que fundamenta a heterossexualidade como matriz da diferença sexual e da inteligibilidade dos gêneros. Com isso, os corpos passam a adquirir a aparência de gênero mediante reiteradas repetições e interpretações das normas de gêneros ao longo do tempo. Isto posto, as costuras elaboradas pelas normas dão sentido à convicção de que “o corpo reflete o sexo, e o gênero só pode ser entendido, só adquire vida, quando referido a essa relação” (Bento, 2017, p. 85).

Em compensação, Bento (2017, p. 81) nos mostra que o corpo também se torna uma ameaça às verdades estabelecidas para os gêneros, atuando como um biopoder, como é o caso da experiência transexual, onde o “corpo é utilizado como manifesto, como um *locus* de produção de contradiscursos, de reinscritura à ordem do gênero”. Embora as normas de gênero sejam mantidas via repetição de atos que as expressam, são essas mesmas repetições que oferecem oportunidades para romper, subverter e transformar os gêneros (Bento, 2017).

É como também avalia Preciado (2010), ao considerar que as identidades sexual e de gêneros são construídas, logo podem ser “desconstruídas, reconstruídas, manipuladas, transformadas etc.” (Preciado, 2010, p. 4). O processo de construção citado por Preciado (2014) tem como exemplo a “reafirmação de gênero” por pessoas cisgênero, cujos esquemas reguladores são naturalmente aceitos. Mostra disso é o fácil acesso às cirurgias de implantação de prótese de silicone em mulheres e a harmonização facial em homens, com o objetivo de realçar a “feminilidade” e “masculinidade”, respectivamente.

Outro exemplo pode ser extraído dos casos que envolvem utilização de hormônios e fármacos por mulheres cis que consomem pílula anticoncepcional ou homens cis que usam Viagra. Nestas situações, tanto a pílula quanto o Viagra são entendidos como formas de controle da feminilidade e masculinidade, respectivamente e, portanto, controle de corpos. Contudo, estas pessoas permanecem ainda sob a ótica da “normalidade”, já que buscam ajustes dentro das normas aceitáveis, mesmo que utilizem estes hormônios ou fármacos que, em certa medida, promovem (trans)transformações nas suas corporalidades (Preciado, 2014; Butler, 2018).

Em contrapartida, a população trans, além de encontrar dificuldades burocráticas para sua concretização, quando se submetem a procedimentos biomédicos que envolvem hormônios e cirurgias para a redesignação genital⁸, são interpeladas, sob o julgamento de que estão no “corpo errado”, consideradas, portanto, aberrações (Preciado, 2014).

Preciado (2014) expande o debate ao propor que o uso de hormônios como a testosterona deve ser entendido não apenas como produção da transmasculinidade, mas como uma intervenção política que desafia as normas de gêneros. Para além da busca por uma masculinização (ou feminilização), nos processos de passabilidade⁹, o uso do hormônio pode ser visto como uma forma de resistência ao pensamento dominante permeado pelo “sentimento de transgressão dos limites do gênero” (Preciado, 2014, p. 514). Ele argumenta que essas transformações corporais são parte de um processo de resistência às normas cisheteronormativas, que restringem as experiências trans.

Contudo, uma abordagem mais crítica considera que a visibilidade e a inteligibilidade de uma pessoa trans não dependem exclusivamente dessas tecnologias de microcontrole, apontadas por Preciado (2014), já que não poderiam ser, universalmente, aplicáveis a todas as experiências de reconhecimento de gêneros, especialmente em contextos econômicos, culturais e sociais diversos (Duque, 2020). Isso também significa dizer que as complexidades da visibilidade e da inteligibilidade social de pessoas não-binárias são deslegitimadas tanto pela sociedade cisheteronormativa quanto, por vezes, dentro da própria comunidade trans, por não cumprirem os estereótipos de gêneros binários (Dantas, 2024).

A passabilidade como um regime de (in)visibilidade extrapola as fronteiras entre a proibição e a autorização, pois está imersa em um sofisticado controle social que define o que é considerado visível e inteligível, ou seja, o que é compreendido e aceito dentro das normas

⁸ Concordamos com Rodrigues (2023) quanto à denominação da cirurgia às quais as pessoas trans são submetidas, uma vez que é a aparência fisiológica da genitália que é modificada.

⁹ Duque (2020) expõe que a passabilidade indica como as subjetividades de gêneros são percebidas e reconhecidas pela sociedade.

sociais. Com isso, a passabilidade é o meio de navegação entre as regras não ditas que todas/todes/todos devem seguir, portanto uma exigência cisnormativa. Há quem veja a passabilidade como uma estratégia de resistência, ou como uma forma de reforçar as normas dominantes (Duque, 2020; Vergueiro, 2015).

O fato é que “a transfobia não se resolve com a passabilidade” (Dantas, 2024, p. 179). Uma vez que as experiências trans são plurais e complexas, a transfobia também irá se manifestar de forma diferente sobre cada corpo, contudo a régua cisgênera não deveria ser utilizada como métrica de exclusão e hierarquização dentro da própria comunidade trans (Dantas, 2024).

Talvez o nosso interesse não seja ampliar essa discussão para os contextos sociolinguísticos dos estudos da linguagem, contudo em se tratando de discursos dominantes e práticas excludentes, empregados pela cisheteronormatividade, não podemos deixar escapar que a linguagem pode ser utilizada para moldar ou (des)construir as identidades, principalmente as construções discursivas materializadas por repetição e, portanto, normalizadas (Borba, 2015; Butler, 2014).

Apresentamos como exemplo a estrutura linguística e gramatical que acomoda o sentido ontológico em um formulário que pergunta “qual é o seu gênero?”. Butler (2021) nos esclarece que por trás desse retrato de simplificação e limitação das subjetividades há demonstração de um processo histórico no qual o conceito de gênero (no singular) se vinculou à existência, a um sinal da normalidade tornando-se uma categorização cruel. Dessa forma, a categorização rígida de gênero, em vez de promover compreensão, serviu para marginalizar aquelas/lus/les que não se encaixavam nos padrões estabelecidos (Butler, 2021).

Por isso, acreditamos em abordagens que contribuam com o questionamento das relações de poder/opressão, como a feita por Irigaray (2002, local. 3) que sustenta que o gênero feminino não seja considerado o “segundo”, “mas que os sexos ou os gêneros sejam dois”, ou seja, que não haja hierarquia entre eles. Com isso, a autora sugere a superação do modelo único de subjetividade, o masculino, e a insurgência da subjetividade feminina fundamentada em uma nova ontologia, nova ética, nova política.

Em contrapartida, Butler (2014, p. 254) ressalva que “a disrupção do sistema binário não precisa nos levar a uma igualmente problemática quantificação dos gêneros”. A filósofa põe em debate o aspecto linguístico levantado por Luce Irigaray sobre a posição¹⁰ da subjetividade feminina na diferença sexual. Consideramos a relutância feita por Butler (2014)

¹⁰ “colocar o dois em lugar do um” (Irigaray, 2002, local 12).

à tentativa de tomar a multiplicação dos gêneros como alternativa ao sistema binário apropriada, uma vez que a visão normativa e reguladora perpassa por todas as instâncias, mesmo aquelas bem-intencionadas. Contudo, ressaltamos que as subjetividades trans e não-binárias são fluidas e abertas, portanto muito além de um, dois ou mesmo zero.

Com isso, sugerimos a *não-binariedade em perspectiva* e a adoção da nomenclatura gêneros, no plural, para se referir ao estudo da não-binariedade, pois, somente com uma nova linguagem será possível ultrapassar a linguagem dominante, masculina perpetuada no *gênero* já que, conforme propõe Irigaray (2017, p. 1977), não se trata de meramente uma variação do “um”, mas onde a alteridade é valorizada e reconhecida como fundamental e portanto, plural.

Concordamos com Butler (2021, p. 381), quando reflete que “devemos buscar criar um mundo que seja mais vivível” e acomode a pluralidade de experiências e expressões de gêneros, seja para quem esteja confortável dentro da estrutura binária de gêneros quanto para aquela/lu/le que não se encaixa nessa categorização e reivindica novos vocabulários e modos de existir.

1.3 ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DA DISSERTAÇÃO

Fazer parte de um Programa Interdisciplinar como o PPGEISU abriu caminho para a transcendência de pensamento enquanto pesquisadora para o fato de me perceber interdisciplinar. Tendo como referência os entendimentos das/dos autoras/res Ivani Fazenda, Antônio Joaquim Severino, Olga Pombo e Heloísa Lück, as autoras Gattás e Furegato (2006, p. 324) sintetizam este sentimento ao dizerem que

A interdisciplinaridade é um processo que precisa ser vivido, reclama atitude interdisciplinar que se caracteriza por ousadia de busca, de pesquisa; transforma a insegurança num exercício de pensar, de construir; respeita o modo de ser de cada um e o caminho que cada um empreende na busca de autonomia; exige a elaboração de um projeto inicial que seja claro e coerente para que as pessoas sintam o desejo de fazer parte dele; pode ser aprendida e ensinada o que pressupõe o fato de perceber-se interdisciplinar.

Neste momento, não temos como transcorrer sobre os aspectos terminológicos e conceituais que envolvem a interdisciplinaridade, até porque este é um debate denso e não é o propósito deste tópico. O nosso objetivo é mostrar que estudar a temática da interdisciplinaridade contribuiu para ampliar minha visão de mundo, outrora condicionada à fragmentação do saber e à especialização (Japiassu, 1976), bem como estimular a compreensão da complexidade do que acontece ao meu redor e como é possível colocá-la em prática.

Esta inquietação, até certo ponto, reflete-se neste estudo, principalmente na proposta de sua estruturação e sua organização numa tentativa de se afastar do convencional. O que quero

dizer é que uma atitude interdisciplinar requer transformações, desconstruções e reconstruções do que é apresentado tradicionalmente (Gattás; Furegato, 2006).

Isso porque “a interdisciplinaridade não é um método de investigação, técnica didática, instrumento utilitário, princípio de homogeneização, ou mesmo modelo metodológico capaz de produzir conhecimentos amplos, unitários ou mesmo universalizantes” (Gattás; Furegato, 2006, p. 326).

Segundo estas autoras, a interdisciplinaridade “é uma postura profissional que permite transitar o “espaço da diferença” com sentido de busca e de desvelamento das diferentes formas de se abordar a realidade” (Gattás; Furegato, 2006, p. 326). Com isso, esta postura profissional a qual almejo dialoga com a metáfora anfíbia prevista por Almeida Filho (1997), que prevê um perfil de pesquisadoras/es atuantes como agentes transformadores e transformantes para um novo trânsito interdisciplinar em curso.

Assim, alinho-me com a apresentação de um formato alternativo, ou *multipaper*, para este estudo, com a coletânea de artigos publicados e publicáveis, devido ao seu aspecto promissor (Duke; Beck, 1999). Consideramos, para isso, o estudo de Barbosa (2015), que apresenta concepções não tradicionais para teses e dissertações na educação matemática, como também, nas ciências da educação, denominadas por ele de investigações com formato insubordinado criativo.

Adotamos o formato *multipaper*, em detrimento ao monográfico, considerado tradicional, entendido como um documento longo e sem garantias quanto ao alcance significativo de público (Duke; Beck, 1999). Na monografia tradicional, o próprio processo de reformulação da dissertação em formatos publicáveis, como livros ou artigos se torna uma barreira para as/os acadêmicas/acadêmicos para novos projetos e publicações, em contrapartida, o formato *multipaper* já se apresenta “como uma coletânea de artigos publicáveis, acompanhados, ou não, de um capítulo introdutório e de considerações finais.” (Duke; Beck, 1999; Mutti; Klüber, 2018, p. 3).

O fato de já apresentar artigos publicados ou publicáveis diminui problemas potenciais em relação ao tempo de espera para revisão e/ou publicação de fato (Duke; Beck, 1999). Além disso, o formato *multipaper* pode ser pensado não somente pela possibilidade de uma nova estrutura de construção da pesquisa, mas também pelo modo de procedê-la, com abertura para trabalhos em redes, incluindo grupos de pesquisa (Mutti; Klüber, 2018).

Com isso, definimos como estrutura desta dissertação o formato *multipaper* composto por dois capítulos principais. O primeiro capítulo demarcado pela revisão integrativa, configurado em capítulo de livro publicado, em 2024, no Volume Dois da obra *Estudos*

Interdisciplinares sobre a Universidade: diálogos entre saberes, com a organização das Professoras Dra. Renata Meira Veras, Dra. Maria Beatriz Barreto do Carmo e Dra. Carmen Fontes Teixeira. O segundo capítulo, publicável em formato de artigo, no qual apresentamos o resultado da pesquisa empírica realizada, cujo objetivo foi compreender as vivências de estudantes não-binários na Universidade Federal da Bahia. Além disso, também compõem a dissertação estas Considerações Iniciais, que incluem a seção da Apresentação e as Considerações Finais, onde sintetizamos os resultados da pesquisa, realizando uma análise à luz dos objetivos apresentados.

Do ponto de vista metodológico, o primeiro capítulo trata-se de um estudo qualitativo, de caráter exploratório, que permitiu maior familiaridade com o problema de pesquisa e sistematização do núcleo temático: não-binariedade de gênero e vivências na universidade. A exploração comportou leituras que visaram essencialmente assegurar a qualidade da problematização e um certo amadurecimento quanto ao objeto de estudo por parte da pesquisadora

Utilizamos o recurso metodológico da revisão integrativa de literatura percorrendo cinco fases para o seu processo de elaboração. Estas cinco fases estão detalhadamente explicadas no primeiro capítulo, porém podemos afirmar, resumidamente, que: a primeira fase, considerada a mais importante da revisão, refere-se à identificação da pergunta norteadora: como se dá a vivência da população estudantil não-binária¹¹ em universidades?; a segunda fase foi marcada pelo estabelecimento dos parâmetros para a realização da busca dos artigos científicos na base de dados e a definição dos critérios de inclusão e exclusão dos trabalhos; na terceira fase, foi realizada a leitura e a avaliação das produções científicas, tendo como referência o instrumento de coleta de dados; a quarta fase consistiu na categorização das produções científicas; e a quinta e última fase compreendeu a síntese, a análise e a discussão dos resultados com o registro de inferências e explicitação dos vieses identificados.

Esta revisão integrativa intitulada no capítulo do livro como “*Vivências de estudantes não-binários em universidades: uma revisão integrativa*” analisou as vivências da população não-binária no ensino superior de outros países, como EUA, Austrália e Canadá¹². O estudo focalizou-se na multiplicidade de identificações e expressões de gênero, principalmente as

¹¹ Mantida a nomenclatura utilizada à época do estudo.

¹² Na ocasião, o critério de inclusão definiu para a seleção os artigos publicados independente de delimitação de idioma, sendo que o resultado trouxe a maioria das publicações internacionais, na língua inglesa e apenas uma publicação nacional que elaborou uma análise comparativa acerca do conceito de gênero não-binário (nomenclatura do estudo) entre as/es/os estudantes da Universidade da Madeira – UMa (Portugal) e da Universidade Federal de Sergipe – UFS (Brasil) (Brazão; Dias, 2021).

relacionadas à não-binariedade de gênero, e nas situações que envolvem a segurança, o clima e a navegação no *campus*, entendida pelo acesso e trânsito entre os variados espaços da universidade e pela forma como estes fatores influenciam as experiências dos estudantes.

Já o segundo momento da pesquisa foi caracterizado pela incursão em campo, para a realização de entrevistas semiestruturadas com estudantes não-binários da Universidade Federal da Bahia, seguidas pelos processos decorrentes desta técnica de produção de dados, como transcrição e análise, cuja escolha foi pela Análise de Conteúdo (Bardin, 2011).

Abrimos um parêntese para dizer que, na passagem de um capítulo para outro, a/e/o leitora/e/r irá perceber uma mudança na escrita das palavras que carregam marcas de gênero, quando se referirem a pessoas e adjetivos, principalmente, na adoção da nomenclatura não-binária, no segundo capítulo, para se referir às/es/aos estudantes e pela repartição a/e/o, necessariamente nesta ordem e entre barras, (feminino/inclusivo/masculino) para caracterizar os gêneros. Isso ocorreu como um processo imanente de aprofundamento na temática, enquanto pesquisadora, e de reflexão sobre como a linguagem pode ser utilizada como estratégia não-sexista, além de oportunizar para que a diversidade de gênero seja discutida e problematizada, inclusive sob a forma da escrita.

Esse movimento foi provocado pelas/pelus/pelos estudantes que durante as entrevistas não somente revelaram suas experiências, mas também abriram oportunidade para questionar como o gênero gramatical influencia aspectos moralistas da linguagem. Essa problematização da linguagem traz à tona uma das disputas da linguística *queer* que se trata da generificação das pessoas.

Além disso, a ordem da escrita a/e/o, interrompendo a supremacia do masculino, pareceu-nos justa para alcançar o objetivo da inclusão por meio da linguagem, apesar de entender que “é preciso que as pessoas conheçam e sejam capazes de identificar no mundo, de forma mais ou menos tácita, o significado de categorias como cis, trans, não binário etc. para que as marcas linguísticas que as designem se estabeleçam no uso” (Schwindt, 2020, p. 19).

Fechamos o parêntese para retornar à etapa da pesquisa empírica, como veremos no referido capítulo, onde foi utilizada a entrevista semiestruturada como técnica de coleta de dados. Sabendo de algumas desvantagens na utilização desta técnica, como possibilidade de a/e/o participante não se sentir motivada/e/o para responder as perguntas ou não compreender o seu significado, entre outras (Gil, 2008), por exemplo, a pesquisadora procurou minimizar seus efeitos, sendo o mais transparente possível nas tratativas com as/es/os estudantes, desde o convite até o momento da entrevista, de modo a conseguir a colaboração delas/delus/deles, propiciando fluidez nos diálogos e estimulando um processo empático entre ambos. Não houve

nenhum momento de tensão nem fato negativo a ser registrado durante as entrevistas. Pelo contrário, sentimos todas/todes/todos as/es/os estudantes à vontade para responder às perguntas e entrosadas/es/os com a pesquisadora.

Cumpramos ressaltar que, antes das entrevistas, foram reforçados os aspectos garantidores da pesquisa relacionados ao sigilo, anonimato, privacidade e assegurada a livre participação, sendo possível a desistência da pesquisa em qualquer momento, sem a necessidade de justificativa e sem que isso causasse qualquer ônus à/e/ao participante. Antes do início das entrevistas, foi feita a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, sendo uma via entregue a cada participante. Somente após esta confirmação iniciou-se a gravação.

Concluída a etapa das entrevistas, foi feito o *download* e apagado todo e qualquer registro, tanto do gravador MP3 quanto do *smartphone*. Não houve compartilhamento dos dados na “nuvem”, ambiente compartilhado ou qualquer plataforma virtual. As entrevistas foram transcritas na íntegra pela própria pesquisadora, sendo agendado novo encontro presencial com cada estudante para validação dos dados, que aconteceu no *campus* de São Lázaro, na Faculdade de Dança e na Biblioteca Universitária Central Reitor Macedo Costa – *campus* de Ondina. Em um ambiente reservado, as/es/os estudantes ouviram o áudio da entrevista, com fone de ouvido, ao mesmo tempo que realizaram a leitura da transcrição.

Os dados produzidos estão armazenados, em dispositivo de armazenamento próprio e exclusivo para este fim, de propriedade da pesquisadora, guardado em local seguro e sem o acesso por terceiros, e assim ficarão, por cinco anos. Passado este período, caso nenhum participante solicite acesso aos dados, estes serão deletados do dispositivo.

Como dito, utilizamos a Análise de Conteúdo na interpretação dos dados transcritos, considerando que existem diferentes abordagens, seja pelo ponto de vista da linguística, da semântica ou da documentação, que podem ser adotadas na sua aplicação. A escolha depende da vertente teórica adotada, sendo que cada abordagem produzirá um resultado diferente sobre o objeto de estudo e suas relações. A escolha pela Análise de Conteúdo foi atrelada à pergunta norteadora da pesquisa, ao tipo de conhecimento que desejamos produzir frente ao objeto estudado e, que, fundamentalmente, necessita de sistematização (Cavalcante; Calixto; Pinheiro, 2014).

Com base nisso, o processo de compreensão e análise dos dados teve como premissa a realização de inferências por meio de procedimentos de sistematização das informações contidas nas mensagens oriundas de diferentes interlocutores. Adotamos a análise categorial ou temática, que segundo a teórica francesa Laurence Bardin (2011), se realiza com o desmembramento do texto, considerando a presença ou frequência de itens de significação e

posterior reagrupamento em categorias. Bardin (2011) descreve como etapas principais para a análise categorial ou temática: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados. Sendo que este último compreende a inferência e a interpretação.

Na fase da pré-análise, definimos o *corpus* de análise a partir das entrevistas realizadas com as/es/os estudantes, por ser a única fonte de dados, e utilizamos como referência quatro regras principais, segundo Bardin (2011): exaustividade, representatividade, homogeneidade e pertinência.

Com isso, o material analisado almeja esclarecer se essas vivências na universidade podem ser afetadas por políticas ou práticas administrativas, quando não-inclusivas, denominadas, violência administrativa, e/ou pela influência de práticas cisheterossexistas.

Iniciamos a exploração do material com o processo de transformação dos dados brutos (áudio) em elementos (versão escrita). À medida que realizamos as transcrições das entrevistas de oral em escrita, realizamos a leitura flutuante e, *pari passu*, fomos encontrando as ideias-chave, expressões, frases reveladas pelas/pelus/pelos participantes.

Na terceira e última etapa, procedemos à interpretação dos dados que compõem o *corpus* da pesquisa, analisando as narrativas obtidas nas entrevistas, tomando por base as epistemologias feministas e avançando para as abordagens transfeminista e *queer*, tendo como referências autoras feministas clássicas, dentre elas Gayle Rubin e Judith Butler e as/es/os que se apoiam no transfeminismo como Paul Preciado, além de estudiosas/es/os sobre o tema como Berenice Bento, Guacira Louro, Jaqueline Santos de Jesus, Leticia Nascimento, Richard Miskolci, Leandro Colling, Tiago Duque, Viviane Vergueiro e demais referenciadas/es/os ao longo do texto.

O *corpus* de análise foi constituído pelas entrevistas realizadas com cinco estudantes, autodeclaradas/es/os não-binárias, com faixa etária de 21 a 30 anos. Foi adotada realização amostral em bola de neve (*snowball*, *sampling* ou *link-tracing*), não-probabilística (não-aleatória) como forma de acesso às/es/aos participantes da pesquisa. Importante ressaltar que o critério principal em relação ao tamanho da amostra da pesquisa não foi numérico, relacionado ao volume de estudantes entrevistadas/es/os, e sim às reflexões e aprofundamentos a partir da riqueza de dados (Cavalcante; Calixto; Pinheiro, 2014; Vinuto, 2014; Minayo, 2017).

Assim, segundo Fontanella *et al.* (2008), a questão que orienta a amostragem não probabilística está intimamente ligada à homogeneidade entre teoria, método e objetivos da investigação. Estes autores alertam sobre as críticas que questionam a validade das amostras não probabilísticas afirmando que não são suficientemente representativas das populações estudadas. Para eles, é o entrelaçamento dos objetivos da investigação à fundamentação teórica,

a partir da construção do objeto da investigação, que determinará quais os indivíduos mais adequados para serem incluídos na amostra, ou seja, a adequação da amostra ao objeto de estudo (Fontanella *et al.*, 2008).

Em certo sentido, é o que também pensa Minayo (2017, p. 5), ao nos esclarecer que mais importante do que a quantidade dos indivíduos ouvidos, a construção da pesquisa precisa desvendar sobre “a abrangência dos atores sociais, da seleção dos participantes e das condições dessa seleção” haja vista as dificuldades de se estabelecer epistemologicamente um momento de corte.

Recepcionamos o sustentado por Minayo (2017), ao informar que para a/o investigador/a qualitativo é importante estar atento em campo às “vivências em intersubjetividade”, as quais irão gerar conhecimento empírico muito além do que se pergunta. Logo, a amostra qualitativa ideal é aquela que considera “dimensões de determinado fenômeno e busca a qualidade das ações e das interações em todo o decorrer do processo” (Minayo, 2017, p. 10).

Consideramos importante tecer um pouco sobre alguns aspectos metodológicos neste espaço dedicado à organização e estruturação da dissertação para ilustrar à/e/ao leitora/leitorie/leitor detalhes que não puderam ser colocados em seus devidos percursos metodológicos por questões que envolveram, por exemplo, limitações de números de páginas nas suas editorações. Desta forma, esperamos que o entendimento se torne mais completo em cada seção específica.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA FILHO, Naomar de. Transdisciplinaridade e Saúde Coletiva. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 5-20, 1997. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-812319972101702014>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/ZvbpZyt8VYHSQT4jbcWzbHw/>. Acesso em: 30 ago. 2022.

BARBOSA, Jonei C. Formatos insubordinados de dissertações e teses na educação matemática. In: D’AMBRÓSIO, B. S.; LOPES, C. E. (Orgs.). **Vertentes da subversão na produção científica em educação matemática**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2015. p. 347-367.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BENTO, Berenice. **A Reinvenção do Corpo - Sexualidade e Gênero na Experiência Transexual**. 3. ed. Salvador: Editora Devires, 2017.

BORBA, Rodrigo. Linguística *Queer*: uma perspectiva pós-identitária para os estudos da linguagem. **Revista Entrelinhas**, v. 9, n. 1, Jan-jun. 2015, p. 91-107. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/entrelinhas/article/view/10378>. Acesso em: 05 set. 2024.

BUTLER, Judith. Regulações de gênero. **Cadernos Pagu**, n. 42, p. 249-274, 2014.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade**. 16. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BUTLER, Judith. Gênero em tradução: além do monolinguismo. **Cadernos de Ética e Filosofia Política**. Dossiê II Encontro do GT Filosofia e Gênero v. 39, n. 2, 2021, p. 364-387.

BUTLER, Judith. **Quem tem medo do gênero?** Parte da introdução de “Quem tem medo do gênero”, de Judith Butler, publicado pela Boitempo, parceira editorial de Outras Palavras em 08 mar. 2024. Disponível em: <https://outraspalavras.net/feminismos/judith-butler-quem-tem-medo-do-genero/>. Acesso em: 19 out. 2024.

CAVALCANTE, Ricardo Bezerra; CALIXTO, Pedro; PINHEIRO, Marta Macedo Kerr. Análise de Conteúdo: considerações gerais, relações com a pergunta de pesquisa, possibilidades e limitações do método. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 24, n. 1, jan. 2014, p. 13-18. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/329399124>. Acesso em: 17 jun. 2023.

DANTAS, Lucas Silva. Transfobia e não binariedade: o regime da diferença sexual e a régua cisgênera. **Revista Periódicos**. n. 20, v. 1. p. 173-185, jan-abr, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicos/article/view/54773>. Acesso em: 12 jun. 2024.

DUKE, Nell K.; BECK, Sarah W. Education should consider alternative forms for the dissertation. **Educational Researcher**, Washington, v. 28, n. 3, p. 31-36, 1999.

DUQUE, Tiago. Epistemologia da passabilidade: dez notas analíticas sobre experiências de (in)visibilidade trans. **História Revista**, Goiânia, v. 25, n. 3, p. 32-50, 2020. DOI: 10.5216/hr.v25i3.66509. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/historia/article/view/66509>. Acesso em: 29 abr. 2024.

FONTANELLA, Bruno; RICAS, Janete; TURATO, Egberto R. Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, n. 24, v. 1, p. 17-27, jan. 2008. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2008000100003>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/Zbfsr8DcW5YNWVkyMVBByhrN/?lang=pt>. Acesso em: 14 set. 2024.

GATTÁS, Maria Lucia B.; FUREGATO, Antônia Regina F. Interdisciplinaridade: uma contextualização. **Acta Paul Enferm**, v. 19, n. 3, p. 323-327, 2006.

GALVÃO, Akira. Exorsexismo: Desconstruindo Preconceitos Contra Pessoas Não-Binárias. **Genera**, São Paulo, s/p. 29 ago. 2023. Página inicial, Gênero, Raça e Sexualidade. Disponível em: <https://generas-usp.com/exorsexismo-desconstruindo-preconceitos-contra-pessoas-nao-binarias/>. Acesso em: 09 set. 2023.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, v. 5, p. 7-41, 2009. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>. Acesso: 14 set. 2023.

IRIGARAY, Luce. A questão do outro. Tradução Tânia Navarro-Swain. **Labrys, estudos feministas**, Brasília, UnB, n. 1, jul.-dez. 2002, p. 1-12.

IRIGARAY, Luce. **Este sexo que não é só um sexo: Sexualidade e status social da mulher**. Tradução Cecília Prada. São Paulo: Editora Senac, 2017.

JAPIASSU, Hilton. **Interdisciplinaridade e Patologia do Saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Feminismo e identidade de gênero: elementos para a construção da teoria transfeminista. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 10, Florianópolis, 2013. **Anais Eletrônicos** [...]. 2013. Disponível em: <https://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/site/anaiscomplementares>. Acesso em: 08 set. 2024.

JESUS, Jaqueline Gomes de. As guerras de pensamento não ocorrerão nas universidades. In: COLLING, Leandro (Org.). **Dissidências sexuais e de gênero**. Salvador: EDUFBA, 2016. p. 217-232.

LARROSA, Jorge. Experiência e alteridade em educação. **Revista Reflexão e Ação**. Santa Cruz do Sul, v. 19, n. 2, p. 04-27, jul./dez. 2011. Disponível em: <https://sgmd.nute.ufsc.br/content/especializacao-cultura-digital/educacao-infantil/medias/files/experiencia.pdf>. Acesso em: 12 set. 2023.

LAU, Héilton Diego; BORBA, Rodrigo. Conhecendo a Linguística *Queer*: entrevista com Rodrigo Borba. **Revista X**, Curitiba, v. 14, n. 4, p. 8-19, 2019. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/revistax/article/view/66070>. Acesso em: 05 set. 2024.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia de gênero. In: HOLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 207-242

LOURO, Guacira Lopes. Teoria *Queer* – Uma política pós-identitária para a educação. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, Ano 9, jun.-dez. 2001, p. 541-553.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 320, dez. 2014, p. 935-952. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/QtnBjL64Xvssn9F6FHJqznb>. Acesso em: 31 mar. 2023.

MATOS, Marília. **Cisnormatividade e presenças trans em universidades públicas da Bahia**. 2022. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2022.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Amostragem e saturação em pesquisa qualitativa: consensos e controvérsias. **Revista Pesquisa Qualitativa**, [S. l.], v. 5, n. 7, p. 1-12, 2017. Disponível em: <https://editora.sepq.org.br/rpq/article/view/82>. Acesso em: 14 set. 2024.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 105-116.

MUTTI, Gabrielle de Sousa L.; KLÜBER, Tiago E. Formato Multipaper nos Programas de Pós-graduação Stricto Sensu Brasileiros das Áreas de Educação e Ensino: um panorama. *In: V SIPEQ – SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA QUALITATIVOS: PESQUISA QUALITATIVA NA EDUCAÇÃO E NAS CIÊNCIAS EM DEBATE*. Foz do Iguaçu, PR, mai-jun, 2018. **Anais [...]**. 2018. Disponível em: <https://arquivo.sepq.org.br/V-SIPEQ/Anais/comunicacoes>. Acesso em: 16 set. 2023.

PRECIADO, Paul. Transfeminismo no Regime Farmaco-pornográfico. *In: Beatriz Preciado. Le cinque giornate lesbiche in teoria*. Tradução de Thiago Coacci. Roma. 2010. p. 1-27.

PRECIADO, Paul. **Manifesto Contrassexual - Práticas subversivas de identidade sexual**. São Paulo: N-1 Edições, 2014.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Minas Gerais: Letramento, 2017.

RODRIGUES, Julia Naomi Costa. **Passabilidade e possibilidades**. 2023. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2023. Disponível em: <https://tedebc.ufma.br/jspui/handle/tede/4804>. Acesso em: 9 jul. 2024.

SANTOS; Boaventura de Sousa; ALMEIDA FILHO, Naomar de. **A Universidade no Século XXI: Para uma Universidade Nova**. Coimbra: Almedina; 2008. Disponível em: <https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/12122?locale=pt>. Acesso em: 13 dez. 2022.

SARDENBERG, Cecilia Maria Bacellar. Da Crítica Feminista à Ciência a uma Ciência Feminista? *In: X ENCONTRO DA REDOR (NEIM/UFBA)*. Salvador, out-nov. 2007. **Anais [...]**. 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/6875>. Acesso em: 14 set. 2023.

SCHWINDT, Luiz Carlos. Sobre gênero neutro em português brasileiro e os limites do sistema linguístico. **Revista da ABRALIN**, [S. l.], v. 19, n. 1, p. 1-23, 2020. DOI: 10.25189/rabralin.v19i1.1709. Disponível em: <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1709>. Acesso em: 20 set. 2024.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty, “Can the subaltern speak?” *In: NELSON, Cary e GROSSBERG, Lawrence (eds.), Marxism and the interpretation of culture*, Chicago, University of Illinois Press, 1988. Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa, Belo Horizonte, Editora UFMG, 2010.

SCOTT, Joan Wallach. A Invisibilidade da Experiência. Tradução Lúcia Haddad. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**. São Paulo, 1998. p. 297-325. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11183>. Acesso em: 09 out. 2024.

VERGUEIRO, Viviane. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes:** uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade. 2015. 224 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

VINUTO, J. A Amostragem em Bola de Neve na Pesquisa Qualitativa: um Debate em Aberto. **Temáticas**, Campinas, n. 22, p. 202-218, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/tematicas.v22i44.10977>. Acesso em: 27 dez. 2022.

CAPÍTULO I

CAPÍTULO DE LIVRO

VIVÊNCIAS DE ESTUDANTES NÃO BINÁRIOS EM UNIVERSIDADES: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

ERIKA MOUTINHO LEONE

GABRIEL RIBEIRO

GILIAN LEANDRO DE QUEIROGA LIMA

2.1 INTRODUÇÃO

As universidades têm o desafio de acolher as pessoas em sua diversidade¹³, incluindo aquelas que rompem com pressupostos hegemônicos, como as pessoas não binárias, que se veem além da dualidade de gênero, feminino e masculino. Entre outros aspectos, avaliamos que o não binarismo de gênero oferece à instituição universitária a oportunidade de refletir e, quiçá, agir criticamente perante o conjunto de convenções sociais que restringem as liberdades individuais.

Ingressar no ensino superior significa o início de uma nova etapa de vida, relacionada a aspirações pessoais e busca por formação profissional, no entanto, as vivências acadêmicas são permeadas por desafios que demarcam o ofício de estudante e interferem no seu processo de afiliação condicionando o sucesso acadêmico e a permanência (Coulon, 2017). A falta de acesso a necessidades essenciais, como banheiros que contemplem a diversidade de gêneros, por exemplo, afeta negativamente a capacidade de aprendizado (Matsuno *et al.*, 2023).

Nesse sentido, a realidade enfrentada pelos estudantes não binários não é a mesma dos estudantes cisgênero, já que os sujeitos que interrogam sexualidades normativas foram/são

¹³ Utilizamos a palavra “diversidade” sem a intenção de sustentar uma perspectiva de tolerância ao que é diferente, pois concordamos com Miskolci (2012), quando defende a educação voltada para a diferença visando a transformação, processo que reconhece e valoriza as singularidades de cada pessoa.

oprimidos e marginalizados por se movimentarem em sentido contrário aos padrões estabelecidos. O heterossexismo e o cissexismo, oriundos da linha normativa compulsória (Butler, 2018), manifestam-se como obstáculos à permanência dos estudantes não binários nas universidades uma vez que, entre outros aspectos, é predominante a valorização do referencial homem/mulher em formulários, materiais didáticos e outros documentos que, por distintas formas, invisibilizam pessoas diversas. Além disso, esses estudantes são mais propensos a sofrer assédios, ameaças, sofrimento psicológico e tentativa de suicídio, quando comparados aos estudantes cisgênero (Marx; Maffini; Peña, 2022).

Nessas circunstâncias, as universidades podem ser espaços propícios para discussões que visem as desconstruções de estereótipos e a minimização de aspectos como violência e opressão relacionados à hegemonia da matriz binária. Em virtude disso, sublinhamos a pertinência da pesquisa exploratória que realizamos, dado que as vivências de pessoas não binárias no contexto das universidades ainda são pouco conhecidas no âmbito científico (Lefevor *et al.*, 2019).

Em termos institucionais, este trabalho oferece caminhos para o desenvolvimento de práticas inclusivas que podem ser adotadas de forma a assegurar o trânsito seguro e mais receptivo de estudantes não binários no *campus*. Também fornecer subsídios para a implementação ou aprimoramento de políticas afirmativas, na medida que reúne dados sobre a identificação da população não binária e suas experiências. Ademais, fortalece os diálogos críticos sobre gêneros e sexualidades, como também incentiva melhorias nas práticas de ensino e nos processos de (re)formulação curricular, tornando-os mais inclusivos e reflexivos quanto ao padrão normativo perpetrado até então.

Dessa forma, o presente trabalho, realizado a partir de uma revisão integrativa de literatura, tem por objetivo compreender a vivência de estudantes não binários em universidades. Para tanto, delineamos na primeira seção o percurso metodológico transcorrido com a indicação das fases que compuseram a revisão integrativa. Na seção “Entre siglas e muito mais: (in)definições da população não binária”, analisamos as múltiplas nomenclaturas atribuídas à população estudada a partir da perspectiva da sua autodenominação e da descrição dos autores dos artigos. Em “Navegação, segurança e clima no *campus*” oferecemos uma leitura sobre as experiências dos estudantes não binários nos espaços da universidade, mostrando como a predominância heterocisnormativa interfere na afirmação de gênero e na sensação de segurança, reverberando o clima hostil do *campus*. Por fim, tecemos algumas considerações sobre as principais contribuições do presente estudo, as limitações e os caminhos que podem ser trilhados no futuro.

2.2 SOBRE O PERCURSO METODOLÓGICO

A revisão integrativa consiste na “[...] mais ampla abordagem metodológica referente às revisões, permitindo a inclusão de estudos experimentais e não-experimentais para uma compreensão completa do fenômeno analisado” (Souza; Silva; Carvalho, 2010, p. 103). Nesse sentido, este estudo focaliza-se nas concepções contemporâneas sobre não binarismo de gênero, problematizando-o por meio de inflexões relacionadas a corpos, subjetividades e identidade, sobretudo com o recorte sobre a vivência da população estudantil não binária nas universidades.

Por meio do cumprimento sistemático de procedimentos, baseados em um conjunto de parâmetros, é possível assegurar a este tipo de pesquisa a confiabilidade na extração e análise dos dados (Dantas *et al.*, 2022). Para tanto, foram trilhadas as seguintes fases como forma de caracterizar a revisão integrativa. A identificação da pergunta norteadora é a primeira e mais importante fase da revisão, “[...] pois determina quais serão os estudos incluídos, os meios adotados para a identificação e as informações coletadas de cada estudo selecionado” (Souza; Silva; Carvalho, 2010, p. 104). Assim, nos perguntamos: como se dá a vivência da população estudantil não binária nas universidades?

Na segunda fase, estabelecemos os parâmetros para a realização da busca de artigos científicos na base de dados selecionada e definimos os critérios de inclusão e exclusão dos trabalhos (Souza; Silva; Carvalho, 2010). A base de dados utilizada foi a plataforma de pesquisa de projeção mundial Web of Science, devido a sua abrangência, já que engloba publicações em diversas línguas, e ao seu reconhecimento no meio científico e acadêmico. A busca foi realizada em fevereiro de 2023 e os critérios de inclusão definidos para a seleção foram os seguintes:

- i) artigos capazes de contribuir para a resolução da questão norteadora; e
- ii) artigos publicados, independente de delimitação de idioma.

Optamos por não definir um marcador temporal, pois consideramos relevante resgatar os primeiros registros das produções científicas sobre o assunto. Excluímos os artigos que não tinham relação direta com o tema ou que não contribuíram significativamente para a discussão como, por exemplo, trabalhos que tinham como sujeitos estudantes recém-formados no ensino médio.

Tendo em consideração o objeto de estudo, iniciamos a estratégia de pesquisa na base de dados com a utilização do termo “non binary”. Contudo, após analisar o trabalho de Thorne e demais autores (2019), identificamos a necessidade de incluir os termos “genderqueer” e “gender diverse”. Isso, porque, segundo os autores, existe uma multiplicidade de termos

empregados nos trabalhos acadêmicos relacionados a gênero e sexualidade e, também, porque no universo das identidades de gênero são atribuídas nomenclaturas guarda-chuva como *Gender Queer*, ou GQ, *Non Binary*, ou NB e *Gender Diverse* para designar a população que postula o rompimento do padrão binário (Thorne *et al.*, 2019).

Para esta revisão, optamos por recorrer às três opções mais usuais de escrita, “non-binary” ou “nonbinary” ou “non binary” no mecanismo de busca, pois alguns autores escolhem por hifenizar ou não a palavra “non binary”, aspecto que se relaciona a questões gramaticais da língua inglesa. Ademais, os termos “genderqueer” ou “gender queer” foram mobilizados, pois são expressões guarda-chuva que incluem as identidades não binárias e passaram a ser utilizadas em substituição ao termo transexual, a partir dos anos 1990. Também consideramos o termo “gender diverse”, utilizado com o sentido de “resumir” todas as identidades de gênero fora do trans binário (Thorne *et al.*, 2019).

Como estratégia de busca na base de dados, em primeiro momento, utilizamos a combinação entre a palavra-chave, “non binary”, em suas diferentes grafias, com operadores booleanos AND e OR seguidas por (“student” OR “students”) AND (“universities” OR “university”), demonstrada conforme a seguir: (“non-binary” OR “nonbinary” OR “non binary”) AND (“student” OR “students”) AND (“universities” OR “univesity” OR “higher education”). Por conseguinte, trilhando a mesma lógica, partimos para a palavra-chave “genderqueer” e suas variações, descritas na sequência: (“genderqueer” OR “gender queer”) AND (“student” OR “students”) AND (“universities” OR “univesity” OR “higher education”). Por fim, buscamos a palavra-chave “gender diverse” da seguinte maneira: (“gender diverse”) AND (“student” OR “students”) AND (“universities” OR “university” OR “higher education”).

Inicialmente, localizamos 46 artigos para a palavra-chave “non binary”, 15 artigos para a palavra-chave “genderqueer” e 24 artigos para a palavra-chave “gender diverse”, totalizando 85 artigos. Desse número, excluímos quatro artigos que se repetiram. Após a análise dos títulos e a leitura dos resumos, chegamos à seleção de 39 artigos analisados na íntegra, entre os quais nenhum foi excluído, representando, portanto, o *corpus* de análise da revisão integrativa.

Na terceira fase, procedemos à leitura e à avaliação das produções científicas, tendo como referência um instrumento de coleta de dados previamente elaborado de modo a “[...] minimizar o risco de erros na transcrição, garantir precisão na checagem das informações e servir como registro” (Souza; Silva; Carvalho, 2010, p. 104). O instrumento utilizado nesta revisão foi estruturado em uma planilha eletrônica na qual registramos as seguintes informações: autores, ano, país, periódico, título do artigo, objetivo, instrumento de coleta de dados utilizado pelos pesquisadores e sujeitos da pesquisa.

A etapa posterior, a quarta fase, consistiu na categorização das produções científicas (Sousa *et al.*, 2017), realizada a partir da análise do instrumento de coleta de dados. Nesse momento, observamos similaridades, frequência e relevância das informações chaves. As similitudes contidas nos estudos, mesmo demarcados por contextos diferentes, seja por conta dos países ou das universidades onde foram conduzidas as pesquisas, exprimiram situações sobre as experiências dos estudantes não binários que conversaram entre si.

Por fim, a quinta fase compreendeu a síntese, a análise e a discussão dos resultados com o registro de inferências e explicitação dos vieses identificados nessa fase (Souza; Silva; Carvalho, 2010). Como finalização das fases, temos a apresentação da revisão integrativa que está disposta neste capítulo.

2.3 CONSIDERAÇÕES SOBRE O *CORPUS* DE ANÁLISE

No Quadro 1, apresentamos elementos – autores, ano, país de publicação e título – que caracterizam os artigos que compuseram o *corpus* de análise da revisão integrativa empreendida mediante pesquisa na base de dados *Web of Science*.

Quadro 1 – Caracterização do *corpus* de análise mobilizado na revisão integrativa

Autores(as)	Ano	País	Título
Airton	2018	Canadá	The de/politicization of pronouns: implications of the No Big Deal Campaign for gender-expansive educational policy and practice
Martin-Storey <i>et al.</i>	2018	Canadá	Sexual Violence on Campus: Differences Across Gender and Sexual Minority Status
Asquith <i>et al.</i>	2019	Austrália	Diversity and safety on campus @ Western: Heterosexism and cissexism in higher education
Goldberg Kovalanka; Dickey	2019	EUA	Transgender Graduate Students' Experiences in Higher Education: A Mixed-Methods Exploratory Study
Flint; Kilgo; Bennett	2019	EUA	The Right to Space in Higher Education: Nonbinary and Agender Students' Navigation of Campus
Siegel	2019	EUA	Transgender experiences and transphobia in higher education
Lefevor <i>et al.</i>	2019	EUA	Health Disparities Between Genderqueer, Transgender, and Cisgender Individuals: An Extension of Minority Stress Theory
Anderssen <i>et al.</i>	2020	Noruega	Life satisfaction and mental health among transgender students in Norway
Budge; Dominguez; Goldberg	2020	EUA	Minority Stress in Nonbinary Students in Higher Education: The Role of Campus Climate and Belongingness
Brady <i>et al.</i>	2020	Austrália	Fear of Heterosexism Among Sexuality and Gender Diverse Staff and Students

Ferfolja, <i>et al.</i>	2020	Austrália	In/visibility on campus? Gender and sexuality diversity in tertiary institutions
Goldberg; Smith; Beemyn	2020	EUA	Trans Activism and Advocacy Among Transgender Students in Higher Education: A Mixed Methods Study
Horwitz <i>et al.</i>	2020	EUA	Variation in Suicide Risk among Subgroups of Sexual and Gender Minority College Students
McEntarfer; Iovannone,	2020	EUA	Faculty perceptions of chosen name policies and non-binary pronouns
McSpadden	2020	EUA	Creating LGBTQI+ programming in urban higher education: Considering the creation process of a campus resource room
Walsh <i>et al.</i>	2020	EUA	Repeat Sexual Victimization During College: Prevalence and Psychosocial Correlates
Brazão; Dias	2021	Brasil	O que dizem alunos sobre gênero não-binário: um estudo comparativo na Universidade Federal de Sergipe e na Universidade da Madeira
Flint <i>et al.</i>	2021	EUA	The Nexus of Trans Collegians' Pronouns and Name Practices Navigating Campus Space(s): Beyond the Binary
Ford <i>et al.</i>	2021	EUA	Toward Gender-Inclusive Postsecondary Data Collection
Goldberg <i>et al.</i>	2021	EUA	Transgender Graduate Students: Considerations, Tensions, and Decisions in Choosing a Graduate Program
Grammer <i>et al.</i>	2021	EUA	Characterizing eating disorder diagnosis and related outcomes by sexual orientation and gender identity in a national sample of college students
Guss <i>et al.</i>	2021	EUA	Family Building Desires among a Sample of Transgender and Nonbinary Students
Holland; Cipriano; Huit	2021	EUA	LGBTQ and Straight Sexual Assault Survivors' Interactions with Counseling in a Campus Counseling Center and Women's Center
Hoyt <i>et al.</i>	2021	EUA	Constant Stress Has Become the New Normal: Stress and Anxiety Inequalities Among US College Students in the Time of COVID-19
Hunt <i>et al.</i>	2021	EUA	Gender Diverse College Students Exhibit Higher Psychological Distress Than Male and Female Peers During the Novel Coronavirus (COVID-19) Pandemic
Sullivan; Day	2021	Austrália	Queer(y)ing Indigenous Australian higher education student spaces
Yarhouse <i>et al.</i>	2021	EUA	Listening to Transgender and Gender Diverse Students on Christian College Campuses
Day <i>et al.</i>	2022	EUA	Associations Between Trans-Inclusive Resources and Feelings of Inclusion in Campus LGBTQ plus Groups: Differences for Trans Students of Color
Diaz-Fernandez; Evans	2021	Espanha	(Mis)recognition within heterogendered lad culture: LGBTQIA plus students' subjectivities in Higher Education
Dotson; Hoyt; Cohen	2022	EUA	'Unsuitable' environments: a qualitative study of US college youth learning online while sheltering-in-place in spring 2020
Grocott <i>et al.</i>	2022	EUA	Institutional Response and Impact of Reporting Sexual Violence: An Examination of Sexual and Gender Minority College Students

Gutzwa	2022	EUA	“It’s Survival Mode”: Exploring How an Indigenous Trans* Student of Color (Per)Forms Identity While Transgressing Space
Knutson <i>et al.</i>	2021	EUA	Advocating for transgender and nonbinary affirmative spaces in graduate education
Luctkar-Flude <i>et al.</i>	2022	Canadá	Impact of Virtual Simulation Games to Promote Cultural Humility Regarding the Care of Sexual and Gender Diverse Persons: A Multi-Site Pilot Study
Marx; Maffini; Peña	2022	EUA	Understanding Nonbinary College Students’ Experiences on College Campuses: An Exploratory Study of Mental Health, Campus Involvement, Victimization, and Safety
Romano; Lipson	2022	EUA	Weight Misperception and Thin-Ideal Overvaluation Relative to the Positive Functioning and Eating Disorder Pathology of Transgender and Nonbinary Young Adults
Talbot <i>et al.</i>	2022	Inglaterra	The management of LGBTQ+ identities on social media: A student perspective
Heller; Berg; Prichard	2023	EUA	University housing reinforces the negative relationship between interpersonal violence, psychological distress, and suicidality in undergraduates, particularly among gender diverse students
Matsuno <i>et al.</i>	2023	EUA	“There’s no Real Roadmap That I Know of”: Experiences of Transgender and Nonbinary Graduate Students in Counseling Psychology Programs

Fonte: elaborado pelos autores.

Como mencionado previamente, nenhum marcador temporal foi utilizado como parâmetro na base de dados, pois o objetivo foi recuperar todas as publicações sobre o assunto. Contudo, verificamos que 2018 foi o marco seminal do *corpus* de análise, com dois artigos publicados. Observamos uma certa tendência de crescimento no número de publicações, com cinco trabalhos em 2019; nove, em 2020; 11, em 2021; dez, em 2022; e dois, em 2023¹⁴. Associamos isso ao fato de que novas narrativas passaram a ser incorporadas aos estudos sobre sexualidades e gêneros – inclusive com o questionamento da prevalência das mulheres como sujeitos – e à crítica identitária promovida pela teoria *queer*, que propõe uma nova política de gênero, associada à militância de travestis e transexuais nos movimentos sociais (Gamson, 2006; Miskolci, 2012).

Nesse contexto, incluem-se as pessoas transgênero que têm sido centro de debate em relação aos direitos civis em todo o mundo. Nos EUA, por exemplo, desde as políticas de inclusão iniciadas pelo presidente democrata Barack Obama, em 2010, a sociedade americana dá sinais de que está mais atenta a estas questões, refletindo o interesse público sobre o tema, a

¹⁴ Lembramos que a coleta de dados foi realizada em fevereiro, fato que não configura os dados completos de todo o ano de 2023.

exemplo da busca pelo termo “transgênero” no Google Trends que tem aumentado constantemente, desde 2011 (Meerwijk; Sevelius, 2017).

Na meta-regressão de estudos conduzidos entre 2007 e 2015, os pesquisadores Meerwijk e Sevelius (2017) observaram um aumento anual no número de adultos transgênero nos Estados Unidos. Contudo, especulam que não se trata do aumento no tamanho real da população, mas algo que decorre do fato de as pessoas se sentirem mais livres para expressarem que são ou se identificam como transgênero devido a “mudanças sociais, como maior visibilidade pública, conscientização e aceitação de indivíduos transgênero” (Meerwijk; Sevelius, 2017, p. 5, tradução nossa).

A legalização do casamento entre pessoas do mesmo sexo, em 2015, pela Suprema Corte americana e a aceitabilidade de pessoas trans nas Forças Armadas dos EUA, após revés iniciado em 2016 e pacificado em 2021, quando o democrata Joe Biden assumiu o poder, reforçam o entendimento de que as conquistas de direitos ampliaram o interesse de estudos sobre a temática. Por outro lado, e na mesma medida, o crescente número de projetos antitrans segue com o mesmo ímpeto. No ano de 2023, pelo quarto ano consecutivo, ocorreu a quebra de recorde de projetos de lei antitrans nos EUA. Os projetos incidem sobre a proibição de cuidados de afirmação de gênero, o impedimento de participação de estudantes trans em esportes, a estigmatização de professores e alunos da comunidade de pessoas LGBTQIAPN¹⁵ nas escolas, a emissão de certidão de nascimento proibindo a designação não binária, entre outros (Silva; César; Santos, 2023; Trans Legislation Tracker, 2023).

Já no continente europeu, podemos referir que a última década foi palco de avanços em relação a políticas de não discriminação das pessoas trans, assim como remoção de requisitos discriminatórios para o reconhecimento legal de gênero, como a exigência de esterilização, por lei, que caiu pela metade no continente. Em 2013, todos os países da Europa exigiam um diagnóstico de saúde mental para ter acesso ao reconhecimento legal de gênero, sendo que 13 países retiraram esse requisito e 11, entre estes, alcançaram a autodeterminação total de gênero, prevalecendo somente a declaração do indivíduo em questão, sem qualquer envolvimento de terceiros (Transgender Europe, 2023).

Após essas digressões que indicam possíveis razões para o número crescente de estudos, partimos para a reflexão sobre os países de origem das publicações do *corpus* de análise. Destacamos a existência de apenas uma publicação nacional – em língua portuguesa e em revista brasileira. As demais são publicações internacionais, na língua inglesa, cuja origem são:

¹⁵ Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais/Travestis/Transgêneros, *Queer*, Intersexo, Assexuais/Arromânticos/Agênero, Pansexuais/Polissexuais/Panromânticos, Não Binárias e mais.

um da Noruega, um da Espanha e um da Inglaterra, três do Canadá, quatro da Austrália, sendo os Estados Unidos o país com mais representatividade, com 28 publicações.

Em linha associativa ao pensamento decolonial, avistamos uma concentração de publicações desenvolvidas em países marcados pela hegemonia geocultural do conhecimento científico, seguindo a nova lógica da colonialidade, com o reposicionamento do Ocidente da Europa para a América (Maldonado-Torres, 2008). Tal fato não nos surpreende visto que os EUA, desde muito tempo, vem sendo palco de importantes contribuições para os estudos sobre gêneros e sexualidade.

Ao final dessas considerações gerais sobre o *corpus* de análise, referimos que nosso movimento investigativo permitiu a elaboração de categorias capazes de evidenciar aspectos particulares sobre o percurso de pessoas não binárias nas universidades, materializadas nos dois tópicos que dão continuidade ao presente texto:

- i) Entre siglas e muito mais: (in)definições da população não binária; e
- ii) Clima, segurança e navegação no *campus*.

2.4 ENTRE SIGLAS E MUITO MAIS: (IN)DEFINIÇÕES DA POPULAÇÃO NÃO BINÁRIA

Os aportes da teoria *queer* (Butler, 2021; Miskolci, 2009, 2012) nos levaram a pontuar as particularidades quanto ao uso das nomenclaturas mobilizadas para fazer referência às pessoas transgênero e não binárias nos estudos analisados nesta revisão. Primeiro, para afastar qualquer intenção de unificar esses sujeitos em um grupo monolítico e, posteriormente, para realmente compreender as pessoas não binárias que até então eram inseridas em termos guarda-chuvas como andróginos, agêneros, indivíduos com diversidade de gênero, entre outros (Budge; Domínguez; Goldberg, 2020; Flint; Kilgo; Bennett, 2019; Siegel, 2019).

Entendemos que a identificação da população tem o objetivo de fornecer apoio conceitual, porém não é um fim em si mesmo, no sentido de atuar como representação estática ou fixa das identidades das pessoas trans e não binárias, tendo em vista a complexidade que envolve o assunto (Goldberg; Kuvalanka; Dickey, 2019). Cabe salientar que não faz parte do escopo deste trabalho adentrar nas discussões sobre afirmações de identidade, pois consideramos necessário incluir reflexões sobre transfeminismo e cis-heteronormatividade, aspectos que demandariam certo aprofundamento.

Partimos, portanto, da perspectiva de como os autores descreveram a população estudada e posteriormente como essa população se autodenominou a partir da leitura de suas narrativas. Com isso, identificamos a presença de siglas, identidades e expressões de gênero. A partir dessa inquietação, percorremos os estudos em busca do alinhamento entre os termos “transgênero” e “não binário”, suas correlações e seus distanciamentos.

Pontuamos certa preocupação quanto ao emprego das terminologias, principalmente para não reforçar conceitos cisnormativos e falsas segregações. Identificamos, por exemplo, o equívoco de percepção em relação à identidade transgênero, confundindo-a com identidade transexual, sendo esta referente a pessoas que fazem transição permanente, dentro do binarismo de gênero, por meio de intervenção cirúrgica (Mcentarfer; Iovannone, 2020).

Em geral, “transgênero” é reconhecido como um termo abrangente e “trans” uma abreviatura genérica empregada de forma conveniente pelos autores. Pessoas “trans” têm, em comum, a identidade de gênero que não corresponde àquela que lhe foi atribuída no nascimento e podem se ver como binárias ou não binárias. O binarismo de gênero significa identificar-se como homem ou mulher, ou homem ou mulher transgênero (Anderssen *et al.*, 2020; Knutson *et al.*, 2021; Siegel, 2019).

No mesmo sentido, o termo “não binário” também é reconhecido como guarda-chuva para abrigar as múltiplas expressões de gênero que subvertem a construção social do masculino ou feminino e “[...] a não-binaridade de gênero pode ser definida como algo fluído ou múltiplo, face aos discursos dos sujeitos, dos seus posicionamentos e das suas vivências” (Brazão; Dias, 2021, p. 2888).

As pessoas não binárias estão optando por utilizar as designações “gênero não conforme”, “gênero *queer*” e “não binário” por rejeição aos termos transgênero e transexual por considerarem “antiquados ou conceitualmente enredados ao binarismo de gênero” (Flint; Kilgo; Bennett, 2019, p. 438, tradução nossa).

Entre a miríade de expressões de gênero, as identificações gênero *queer*, gênero não conforme, não binário, gênero fluído, andrógino, agênero, demigênero, *gendernull*, terceiro gênero, *demiguy* entre outras, podem ser enumeradas como não binárias, enquanto as expressões transgênero, trans, mulher trans, homem trans, mulher, homem ou homem trans podem ser enumeradas como binárias (Goldberg; Kuvalanka; Dickey, 2019).

O termo “cisgênero” está disposto explicitamente em 30 artigos e o entendimento majoritário é que “refere-se a pessoas que se identificam com o gênero atribuído no nascimento” (Ferfolja *et al.*, 2020, p. 934, tradução nossa). Entretanto, dois artigos utilizaram a expressão “cishet”, e os termos “homens cis” e “mulheres cis”, para “ênfatizar que os corpos (e

identidades) enquadrados na ‘norma’ (de heterossexual e de gênero atribuído ao nascimento) são igualmente sociais e construídos” (Asquith *et al.*, 2019, p. 336, tradução nossa).

As complexidades das experiências das pessoas não binárias no que diz respeito à identificação podem ou não se ver refletidas nas definições dessas identidades (Marx; Maffini; Pena, 2022). Aspectos como desconhecimento (Diaz-Fernandez; Evans, 2022; Goldberg; Kivalanka; Dickey, 2019), invisibilidade, sub-representação e falta de compreensão (Ferfolja *et al.*, 2020) e sentimento de que não são trans o suficiente (Siegel, 2019), foram apontados nos estudos.

Notamos o uso de siglas para a designação das pessoas nos estudos, com destaque para quatro que utilizaram o acrônimo LGBTQ e variações, a sigla SGD para designar pessoas com sexualidade e diversidade de gênero e a sigla TNB para se referirem a transgênero ou não binário; três artigos utilizaram a sigla TGNC para se referir a transgênero e não conformes de gênero e dois artigos referiram-se a transgênero, não binário e não conforme com o gênero através da sigla TNG. Ademais, outras siglas foram utilizadas em apenas um artigo, como GD para se referir a indivíduos com diversidade de gênero que incluem não binário, transgênero e intersexuais; QGD para pessoas *queer* e de gênero diverso; TGD para transgênero e com diversidade de gênero e, por fim, a utilização da sigla SGM para denominar minorias sexuais e de gênero.

Depreendemos que o uso de siglas ocorreu com a intenção de conceder amplitude e inclusão para o maior número de pessoas, em termos de sexualidade e gêneros (Ferfolja *et al.*, 2020; Goldberg; Kivalanka; Dickey, 2019; Matsuno *et al.*, 2023). De certa forma, essa realidade reflete o alcance da alteridade, reconhecendo as singularidades das pessoas, ao mesmo tempo que a liberdade de existência e suas identidades são interpeladas. Por outro lado, questionamos a invisibilidade, em especial da população não binária, por integrar um rol amplo de identidades que não necessariamente as representa. Fato esse sinalizado em alguns estudos, como o de Lefevor e demais autores (2019), que sugere a necessidade de compreensão das identidades, e experiências de indivíduos *genderqueer* que se diferem das vivenciadas por homens e mulheres trans ou cisgênero.

Alguns autores, por exemplo, Heller, Berg e Prichard (2023) e Walsh e demais autores (2020) já se mostram favoráveis ao uso de termos emergentes como “gênero *queer*” e “gênero diverso”. O uso do termo “genderqueer” no sentido de afirmação, face à autenticidade da identidade, emerge em contraposição às expressões com sentido de negação, como “não binário” ou “não conforme” (Lefevor *et al.*, 2019), enquanto o uso do termo “gênero diverso”

é considerado menos estigmatizante do que a expressão “não conformidade de gênero”, por exemplo (Hunt *et al.*, 2021).

Com base nos elementos analisados, percebemos que a multiplicidade de termos e definições não limitam os estudos, contudo há o risco à invisibilidade e ao apagamento de determinadas populações, como as não binárias, que por vezes têm suas experiências incluídas como grupo monolítico (Budge; Domínguez; Goldberg, 2020). Além disso, apontamos a possibilidade de limitação de compreensão dos membros da universidade – corpo técnico, docentes e discentes – sobre as identidades não binárias e certo desconforto para assimilação dessas identidades e uso de pronomes neutros, por exemplo (Mcenterfer; Iovannone, 2020).

2.5 NAVEGAÇÃO, SEGURANÇA E CLIMA NO *CAMPUS*

Lançamos um olhar crítico sobre a predominância do binarismo de gênero no ambiente universitário a partir dos desafios relatados pelos estudantes não binários por meio das suas narrativas e pela interpretação dos autores. Compreendemos que as situações de trânsito, movimento e interação de universitários não binários nos vários espaços acadêmicos caracterizam a “navegação” no *campus*, a qual, em alguma medida, é marcada por mecanismos de poder capazes de interferir nas relações entre os sujeitos e refletir o ambiente que os cercam (Goldberg; Kunalanka; Dickey, 2019; Gutzwa, 2022; Marx; Maffini; Peña, 2022; Flint *et al.*, 2021).

No contexto do ensino superior, as interações com colegas e professores e o acesso aos recursos do *campus*, a exemplo de centro de esportes ou centros LGBTQIAPN+, interferem diretamente no bem-estar físico, emocional e acadêmico dos estudantes de forma a impactar suas vivências e, por consequência, sua afirmação de gênero (Goldberg; Kunalanka; Dickey, 2019; Marx; Maffini; Peña, 2022).

Isso porque a navegação no *campus* perpassa pelo encontro com comportamentos e linguagens heterocisnormativos e transnegativos que se sobrepõem, intencionalmente ou não, a exemplo de microagressões como *misgendering* ou “gênero errado” – nome dado à prática de se referir a uma pessoa trans usando marcadores de gênero diferentes daqueles com os quais se identifica, como pronomes –, ou *deadnaming* – que se refere ao ato, deliberado ou acidental, de se reportar a uma pessoa trans usando um nome diferente daquele com o qual se identifica. Essas experiências levam os estudantes a não expressarem seu gênero de forma autêntica,

experimentarem a autculpa ou já aguardarem futuras agressões (Goldberg; Kivalanka; Dickey, 2019; Matsuno *et al.*, 2023; Flint; Kilgo; Bennett, 2019).

A matriz heterossexual hegemônica exige uma coerência linear entre o sexo biológico, gênero, desejo e práticas sexuais (Butler, 2021; Miskolci, 2012), o que leva estudantes trans a ocultar, silenciar e mascarar suas identidades para minimizar os efeitos do preconceito, da violência e do assédio etc., mesmo quando tentam acessar os serviços necessários no *campus* (Brady *et al.*, 2020; Goldberg; Kivalanka; Dickey, 2019; Gutzwa, 2022; Ferfolja *et al.*, 2020; Siegel, 2019; Marx; Maffini; Peña, 2022).

No tocante aos estudantes não binários, considerados ainda menos conhecidos do que a população trans binária, há a compreensão de que suas identidades são socialmente menos assimiladas, em termos de rótulos de vestimentas, nomes e pronomes de tratamento. Em geral, são vistos como vulneráveis e mal compreendidos por professores, funcionários e colegas, em relação a sua afirmação de gênero, por não seguirem a narrativa trans predominante do “preso no corpo errado”. Nesse sentido, como os estudantes não binários estão menos propensos a modificações corporais e se afastam das expressões de gênero masculino/feminino, têm, por vezes, sua afirmação de gênero questionada e julgada como não autêntica (Goldberg; Kivalanka; Dickey, 2019).

Estudantes que viveram experiências de heterossexismo revelaram medo de relatá-las à universidade porque não estavam preparados para revelar sua sexualidade à instituição ou por conta de experiências negativas anteriores em virtude dessa exposição (Brady *et al.*, 2020). Esse sentimento de autopreservação foi observado no estudo de Gutzwa (2022), baseado na análise da narrativa de um estudante indígena não binário, que vive o conflito de não apresentar publicamente sua identidade de gênero como gostaria. O autor reflete sobre o envolvimento dos estudantes para além do *campus* universitário, incluindo o deslocamento e as atividades extracurriculares, como fatores que possuem impacto direto na navegação entre os espaços que eles ocupam na universidade.

O ambiente onde estão inseridos os estudantes não binários é um importante ponto de análise da teoria de estresse das minorias, utilizada como alicerce para explicar e justificar a ideia de que as “minorias” enfrentam estressores adicionais e únicos devido à sua posição de marginalização social. Essa teoria nos permite compreender como estressores proximais ou subjetivos – caracterizados por percepções individuais, como transfobia internalizada, expectativas negativas e não divulgação da identidade de gênero – e estressores distais – que se referem a eventos externos direcionados a essa população em virtude de sua condição de “minorias”, como assédio, discriminação e violência física ou sexual – moldam as experiências

de universitários não binários e sua saúde mental (Budge; Domínguez; Goldberg, 2020; Marx; Maffini; Peña, 2022).

Nessa linha, estudantes não binários evidenciaram mais estressores e piores resultados de saúde mental, quando comparados a homens e mulheres cisgênero e transgênero. Por outro lado, quando esses estudantes manifestavam o sentimento de pertencimento ao *campus*, também relataram um impacto geral mais baixo das experiências associadas a teoria de estresse das minorias (Budge; Domínguez; Goldberg, 2020; Marx; Maffini; Peña, 2022).

Espaços como centros LGBTQIAPN+ fornecem aos estudantes não binários a sensação de conforto e segurança por terem sua identidade respeitada e validada. Os estudantes descreveram a existência de “camaradagem instantânea” não somente configurada pelo espaço físico, mas pela interação entre os corpos (Flint; Kilgo; Bennett, 2019). Nessa ótica, um *campus* tem um clima acolhedor e proporciona um maior sentimento de pertencimento se tiver políticas de não discriminação ou espaços com inclusão de gênero, como moradia universitária (Budge; Domínguez; Goldberg, 2020; Marx; Maffini; Peña, 2022; Siegel, 2019).

Todavia, estacionamentos, vias de deslocamento no interior do *campus* e outros espaços institucionais foram descritos como locais de potencial ameaça à segurança dos estudantes (Flint; Kilgo; Bennett, 2019). O estudo realizado por Ferfolja e demais autores (2020), por exemplo, revela que os estudantes foram compelidos a não revelar suas identidades – gênero e/ou sexualidade – para se sentirem mais seguros, enquanto estivessem na universidade. Os autores analisaram que embora essa ocultação atue no sentido de evitar a discriminação, leva as pessoas ao desgaste emocional e abre caminho para a invisibilidade. Além disso, reforça o discurso heterocisnormativo predominante, tendo como resultado o apagamento da diversidade.

Nessa direção, compreendemos que em termos de segurança, dentro e ao redor do *campus* durante o dia, os estudantes não binários relatam sentir-se menos protegidos do que seus colegas cisgênero. Isso porque a expressão de gênero pode ser mais aparente para pessoas potencialmente hostis durante o dia (Marx; Maffini; Peña, 2022; Yarhouse *et al.*, 2021).

Destacar a navegação, a segurança e o clima no *campus*, nas vivências de pessoas não binárias, recai na dificuldade em tratar uma temática em separado, haja vista que os fatores estão interligados, tamanha a complexidade. A maioria dos estudos defende mudanças institucionais, por intermédio de políticas inclusivas e envolvimento do corpo docente e funcionários, com o objetivo de desestimular contextos hetero e cisnormativos opressores que contribuem significativamente para as (não)vivências de sujeitos que cruzam a linha normativa.

2.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pretendemos, com este estudo, apresentar a vivência da população estudantil não binária nas universidades. Muitos desafios foram constatados, principalmente porque em comparação aos estudantes cisgênero, os estudantes não binários estão mais propensos a dificuldades sociais e emocionais que afetam sua permanência na universidade.

Por meio do presente estudo, destacamos as múltiplas identificações e expressões de gênero a partir da perspectiva de como os autores descreveram a população estudada e de como essa população se autodenominou a partir de suas narrativas. Os termos, “gênero *queer*” e “gênero diverso” foram apontados como nomenclaturas em ascensão. Sinalizamos o risco à invisibilidade e ao apagamento, especialmente da população não binária, tendo em vista a possibilidade de ser considerada como um grupo monolítico (Budge; Domínguez; Goldberg, 2020).

Também evidenciamos que os estudantes não binários estão mais propensos a estressores e possuem piores resultados de saúde mental, associados a teoria de estresse das minorias, quando comparados a estudantes cisgênero e transgênero, bem como de outras métricas, como segurança dentro e ao redor do *campus* durante o dia, vitimização quanto a ameaça, perseguição e agressão sexual. Enfatizamos, contudo, o medo de relatar as experiências negativas relacionadas ao heterossexismo à universidade como importante descoberta, tendo em vista o desafio institucional para romper esse estigma (Brady *et al.*, 2020; Budge; Domínguez; Goldberg, 2020; Marx; Maffini; Peña, 2022).

Como limitação do estudo, marcamos o uso exclusivo da língua inglesa na busca na base de dados, sobrepondo a escolha por outras línguas, inclusive o português. Por consequência, a realidade nacional seguiu ignorada nos estudos, uma vez que a maioria destes aconteceu em universidades de outros países.

Pesquisas futuras podem explorar a possibilidade de correlacionar aspectos raciais à população estudada, visto que este pode ser aspecto relevante para a temática. Além disso, outras categorias de conteúdo podem ser exploradas, como linguagem inclusiva de gênero, utilização de banheiros consoante a identificação de gênero, entre outros.

Consideramos necessário estimular a visibilidade da população não binária e ampliar suas perspectivas de acesso e permanência nos espaços da universidade, por intermédio de políticas institucionais.

REFERÊNCIAS

AIRTON, L. The de/politicization of pronouns: implications of the no big deal campaign for gender-expansive educational policy and practice. *Gender And Education*, [Abingdon], v. 30, n. 6, p. 790-810, 6 June 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.1080/09540253.2018.1483489>. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/09540253.2018.1483489>. Acesso em: 05 mar. 2023.

ANDERSSSEN, N. *et al.* Life satisfaction and mental health among transgender students in Norway. *Bmc Public Health*, London, v. 20, n. 1, p. 2-11, 30 Jan. 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.1186/s12889-020-8228-5>. Disponível em: <https://bmcpublichealth.biomedcentral.com/articles/10.1186/s12889-020-8228-5>. Acesso em: 03 mar. 2023.

ASQUITH, N. L. *et al.* Diversity and safety on campus @ Western: heterosexism and cissexism in higher education. *International Review of Victimology*, Bicester, GB, v. 25, n. 3, p. 320-340, Oct. 2018. SAGE Publications.2020. <http://dx.doi.org/10.1177/0269758018799032>. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0269758018799032>. Acesso em: 26 mar. 2023.

BRADY, B. *et al.* Fear of heterosexism among sexuality and gender diverse staff and students. *Journal of Interpersonal Violence*, Thousand Oaks, v. 37, n. 3-4, p. 997-1022, June 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.1177/0886260520928648>. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0886260520928648>. Acesso em: 05 mar. 2023.

BRAZÃO, J. P. G.; DIAS, A. F. O que dizem os estudantes sobre gênero não-binário: um estudo comparativo na Universidade Federal de Sergipe e na Universidade da Madeira. *Revista On Line de Política e Gestão Educacional*, Araraquara, p. 2886-2909, set./dez. 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.22633/rpge.v25i3.15680>. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/15680>. Acesso em: 03 mar. 2023.

BUDGE, S. L.; DOMÍNGUEZ, S.; GOLDBERG, A. E. Minority stress in nonbinary students in higher education: the role of campus climate and belongingness. *Psychology of Sexual Orientation and Gender Diversity*, Washington, v. 7, n. 2, p. 222-229, June 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.1037/sgd0000360>. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/doiLanding?doi=10.1037%2Fsgd0000360>. Acesso em: 05 mar. 2023.

BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 21. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.

COULON, A. O ofício de estudante: a entrada na vida universitária. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 43, n. 4, p. 1239-1250, Dez. 2017, DOI: <https://doi.org/10.1590/s1517-9702201710167954>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ep/article/view/141109>. Acesso em: 16 jun. 2023.

DAY, J. K. *et al.* Associations between trans-inclusive resources and feelings of inclusion in campus LGBTQ+ groups: differences for trans students of color. *Psychology of Sexual*

Orientation and Gender Diversity, Washington, v. 10, n. 3, p. 1-13, 8 Dec. 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.1037/sgd0000616>. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/doiLanding?doi=10.1037%2Fsgd0000616>. Acesso em: 05 mar. 2023.

DANTAS, H. L. de L. *et al.* Como elaborar uma revisão integrativa: sistematização do método científico. *Revista Científica de Enfermagem*, São Paulo, v. 12, n. 37, p. 334-345, mar. 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.24276/rrecien2022.12.37.334-345>. Disponível em: <https://recien.com.br/index.php/Recien/article/view/575>. Acesso em: 17 fev. 2023.

DIAZ-FERNANDEZ, S.; EVANS, A. (Mis)recognition within heterogendered lad culture: lgbtqia+ students' subjectivities in higher education. *Gender and Education*, [Abingdon], v. 34, n. 3, p. 346-361, May 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.1080/09540253.2021.1929855>. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/09540253.2021.1929855>. Acesso em: 26 mar. 2023.

DOTSON, M. P.; HOYT, L. T.; COHEN, A. K. 'Unsuitable' environments: a qualitative study of us college youth learning online while sheltering-in-place in spring 2020. *Journal of Youth Studies*, [London], v. 34, n. 3, p. 1-17, Aug. 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.1080/13676261.2022.2112162>. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/13676261.2022.2112162>. Acesso em: 26 mar. 2023.

FERFOLJA, T. *et al.* In/visibility on campus? Gender and sexuality diversity in tertiary institutions. *Higher Education*, Amsterdam, v. 80, n. 5, p. 933-947, Mar. 2020. Springer Science and Business Media LLC. DOI: <http://dx.doi.org/10.1007/s10734-020-00526-1>. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10734-020-00526-1>. Acesso em: 26 mar. 2023.

FLINT, M.A.; KILGO, C. A.; BENNETT, L. A. The right to space in higher education: nonbinary and agender students' navigation of campus. *Journal of College Student Development*, Baltimore, v. 60, n. 4, p. 437-454, July./Aug. 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.1353/csd.2019.0039>. Disponível em: <https://muse.jhu.edu/article/730663>. Acesso em: 17 mar. 2023.

FLINT, M.A.; KILGO, CA; EMSLIE, K; BENNETT, LA. The Nexus of Trans Collegians' Pronouns and Name Practices Navigating Campus Space(s): Beyond the Binary. *Journal of Diversity in Higher Education*, v. 16, n. 4, p. 471-485, Set. 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.1037/dhe0000349> Disponível em: <https://psycnet.apa.org/doiLanding?doi=10.1037%2Fdhe0000349>. Acesso em: 05 mar. 2023.

FORD, K. S. *et al.* Toward gender-inclusive postsecondary data collection. *Educational Researcher*, Washington, v. 50, n. 2, p. 127-131, Oct. 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.3102/0013189x20966589>. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.3102/0013189X20966589>. Acesso em: 22 mar. 2023.

GOLDBERG, A. E.; KUVALANKA, K.; DICKEY, L. Transgender graduate students' experiences in higher education: a mixed-methods exploratory study. *Journal of Diversity in Higher Education*, Washington, v. 12, n. 1, p. 38-51, 2019.

DOI:<http://dx.doi.org/10.1037/dhe0000074>. Disponível em:
<https://psycnet.apa.org/doiLanding?doi=10.1037%2Fdhe0000074>. Acesso em: 05 mar. 2023.

GOLDBERG, A. E. *et al.* Transgender Graduate Students: considerations, tensions, and decisions in choosing a graduate program. *Journal of Homosexuality*, New York., v. 69, n. 9, p. 1549-1575, Apr. 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.1080/00918369.2021.1919476>. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/00918369.2021.1919476>. Acesso em: 05 mar. 2023.

GOLDBERG, A. E.; SMITH, J. Z.; BEEMYN, G. Trans activism and advocacy among transgender students in higher education: a mixed methods study. *Journal of Diversity in Higher Education*, Washington, v. 13, n. 1, p. 66-84, Mar. 2020. American Psychological Association (APA). <http://dx.doi.org/10.1037/dhe0000125>. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/doiLanding?doi=10.1037%2Fdhe0000125>. Acesso em: 05 mar. 2023.

GUSS, C. E. *et al.* Family Building Desires among a Sample of Transgender and Nonbinary Students. *Journal of GLBT Family Studies*, [S.L.], v. 17, n. 5, p. 470-481, Apr. 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.1080/1550428x.2021.1911013>. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/1550428X.2021.1911013>. Acesso em: 05 mar. 2023.

GUTZWA, J. A. “It’s survival mode”: exploring how an indigenous trans* student of color (per)forms identity while transgressing space. *Journal of Diversity in Higher Education*, Washington, p. 1-13, Apr. 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.1037/dhe0000410> Disponível em: <https://psycnet.apa.org/doiLanding?doi=10.1037%2Fdhe0000410>. Acesso em: 05 mar. 2023.

GRAMMER, A. C. *et al.* Characterizing eating disorder diagnosis and related outcomes by sexual orientation and gender identity in a national sample of college students. *Eating Behaviors*, New York, n. 42, p. 1-7, Aug. 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.1016/j.eatbeh.2021.101528>. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S1471015321000556?via%3Dihub>. Acesso em: 26 mar. 2023.

GAMSON, J. As sexualidades, a teoria queer e a pesquisa qualitativa. In: DENZIN, N.; LINCOLN, Y. (org.). *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. 2 ed. Porto Alegre: Arned, 2006. cap. 12, p. 345-362.

GROCOTT, L. R. *et al.* Institutional Response and Impact of Reporting Sexual Violence: an examination of sexual and gender minority college students. *Journal of Interpersonal Violence*, Thousand Oaks, v. 37, n. 21/22, p. 20653-20676, Nov. 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.1177/08862605211055078>. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/08862605211055078>. Acesso em: 26 mar. 2023.

HELLER, A. T.; BERG, S. S.; PRICHARD, J. R. University housing reinforces the negative relationship between interpersonal violence, psychological distress, and suicidality in undergraduates, particularly among gender diverse students. *Journal of American College Health*, New York, v. 71, n. 1, p. 102-110, fev, 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.1080/07448481.2021.1878186>. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/07448481.2021.1878186>. Acesso em: 26 mar. 2023.

HOLLAND, K. J.; CIPRIANO, A. E.; HUIT, T. Z. LGBTQ and straight sexual assault survivors' interactions with counseling in a campus counseling center and women's center. *Women & Therapy*, New York, v. 44, n. 3/4, p. 337-357, Oct. 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.1080/02703149.2021.1961439>. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/02703149.2021.1961439>. Acesso em: 26 mar. 2023.

HORWITZ, A. G. *et al.* Variation in suicide risk among subgroups of sexual and gender minority college students. *Suicide and Life-Threatening Behavior*, Chichester, v. 50, n. 5, p. 1041-1053, Oct. 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.1111/sltb.12637>. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/sltb.12637>. Acesso em: 05 mar. 2023.

HOYT, L. T. *et al.* "Constant stress has become the new normal": stress and anxiety inequalities among u.s. college students in the time of covid-19. *Journal of Adolescent Health*, New York, v. 68, n. 2, p. 270-276, Feb. 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.1016/j.jadohealth.2020.10.030>. Disponível em: [https://www.jahonline.org/article/S1054-139X\(20\)30646-7/abstract](https://www.jahonline.org/article/S1054-139X(20)30646-7/abstract). Acesso em: 26 mar. 2023.

HUNT, C. *et al.* Gender diverse college students exhibit higher psychological distress than male and female peers during the novel coronavirus (COVID-19) pandemic. *Psychology of Sexual Orientation and Gender Diversity*, Washington, v. 8, n. 2, p. 238-244, 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.1037/sgd0000461>. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/doiLanding?doi=10.1037%2Fsgd0000461>. Acesso em: 26 mar. 2023.

KNUTSON, D. *et al.* Advocating for transgender and nonbinary affirmative spaces in graduate education. *Higher Education*, Washington, v. 83, n. 2, p. 461-479, Feb. 2021. Springer Science and Business Media LLC. DOI: <http://dx.doi.org/10.1007/s10734-020-00673-5>. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10734-020-00673-5>. Acesso em: 05 mar. 2023.

LEFEVOR, G. T. *et al.* Health disparities between genderqueer, transgender, and cisgender individuals: an extension of minority stress theory. *Journal of Counseling Psychology*, Washington, v. 66, n. 4, p. 385-395, July 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.1037/cou0000339>. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/doiLanding?doi=10.1037%2Fcou0000339>. Acesso em: 22 mar. 2023.

LUCTKAR-FLUDE, M. *et al.* Impact of virtual simulation games to promote cultural humility regarding the care of sexual and gender diverse persons: a multi-site pilot study. *Clinical Simulation in Nursing*, Oxford, v. 71, p. 146-158, Oct. 2022. Elsevier BV. DOI: <http://dx.doi.org/10.1016/j.ecns.2022.07.004>. Disponível em: [https://www.nursingsimulation.org/article/S1876-1399\(22\)00063-9/abstract](https://www.nursingsimulation.org/article/S1876-1399(22)00063-9/abstract). Acesso em: 26 mar. 2023.

MARTIN-STOREY, A. *et al.* Sexual violence on campus: differences across gender and sexual minority status. *Journal of Adolescent Health*, New York, v. 62, n. 6, p. 701-707, June 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.1016/j.jadohealth.2017.12.013>. Disponível em: [https://www.jahonline.org/article/S1054-139X\(18\)30007-7/abstract](https://www.jahonline.org/article/S1054-139X(18)30007-7/abstract). Acesso em: 05 mar. 2023.

MARX, R. A.; MAFFINI, C. S.; PEÑA, F. J. Understanding nonbinary college students' experiences on college campuses: an exploratory study of mental health, campus involvement, victimization, and safety. *Journal of Diversity in Higher Education*, Washington, v. 16, n. 5, p. 1-16, June 2022. DOeI: <http://dx.doi.org/10.1037/dhe0000422>. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/doiLanding?doi=10.1037%2Fdhe0000422>. Acesso em: 05 mar. 2023.

MALDONADO-TORRES, N. A topologia do Ser e a geopolítica do conhecimento. Modernidade, império e colonialidade. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 80, p. 71-114, 1 mar. 2008. DOI: <http://dx.doi.org/10.4000/rccs.695>. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/695>. Acesso em: 04 jun. 2023.

MATSUNO, E. *et al.* "There's no real roadmap that I know of": experiences of transgender and nonbinary graduate students in counseling psychology programs. *Journal of Counseling Psychology*, Washington, v. 70, n. 1, p. 16-29, Jan. 2023. <http://dx.doi.org/10.1037/cou0000647>. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/doiLanding?doi=10.1037%2Fcou0000647>. Acesso em: 05 mar. 2023.

MCENTARFER, H. K.; IOVANNONE, J. Faculty perceptions of chosen name policies and non-binary pronouns. *Teaching In Higher Education*, Oxfordshire, v. 27, n. 5, p. 632-647, Feb. 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.1080/13562517.2020.1729722>. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/13562517.2020.1729722>. Acesso em: 05 mar. 2023.

MCSPADDEN, E. L. Creating LGBTQI+ programing in urban higher education: considering the creation process of a campus resource room. *Journal of Gay & Lesbian Social Services*, [Binghamton], v. 32, n. 3, p. 310-327, Apr. 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.1080/10538720.2020.1752873>. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/10538720.2020.1752873>. Acesso em: 05 mar. 2023.

MEERWIJK, E. L.; SEVELIUS, J. M. Transgender Population Size in the United States: a meta-regression of population-based probability samples. *American Journal of Public Health*, Washington, v. 107, n. 2, p. 1-8, Feb. 2017. DOI <http://dx.doi.org/10.2105/ajph.2016.303578>. Disponível em: <https://ajph.aphapublications.org/doi/full/10.2105/AJPH.2016.303578> .Acesso em: 8 jun. 2023.

MISKOLCI, R. A Teoria Queer e a questão das diferenças: por uma analítica da normalização. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 11, n. 21, p. 150-182, jan. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/BkRJyv9GszMddwqpncrJvdn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11 jun. 2023.

MISKOLCI, R. *Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012. (Série Cadernos da diversidade).

ROMANO, K. A.; LIPSON, S. K. Weight misperception and thin-ideal overvaluation relative to the positive functioning and eating disorder pathology of transgender and nonbinary young adults. *Psychology of Sexual Orientation and Gender Diversity*, Washington, v. 9, n. 4, p. 446-453, Dec. 2022. American Psychological Association (APA). <http://dx.doi.org/10.1037/sgd0000524>. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/doiLanding?doi=10.1037%2Fsgd0000524>. Acesso em: 26 mar. 2023.

- SIEGEL, D. P. Transgender experiences and transphobia in higher education. *Sociology Compass*, [s. l.], v. 13, n. 10, p. 1-13, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.1111/soc4.12734>. Disponível em: <https://compass.onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/soc4.12734>. Acesso em: 05 mar. 2023.
- SILVA, A. M. M. de; CÉSAR, M. R. de A.; SANTOS, D. B. C. dos. Os precedentes judiciais no contexto dos direitos LGBTI+ nos Estados Unidos da América. *Observatório de La Economía Latinoamericana*, Curitiba, v. 21, n. 3, p. 1397-1421, 3abr. 2023. South Florida Publishing LLC. <http://dx.doi.org/10.55905/oelv21n3-013>. Disponível em: <https://ojs.observatoriolatinoamericano.com/ojs/index.php/olel/article/view/412>. Acesso em: 9 jun. 2023.
- SOUSA, L. *et al.* A metodologia de revisão integrativa da literatura em enfermagem. *Revista Investigação em Enfermagem*, Portugal, v. p. 2. 17-26. nov. 2017. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/321319742>. Acesso em: 16 fev. 2023.
- SOUZA, M. T. de; SILVA, M. D. da; CARVALHO, R. de. Revisão integrativa: o que é e como fazer. *Einstein*, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 102-106, mar. 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1679-45082010RW1134>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eins/a/ZQTBkVJZqcWrTT34cXLjtBx/?lang=pt>. Acesso em: 16 fev. 2023.
- SULLIVAN, C.; DAY, M. Queer(y)ing Indigenous Australian higher education student spaces. *The Australian Journal of Indigenous Education*, Australia, v. 50, n. 1, p. 2-9, Oct. 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.1017/jie.2019.19>. Disponível em: <https://ajie.atsis.uq.edu.au/ajie/article/view/274>. Acesso em: 26 mar. 2023.
- TRANSGENDER EUROPE. *Trans Rights Map: Europe & Central Asia 2023*. [S. l.], 2023b. Disponível em: <https://transrightsmap.tgeu.org/home/>. Acesso em: 8 jun. 2023.
- TRANS LEGISLATION TRACKER. *2023 anti-trans bills tracker*. EUA, 2023a. Disponível em: <https://translegislation.com/>. Acesso em: 11 jul. 2023.
- THORNE, N. *et al.* The terminology of identities between, outside and beyond the gender binary – A systematic review. *International Journal of Transgenderism*, London, v. 20, n. 2-3, p. 138-154, July 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.1080/15532739.2019.1640654>. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/15532739.2019.1640654>. Acesso em: 11 fev. 2023.
- TALBOT, C. *et al.* The management of LGBTQ+ identities on social media: a student perspective. *New Media & Society*, London, v. 24, n. 8, p. 1729-1750, Dec. 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.1177/1461444820981009>. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1461444820981009>. Acesso em: 26 mar. 2023.
- WALSH, K. *et al.* Repeat sexual victimization during college: prevalence and psychosocial correlates. *Psychology of Violence*, [s. l.], v. 10, n. 6, p. 676-686, Nov. 2020. <http://dx.doi.org/10.1037/vio0000339>. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/doiLanding?doi=10.1037%2Fvio0000339>. Acesso em: 26 mar. 2023.

YARHOUSE, M. A. *et al.* Listening to transgender and gender diverse students on Christian College campuses. *Journal of Religion and Health*, New York, v. 60, n. 6, p. 4480-4499, dez. 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.1007/s10943-021-01425-0>. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10943-021-01425-0>. Acesso em: 26 mar. 2023.

CAPÍTULO II

ARTIGO

RECORTES DA NÃO-BINARIEDADE NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA: ENTRE SOBRE(VIVÊNCIAS) E RESISTÊNCIAS

RESUMO

Este estudo de campo tem como objetivo compreender as vivências de estudantes não-binários na Universidade Federal da Bahia. Para este fim, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com cinco estudantes autodeclarados não-binários nesta universidade, tendo a análise de conteúdo como técnica de análise e interpretação dos dados. Apresenta as perspectivas feminista, transfeminista e teoria *queer* como suporte teórico-analítico. A investigação indicou que a população estudantil não-binária é afetada por situações que envolvem a leitura social das subjetividades de gêneros a partir de parâmetros normativos binários que impactam sua autoimagem e o enfrentamento de microagressões, como *misgendering*. Ademais, identificamos a presença de aspectos considerados estruturais e estruturantes, que se justificam pela cisheteronormatividade enraizada em práticas existentes na universidade, como a segregação binária nos banheiros. Destacamos ainda a presença de violência administrativa por conta de formulários não inclusivos que restringem as múltiplas identidades, utilizando a opção “outros”. Assim, evidenciamos que as vivências das/des/dos estudantes não-binários são marcadas por resistências aos padrões cisheteronormativos na medida que a universidade é vista, também, como fonte potencial de emancipação.

Palavras-chave: *não-binária; vivências; universidades; gênero queer*

ABSTRACT

This field study aims to understand the experiences of non-binary students at the Federal University of Bahia. To this end, semi-structured interviews were conducted with five self-declared non-binary students at this university, using content analysis as a technique for analyzing and interpreting the data. It presents feminist, transfeminist, and queer theory perspectives as theoretical-analytical support. The investigation indicated that the non-binary student population is affected by situations that involve the social reading of gender subjectivities based on binary normative parameters that impact their self-image and the confrontation of microaggressions, such as misgendering. Furthermore, we identified the presence of aspects considered structural and structuring, which are justified by the cisheteronormativity rooted in existing practices at the university, such as binary segregation in bathrooms. We also highlight the presence of administrative violence due to non-inclusive forms that restrict multiple identities, using the “other” option. Thus, we demonstrate that the experiences of non-binary students are marked by resistance to cisheteronormative standards as the university is also seen as a potential source of emancipation.

Keywords: non-binary; experiences; universities; gender queer

3.1 INTRODUÇÃO

As universidades podem ser espaços em que as/es/os estudantes têm a liberdade para expressar as suas autodescobertas e a afirmação de suas identidades, devido à coincidência, para muitas/es/os, entre o início da idade adulta e o período correspondente ao ensino superior, em que podem experimentar mais autonomia e independência. Questões relacionadas à autoafirmação, insegurança e transtornos que afetam a saúde mental como ansiedade, depressão e ideação suicida também se manifestam e interferem no percurso acadêmico e não somente isso, situações como percepção de inclusão e socialização determinam sua permanência nestes espaços (Viana *et al.*, 2022).

Nesse sentido, as universidades são interpeladas a estimular desconstruções epistemológicas sobre construtos hegemônicos em relação às sexualidades e aos gêneros, por meio de uma perspectiva não-normalizadora (Butler, 2021; Louro, 2001). Essa ideia se apoia na superação do pensamento binário de gênero (masculino/feminino), perspectiva defendida pelas pessoas não-binárias, que interrogam esse pensamento, até então determinado pelo sexo e definido apenas por uma identidade de gênero, considerada como normal e natural. Além disso, o pensamento binário e dicotômico associa-se a uma hierarquização de dominação/submissão, homem/mulher, e acredita como impensáveis as multiplicidades sexuais e de gêneros (Castro; Reis, 2017; Colling, 2018).

As abordagens acerca da não-binariedade de gênero exigem cuidado potencial para não reduzir ou limitar os entendimentos sobre a temática, de modo a evitar armadilhas socioculturais normativas e hegemônicas que ditam o modo de viver, amar, vestir-se etc. Essa observação é importante pela existência de multiplicidade de termos para designar a existência de identidades não-binárias ou transidentidades.

Os estudos *queer* colocam em questão a ótica não-binária, em observância a dois aspectos que para Butler (2014) estão relacionados não somente pela busca em “separar sexualidade de gênero, de modo que ter um gênero não pressupõe que alguém se envolva numa prática sexual determinada, e envolver-se numa prática sexual determinada, sexo anal, por exemplo, não pressupõe que alguém seja de um gênero dado” (Butler, 2014, p. 269), como também, para “argumentar que gênero não é redutível à heterossexualidade hierárquica” (Butler, 2014, p. 269). Além disso, consideramos a emergência da teoria transfeminista como forma de enunciar a construção de uma política crítica e de subjetividades dissidentes (Preciado, 2014).

Nesse bojo, o apoio da perspectiva transfeminista se faz importante, pois

[...] o transfeminismo reconhece a interseção entre as variadas identidades e identificações dos sujeitos e o caráter de opressão sobre corpos que não estejam conforme os ideais racistas e sexistas da sociedade, de modo que busca empoderar os corpos das pessoas como eles são (incluindo as trans), idealizados ou não, deficientes ou não, independentemente de intervenções de qualquer natureza; ele também busca empoderar todas as expressões sexuais das pessoas transgênero, sejam elas assexuais, bissexuais, heterossexuais, homossexuais ou com qualquer outra identidade sexual possível (Jesus; Alves, 2012a, local 15).

Considerando esse cenário, as experiências de estudantes não-binários nas universidades são diferentes de seus colegas cisgênero em vários aspectos, a exemplo da segurança no *campus*, da discriminação e opressão, das preocupações com a saúde mental e com o envolvimento extracurricular. Os estudos feitos por Marx *et al.* (2022) e por Lefevor *et al.* (2019) apontam que os estudantes não-binários, em relação aos seus colegas cisgêneros, sentem-se menos seguros dentro e ao redor do *campus* durante o dia, estão mais propensos a sofrer ameaças, perseguição e agressão sexual, possuem taxas mais altas de estresse, sofrimento psicológico, considerando suicídio e tentativa de suicídio, e estão menos propensos a participar de esportes e organizações sociais.

Essa realidade nos estimulou a pensar sobre as vivências de estudantes não-binários, uma vez que a complexidade da experiência universitária é mais desafiadora para elas/elus/eles, que se colocam no limite das definições identitárias e questionam sua função política e

normativa. Estamos falando não somente da transição do ensino médio para o ensino superior, do processo de permanência do estudante na universidade e das inseguranças e dúvidas ao percorrer as etapas relacionadas a este processo, mas também, da ideia de acolhimento, pertencimento, “não-lugar”, microagressões e violências que não alcançam estudantes cisgênero, por exemplo, mas que atingem as pessoas consideradas marginalizadas em função da sua identidade de gênero.

Como o foco desta pesquisa é, principalmente, compreender as vivências das/des/dos estudantes não-binários na Universidade Federal da Bahia, entendemos que a compreensão do conceito de vivência nos dará contribuições iniciais sobre a relação vivência-corpo dentro da trajetória acadêmica das/des/dos estudantes.

Do ponto de vista filosófico, “vivência” surge a partir de *erlebnis*, vocábulo alemão, de meados do século XIX, que significa “estar ainda presente na vida quando algo acontece” (Viesenteiner, 2013, p. 142). Três aspectos principais caracterizam a vivência: a imediatez, a significabilidade e a incomensurabilidade. Por imediatez, entendemos tratar-se da vivência com a vida em seu caráter imediato, ou seja, não é obtido pela tradição ou pela oralidade; significabilidade confere importância decisiva ao que é vivenciado; e já incomensurabilidade confere uma dimensão estética, uma vez que o conteúdo da vivência não pode ser determinado racionalmente, ou seja, a vivência aproxima o entendimento do “sentir na pele” com uma roupagem própria para cada pessoa, sendo, portanto, difícil de ser completamente capturado ou explicado por meios racionais. Desta forma, a vivência possui um caráter individual, único e é sentida de forma diferente por cada pessoa (Viesenteiner, 2013).

Com base no exposto, a vivência só pode ser verdadeiramente compreendida após ser experimentada, ou seja, só conseguimos dar significado ou explicar o que vivemos depois de termos passado pela experiência. Assim, o sentido da vivência não é algo pré-definido, surge retrospectivamente, à medida que refletimos sobre o que vivemos. Garcia e Pan (2023, p. 7) ainda nos esclarecem que “com base no conceito de vivência acadêmica, o universitário pode então ser compreendido como um ser em constante formação e que a cada etapa da vida acadêmica e profissional deve se posicionar criticamente diante das novas tarefas impostas a ele pelo contexto universitário”.

Ademais, em consonância com o nosso tema de trabalho, Garcia e Pan (2023) revelam que o sucesso do estudante na universidade depende em grande parte das redes de apoio, das práticas pedagógicas e dos programas de acolhimento disponíveis. Tais práticas influenciam diretamente a qualidade da formação acadêmica e profissional, podendo determinar o nível de engajamento, permanência e êxito das/des/dos alunas/es/os no Ensino Superior.

Portanto, é certo que parâmetros interseccionais, como raça, classe social, crença religiosa etc., contribuem para que cada vivência acadêmica não seja apenas diferente, mas única. No caso desta pesquisa, que perpassa pelo estudo de gênero(s) e sexualidade, a peculiaridade está em compreender as singularidades vivenciadas por estudantes não-binários no contexto de uma universidade pública.

Além disso, o caráter individual da vivência a torna única para cada pessoa e com significados próprios. Isso significa dizer que a vivência de um estudante não-binário em um país como os EUA, por exemplo, será diferente da vivência de um estudante brasileiro, uma vez que outros fatores, desde sociais, culturais, econômicos, entre outros podem ser encontrados de maneira particularizada (Marx *et al.*, 2022; Lefevor *et al.*, 2019).

Partindo dessa reflexão sobre as experiências de estudantes não-binários em universidades de outros países, entendemos a necessidade de conhecer a realidade local dos estudantes não-binários. Desta forma, o presente estudo tem o objetivo de compreender como se dão as vivências de estudantes não-binários na Universidade Federal da Bahia, tendo como suporte teórico as Teorias *Queer*, Feminista e Transfeminista, principalmente por permitirem uma visão subversiva, múltipla e plural destes sujeitos, considerados não apenas únicos, mas reflexivos e resistentes.

Para tanto, estruturamos este diálogo em seções específicas. Na primeira, descrevemos o cenário e os desafios para a população estudantil universitária não-binária, em seguida, apontamos o percurso metodológico delineado. A terceira seção refere-se à análise dos resultados da incursão em campo, estando configurada por duas categorias de análise, a primeira, “Vivência na universidade enquanto estudante não-binário”, e a segunda, “Aspectos estruturais e estruturantes da universidade em relação às/es/aos estudantes não-binários”. Nas considerações finais, apontaremos a conclusão.

3.2 CENÁRIO E DESAFIOS PARA A POPULAÇÃO ESTUDANTIL NÃO-BINÁRIE

Temos visto, nos últimos anos, a ascensão do conservadorismo que acaba por reforçar ainda mais os padrões culturais binários dominantes. As reformas legais e as políticas governamentais implementadas a partir da década de 2010, como o casamento entre pessoas do mesmo sexo, geraram articulações contrárias de “empreendedores morais” que realizaram contraofensivas à agenda feminista defendida na Conferência da ONU, em Beijing, no ano de

1995, movimento que acabou por favorecer a emergência da noção “ideologia de gênero”, por exemplo (Miskolci; Campana, 2017).

Com isso, em seu discurso, estes “empreendedores morais” buscam dominar as políticas públicas na tentativa de excluir pautas feministas e LGBTQIAPN+, com o objetivo de manter o “Estado como espaço masculino e heterossexual” (Miskolci; Campana, 2017, p. 743).

A incitação de embates ideológicos, religiosos e políticos, fundamentados pela oposição aos avanços dos direitos sexuais e reprodutivos, são refletidos por meio de discursos de ódio que atacam toda a comunidade LGBTQIAPN+ (Miskolci; Campana, 2017). Essa condição indica a ineficácia do alcance de direitos pelas populações estigmatizadas, principalmente em relação à segurança pública, uma vez que o Brasil é o oitavo país mais violento do mundo e continua sendo o que mais mata as pessoas LGBTQIAPN+, sendo Salvador a capital mais insegura para esta comunidade (Oliveira *et al.*, 2022).

Em relação à população não-binária, o relatório do Grupo Gay da Bahia, referente ao ano de 2021, registrou a primeira ocorrência de violência letal contra uma pessoa não-binária. Já o dossiê de mortes e violências contra LGBTI¹⁶ no Brasil, de 2022, aponta quase total ausência de informações de homicídios contra pessoas não-binárias, com um registro de suicídio. Já em 2023, este número aumentou para dois suicídios de pessoas não-binárias (GGB, 2021; ANTRA; ABGLT, 2023; GGB, 2023).

Referente ao ano de 2024, temos a alarmante informação de que o Estado da Bahia informou não possuir dados acerca de registros de homotransfobia. Isso significa dizer que “dois fatores estão sendo sistematicamente negligenciados – a vítima e o profissional de segurança pública” (Brandão, 2024, p. 116).

Em termos de representatividade, quando comparados com a comunidade transgênero (trans), a população não-binária é julgada e deslegitimada por falta de representatividade como um movimento organizado. Isso acaba sendo visto como um processo de controle existente sobre a comunidade trans, baseado na crença de como as pessoas trans devem fazer ou sentir (Siegel, 2019), denominado transnormatividade. Este fenômeno traz ao debate o discurso de pertencimento.

Nesse sentido, um estudo (Siegel, 2019) realizado nos EUA revelou a existência da vigilância entre a própria comunidade trans sobre como as pessoas se definem “transgênero” e como, nessa definição, elas se diferem dos estudantes não-binárias na perspectiva de serem trans o suficiente ou não, por exemplo. Em outro estudo (Goldberg *et al.*, 2021), alguns

¹⁶ Preservada a nomenclatura do documento.

estudantes não-binários preferem ficar em silêncio sobre sua condição de gênero ou se aproximam do gênero binário para navegar com segurança no *campus* e alcançar seus objetivos.

A partir desse cenário político-social, concordamos com Chauí (2003), quando diz que a universidade reflete a estrutura e o funcionamento da sociedade. Desta forma, a instituição universitária é convocada a ser um espaço atento e disponível ao enfrentamento da violência, bem como de acolhimento às vítimas e com a possibilidade de institucionalização de normas, previsão de sanções acadêmicas e administrativas. Além disso, as universidades precisam conduzir ações afirmativas relacionadas à educação e à diversidade, além de viabilizar projetos para a permanência e pós-permanência de estudantes marginalizados.

Tomando como exemplo a experiência de estudantes não-binários de países como EUA, que relataram situações hostis nos espaços universitários relacionados a banheiros, vestiários e outros espaços segmentados por gênero biológico, *misgendering*¹⁷, crise de saúde mental relacionados à discriminação e marginalização, entre outros, temos refletido sobre a necessidade de problematização das vivências desta população (Budge *et al.*, 2020; Goldberg *et al.*, 2019; Knutson *et al.*, 2022).

Outra situação envolve o processo institucional de coleta de dados com maior prevalência do uso binário de gênero somado à elaboração de formulários administrativos com a presença do item de gênero “outros”, por exemplo, elemento que aumenta a precariedade, a exclusão e o apagamento de estudantes não-binários nas universidades, favorecendo o surgimento da violência administrativa (Ford *et al.*, 2021).

3.3 PERCURSO METODOLÓGICO

Sob a perspectiva da teoria *queer*, esta investigação, quanto à abordagem, possui relação mais estreita com a pesquisa qualitativa, haja vista que esta teoria propôs mudanças e desafios essenciais na conjuntura sexo/gênero, alterando o terreno dos estudos qualitativos. Primeiramente, pela ampliação do território de análise, para além de identidades homossexuais ou status de minorias, e principalmente, acerca do questionamento sobre a distinção homo/hetero que alterou sobremaneira a vida contemporânea (Gamson, 2006).

As múltiplas visões agregadas pela teoria *queer* nos levam a pensar que esta investigação é uma construção coletiva com base na escuta e interpretação de muitas vozes.

¹⁷ Em tradução livre, pode ser entendido como “gênero errado” que é a prática, considerada violenta contra uma pessoa trans, pela utilização de pronomes ou marcadores de gêneros diferentes daqueles com os quais se identifica.

Neste sentido, Stake (2011, p. 24) nos explica que a “investigação qualitativa é interpretativa, experiencial, situacional e personalística”. Além disso, afirma que a pesquisa qualitativa utiliza a interpretação das/des/dos pesquisadoras/es, das/des/dos participantes das pesquisas e das/des/dos leitoras/es da pesquisa. A partir disso, entendemos que o olhar cisgênero da pesquisadora se assomará aos diversos olhares das/des/dos que um dia se debruçarão para ler e compreender o fenômeno sobre não-binariedade que será construído juntamente com as pessoas não-binárias que vivem esse processo de identidade.

Isso porque a complexidade da experiência humana nos leva a compreender que, enquanto pesquisadora qualitativa, o acesso à história de vidas das/des/dos participantes jamais será sem filtro, ou seja, “qualquer olhar sempre será filtrado pelas lentes da linguagem, do gênero, da classe social, da raça e da etnicidade” (Denzin; Lincoln, 2006, p. 33). No processo da investigação qualitativa, as observações se situam entre e nos mundos da observadora e das/des/dos observadas/des/dos, já que não existem observações objetivas (Denzin; Lincoln, 2006).

Considerando que o sustentáculo da pesquisa é a interpretação e segue guiada pelo conjunto de crenças, sentimentos em relação ao mundo e ao modo como este deveria ser compreendido e estudado (Denzin; Lincoln, 2006), além da teoria *queer*, ancoramos as reflexões desta pesquisa nas epistemologias feministas e na transfeminista, cujas contribuições dialogam com a multiplicidade de discursos e na discussão da noção de sujeitos unificados. Estes paradigmas interpretativos, apesar de apresentarem diversidade teórica, estão a serviço da derrota das opressões.

Tomando por base a produção de dados, a presente pesquisa teve como campo de estudo a UFBA – Universidade Federal da Bahia. Os critérios de inclusão encontraram os estudantes que se identificaram como não-binários, maiores de 18 anos e sem recorte temporal relacionado à vivência na universidade. Não foi considerado relevante para a pesquisa a situação de matrícula da/e/o estudante no momento da entrevista, como em situação de trancamento, reprovado por falta etc. Isso foi considerado uma vez que a não-permanência das/es/os estudantes poderia ter impacto em suas vivências na universidade, que é o objeto do estudo. Foram excluídos da pesquisa as/es/os estudantes não-binários menores de 18 anos.

Realizamos as entrevistas com cinco estudantes, que constituíram o *corpus* de análise, com faixa etária de 21 a 30 anos, autodeclarados não-binários, em perspectivas distintas, quanto a suas autopercepções¹⁸ de gênero, sendo: uma pessoa trans não-binária; uma bicha não-binária,

¹⁸ Neste trecho, foram preservadas as subjetividades de gêneros das/des/dos estudantes sob os aspectos da escrita, do uso do pronome e da descrição de preferência de cada estudante.

um transviado, uma bixa não-binária e uma gênero matriculadas/es/os em diferentes cursos na universidade, sendo quatro na graduação e um na pós-graduação. Os cursos de graduação variaram entre Dança, Ciências Sociais e Letras, enquanto o de pós-graduação prende-se a um programa de mestrado no IHAC. Partimos do pressuposto de que os dados referentes à população não-binária podem ser considerados como imprecisos, pois a não-binariedade depende de autodeclaração das/es/os estudantes. Contudo, este requisito ainda é uma prática incógnita e/ou pouco usual na universidade, em seus processos institucionais, o que significa dizer que não há dados precisos sobre a população não-binária na UFBA.

Uma possível forma de conhecer esta população seria por meio de formulários, contudo, alguns dos que são disponibilizados às/es/aos estudantes não possuem uniformidade, cabendo a cada Colegiado, Programa, Pró-reitoria etc., elaborar o seu. Em sua maioria, estes formulários omitem a declaração sobre a não-binariedade ou, quando constam, aparecem com a descrição “outros”, o que escanteia e/ou invisibiliza essas pessoas, favorecendo a ocorrência de episódios de violência administrativa (Ford *et al.*, 2021).

Haja vista que a questão central das vivências das/des/dos estudantes não-binários não estava pautada em uma análise quantitativa, não houve um número predeterminado de entrevistas, devido à particularidade de acesso às/es/aos participantes da pesquisa. Por conta disso, pareceu-nos mais apropriada a realização amostral em bola de neve (*snowball, sampling* ou *link-tracing*), não-probabilística (não-aleatória), justamente pela falta de precisão sobre a quantidade das/des/dos estudantes não-binários (Vinuto, 2014). Conforme Parker, Scott e Geddes (2019), devido às suas características de rede e flexibilidade, a amostragem de bola de neve tornou-se um meio popular de recrutamento de participantes de investigação quando se procuram populações de difícil acesso.

Para a primeira entrevista, partimos do primeiro contato entre a pesquisadora e um estudante não-binário, ocorrido em meio às salas de aula. Foi feito um contato introdutório, momento em que alguns pontos da pesquisa foram informados, posteriormente ocorreu o aceite. Por sua vez, este estudante tornou-se o “informante-chave”, também chamado de “semente” (Vinuto, 2014, p. 203), que indicou o próximo participante e, assim, sucessivamente, conforme a técnica de amostragem em bola de neve. Cada estudante que participou da pesquisa realizou um contato prévio com a/e/o estudante indicada/e/o para as próximas entrevistas, aspecto que facilitou o “giro” da bola de neve e a exclusão natural das/des/dos que não desejaram participar da pesquisa. Encontramos dificuldades em conciliar a data e o horário para a entrevista com três estudantes, as/es/os quais não participaram da pesquisa, mesmo com todos os esforços

possíveis de reagendamentos pelo fato de estas/estus/estes trabalharem na madrugada com performance *drag* e/ou outras atividades que impossibilitaram o encontro.

A delimitação investigativa teve o ponto de saturação como critério para o fechamento amostral. Nas pesquisas qualitativas, a constatação da saturação é de ordem cognitiva, envolvendo a percepção da/do pesquisadora/rie/r e seu domínio teórico, e não o uso de ferramentas matemáticas (Fontanella *et al.*, 2008). A amostragem por saturação pode ser definida, segundo Fontanella *et al.* (2008), como a “suspensão de inclusão de novos participantes quando os dados obtidos passam a apresentar, na avaliação do pesquisador, uma certa redundância ou repetição, não sendo considerado relevante persistir na coleta de dados” (Fontanella *et al.*, 2008, p. 17). Encontramos o ponto de saturação quando as falas se repetiram para algumas perguntas, presentes no roteiro de entrevista; objetivamente identificamos elementos comuns (palavras, frases, expressões) no decurso do diálogo (Fontanella *et al.*, 2008).

Encontramos nas entrevistas semiestruturadas o caminho para percorrer as narrativas das/es/os participantes da pesquisa, pois se baseiam em um roteiro com perguntas previamente definidas, mas permitem flexibilidade para que a/e/o entrevistada/de/do explore outros tópicos ou questões que possam surgir durante a conversa (Batista *et al.*, 2017; Minayo, 2009).

As entrevistas ocorreram nos espaços da Universidade Federal da Bahia, de acordo com as possibilidades de agenda das/des/dos participantes. Com exceção da primeira entrevista, que contou com um contato inicial, presencial, para o convite e aceite, nas entrevistas subsequentes o contato prévio ocorreu por meio de mensagem instantânea por *WhatsApp*. Contudo, a formalização do convite para todas as entrevistas foi feita por e-mail, com o envio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecimento (TCLE).

A coleta de dados se deu entre março e junho de 2024, sendo as entrevistas gravadas apenas em áudio, com um gravador de voz digital MP3 player e um smartphone, como suporte de segurança (*backup*), com duração média de 50 minutos. Antes do início da gravação, foi realizada a leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecimento (TCLE) para esclarecimentos dos aspectos da participação voluntária da/de/do participante na entrevista, bem como os principais garantidores, como direito ao anonimato e à privacidade, entre outros.

O roteiro de entrevista (Quadro 1), baseado em trabalhos anteriores realizados em outros países (Goldberg *et al.*, 2019; Budge *et al.*, 2020; Day *et al.*, 2022; Ford *et al.*, 2021) sobre a mesma temática, foi subdividido em duas seções que envolvem violência administrativa e cisheteronormatividade. Vale ressaltar que a contribuição das/des/dos participantes ao longo das entrevistas nos levou a compreensão de alterar a nomenclatura “não-binário”, adotada

inicialmente, para “não-binária”, em concordância com o posicionamento da maioria das/des/dos estudantes que relataram que o uso da linguagem inclusiva, neste caso, reforçaria o caráter político defendido pela comunidade, ao qual indiretamente esta pesquisa almeja apoiar.

Quadro 1 – Roteiro de entrevista semiestruturada Roteiro de entrevista semiestruturada	
Perguntas de Abertura	Como devo me dirigir a você ao longo desta entrevista?
	Qual identidade de gênero você acha que melhor descreve você?
Vivências em torno da violência administrativa	Até que ponto os professores são educados e sensíveis em relação às questões sobre diversidade de gênero?
	Até que ponto os servidores TAE e terceirizados são educados e sensíveis em relação às questões sobre diversidade de gênero?
	Por favor, indique maneiras específicas pelas quais o corpo docente demonstrou consciência e sensibilidade, ou ignorância e insensibilidade, em relação a questões de diversidade trans/de gênero. Fale sobre as maneiras pelas quais os professores manifestaram ausência de consciência sobre nuances e espectros das identidades de gênero, por exemplo, identidades não binárias.
	Por favor, indique maneiras específicas pelas quais os servidores TAEs e terceirizados demonstraram consciência e sensibilidade, ou ignorância e insensibilidade, em relação a questões de diversidade trans/de gênero. Fale sobre as maneiras pelas quais os TAEs manifestaram ausência de consciência sobre nuances e espectros das identidades de gênero (por exemplo, identidades não binárias).
	O modo como os formulários existentes na universidade questionam a identidade de gênero, principalmente, com o registro “outros”, afeta você de alguma maneira? Como você se sente em relação a isso?
	Você consegue descrever algum episódio referente à utilização dos banheiros da universidade que tenha relação com sua identidade de gênero?
Vivências em torno da cisheteronormatividade	As preocupações com a segurança física e emocional afetam a forma como você apresenta seu gênero no campus?
	Você já deixou de fazer algumas coisas por causa de possível preconceito e/ou discriminação?
	Você já sentiu ou sente medo de ser ridicularizado por causa da sua identidade de gênero?
	Você já presenciou exclusões consideradas heterossexistas e/ou cissexistas, como discriminação, assédio e/ou <i>bullying</i> e abuso verbal ou escrito no <i>campus</i> ? Você já presenciou algum incidente no <i>campus</i> causado pelo heterossexismo ou cissexismo: que pode ter causado danos físicos ou psicológicos durante o incidente; que tenha causado ferimentos leves (por exemplo, hematomas/cortes, ansiedade passageira menor) ou grave (por exemplo, ossos quebrados, grande estresse psicológico/ansiedade)?
	Você estaria confiante para denunciar, a alguma unidade representativa da universidade, preconceito e/ou discriminação ou violência que alguém tenha sofrido no campus, em relação ao gênero ou sexualidade?
	Por favor, forneça exemplos de casos em que você foi mal interpretado(a) dentro ou fora do <i>campus</i> , no que diz respeito a gênero e sexualidade.
Pergunta de Encerramento	Você considera a UFBA como uma instituição inclusiva no sentido de reconhecer a população não-binária? Poderia, por favor, explicar sua percepção sobre isso?

Fonte: Elaborado pela autora e autores (2024).

No decorrer das entrevistas, houve o acréscimo de outras perguntas consideradas oportunas para a ocasião e pertinentes à questão norteadora “como se dá a vivência de estudantes não-binários na Universidade Federal da Bahia?”, a exemplo, das que trouxeram

como respostas as contribuições da universidade na consolidação da autopercepção de gênero nas/nes/nos estudantes.

A transcrição das entrevistas foi realizada pela própria pesquisadora com a ocorrência de um novo encontro com cada estudante para a validação dos dados. Registramos que algumas/nes/ns estudantes propuseram correções nas transcrições, em geral, referentes a palavras não compreendidas nos áudios, que prontamente foram alteradas pela pesquisadora. Após a devida conferência, as transcrições tiveram a concordância de todas/todes/todos as/es/os estudantes, momento no qual finalizamos com a textualização das suas vivências.

Como uma exigência ética e em respeito à não-binariedade declarada pelas/pelus/pelos participantes, atribuímos pseudônimos relacionados a nomes próprios neutros, ou seja, comumente adotados por todos os gêneros, de modo a preservar as suas identidades enquanto pessoas não-binárias, são eles: Ariel, Billie, Charlie, Dominique e Eden, dispostos em ordem alfabética conforme a ordem de ocorrência das entrevistas.

Na etapa da interpretação de dados, utilizamos a análise de conteúdo (Bardin, 2011), sendo que identificamos como pertinente a aplicação da análise categorial ou temática, uma vez que seu foco principal é a análise dos “significados”. Para tanto, operacionalizamos a análise de conteúdo a partir dos critérios estabelecidos por Bardin (2011), que indica como etapas principais: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados. Sendo que este último compreende a inferência e a interpretação.

Organizamos as entrevistas das/des/dos participantes, considerando não somente a repetição como estratégia no processo de codificação para a criação das categorias, como também consideramos palavras, termos e/ou expressões mais significativas sob o ponto de vista semântico. Como demonstra o Quadro 2, elaboramos um quadro categorial composto por grelhas transversais e dispomos nas linhas as unidades de registro e de contexto, e nas colunas, os pseudônimos das/des/dos estudantes. Na intersecção das grelhas, fizemos a marcação da presença (P) ou ausência (A) nas falas.

Quadro 2 – Demonstração sintética das 194 unidades de registro identificadas

Unidades de Registro	Ariel	Billie	Charlie	Dominique	Eden
Pouco contato com servidores técnicos e terceirizados	P	P	P	P	P
Microagressões no <i>campus</i>	P	P	P	P	P
Sensibilidade entre os professores	P	P	P	P	A
“Não é sobre estética, é sobre como eu me enxergo”	P	A	A	A	A
Adaptação aos pronomes	P	P	P	P	A
Afastar-se do lugar de mulher cis	A	A	P	A	A

Unidades de Registro	Ariel	Billie	Charlie	Dominique	Eden
Agênero	A	A	A	A	P
Ambulatório trans	P	A	A	A	A

Fonte: Elaborado pela autora e autores (2024).

Dessa análise, encontramos 194 unidades de registro, a partir das quais iniciamos o processo de categorização. Assim, isolamos os elementos comuns e depois os classificamos, procedendo a divisão e depois a reorganização destes elementos (Bardin, 2011).

Realizamos este procedimento com o intuito de identificar correlações entre os discursos das/os estudantes, por meio das unidades de registro e de contexto identificadas. Deste processo, surgiram categorias iniciais (Quadro 3).

Quadro 3 – Eixos temáticos e categorias iniciais

Eixo Temático	Categorias Iniciais
Vivências em torno da violência administrativa	Sensibilidade e consciência dos professores, servidores técnicos e terceirizados sobre não-binariedade de gênero
	Formulários produzidos pela Universidade e os impactos para as/es/os estudantes não-binários
	Uso dos banheiros: inclusão e não-binariedade de gênero
Vivências em torno da cisheteronormatividade	Segurança física ou emocional afetada pela presença da cisheteronormatividade no ambiente universitário: reflexos da interpretação de gênero/leitura social
	Enfrentamento e/ou sentir medo de ser ridicularizada/e/o
	Denúncia sobre situações de preconceito e/ou discriminação ou violência ocorridas na Universidade
Inclusão e não-binariedade	Percepção da população não-binária sobre inclusão na Universidade
Vivências em torno da autopercepção de gênero	Singularidades atinentes à subjetividade não-binária
Experiências na universidade em torno da autopercepção de gênero	Universidade e aspectos contributivos na autopercepção de gênero
Considerações sobre comunidade trans	Representatividade Trans

Fonte: Fonte: Elaborado pela autora e autores (2024)

Considerando as qualidades das categorias, descritas por Bardin (2011), que envolvem exclusão mútua, homogeneidade, pertinência, objetividade e fidelidade, e produtividade, promovemos a reorganização desta categorização inicial, resultando na construção de duas categorias finais, a saber: (i) Vivência na universidade enquanto estudante não-binária; e (ii) Aspectos estruturais e estruturantes da universidade em relação às/aos estudantes não-binários, sendo que a primeira foi originada de três categorias iniciais e a segunda, de sete categorias iniciais, como demonstra o quadro 4.

Quadro 4 – Categorias empíricas iniciais e categorias finais do estudo

Categorias Iniciais	Descrição norteadora	Categorias Finais
Segurança física ou emocional afetada pela presença da cisheteronormatividade no ambiente universitário: reflexos da interpretação de gênero/leitura social	Denota situações em que as identidades de gêneros são pré-concebidas a partir de parâmetros normativos binários, considerando a forma de expressão social, vestuário, cabelo, modo de andar etc. e como isso reflete na sua vivência enquanto estudante não-binária.	Vivência na universidade enquanto estudante não-binária
Singularidades atinentes à subjetividade não-binária	As/es/os estudantes evidenciam o modo como se percebem em termos da sua subjetividade de gênero.	
Enfrentamento e/ou sentir medo de ser ridicularizada/e/o por conta da identidade de gênero.	As falas empoderadas transmitem autoconfiança e superação na maioria das/des/dos entrevistadas/es/os, que não se limita ao âmbito universitário.	
Sensibilidade e consciência dos professores, servidores técnicos e terceirizados sobre não-binariedade de gênero	Os professores, os técnicos-administrativos e os terceirizados aparecem de formas distintas nos relatos, porém possuem relevância na experiência das/des/dos estudantes em vias de conhecimento prévio sobre não-binariedade e/ou sensibilidade no tratamento da diversidade de gênero.	Aspectos estruturais e estruturantes da universidade em relação às/aos estudantes não-binários
Formulários produzidos pela Universidade e os impactos para as/es/os estudantes não-binários.	Indica a invisibilidade não-binária na universidade, por meio de formulários não inclusivos que restringem as múltiplas identidades, utilizando a opção “outros”, desconsiderando a opção não-binária na sua estrutura.	
Uso dos banheiros: inclusão e não-binariedade de gênero	A escolha e o uso dos banheiros estão alinhados a questões que envolvem segurança, inclusão e situações além da transgeneridade.	
Denúncia sobre situações de preconceito e/ou discriminação ou violência ocorridas na Universidade	As/es/os estudantes descreveram situações que demonstraram confiança ou falta de confiança para fazerem denúncias ou mesmo o (des)conhecimento sobre onde e a quem denunciar na Universidade.	
Percepção da população não-binária sobre inclusão na Universidade	A Universidade oferece possibilidades de inclusão, contudo, a partir dos relatos das/des/dos estudantes vislumbramos oportunidades de ampliação deste potencial.	
Universidade e aspectos contributivos na autopercepção de gênero	A Universidade é posta como local de contribuições significativas para a experiência não-binária.	
Representatividade Trans	A comunidade trans aparece nas falas como um elemento desafiador para as/es/os estudantes não-binários que perpassa pela compreensão e validação das suas subjetividades e, por consequência, extensão dos seus direitos.	

Fonte: Elaborado pela autora e autores (2024)

Conforme podemos observar, o processo de formação das categorias finais, dispostas no Quadro 4, evidencia as inferências interpretativas cuja entrada dos elementos em cada categoria foi organizada, observando a descrição norteadora, e aos seguintes aspectos:

- “Vivência na universidade enquanto estudante não-binária”: aqueles baseados no panorama mais pessoal e individualizado (subjetividades) relatado pelas/pelus/pelos estudantes, pela expressão de valores de

enfrentamento/sentimento de medo, ameaça à segurança física ou emocional (relacionados a si). Em geral, uma perspectiva interna da vivência;

- “Aspectos estruturais e estruturantes da universidade em relação às/aos estudantes não-binários”: interliga-se aos fatores externos da relação da/de/do estudante com a Universidade. A estrutura de formação da universidade, ou seja: pessoas (professores, técnicos-administrativos, terceirizados, demais discentes), suporte (regimentos, normas, formulários etc.), infraestrutura (banheiros, restaurantes, praças etc.) apresentam-se como rede de elementos que impactam nas vivências das/des/dos estudantes, mas não se confundem com ela.

Nas seções seguintes, apresentaremos e discutiremos essas duas categorias em articulação com as falas registradas nas entrevistas e com o arcabouço teórico das perspectivas feministas, transfeminista e teoria *queer* que sustenta a presente investigação.

Cabe sublinhar que o estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia, sob os pareceres nº 6.713.959 e nº 7.246.928.

3.4 VIVÊNCIA NA UNIVERSIDADE ENQUANTO ESTUDANTE NÃO-BINÁRIE

A formação da categoria empírica “Vivência na universidade enquanto estudante não-binária” foi explorada a partir do repertório experienciado pelas/pelus/pelos participantes, considerando os aspectos principais que caracterizam suas vivências, seja pelo caráter imediato, isto é, a experiência precisa ser vivida diretamente pela própria pessoa, pela “significabilidade” cujo entendido perpassa pela intensidade do que é vivenciado, de modo a transformar completamente o contexto geral da existência. Isso significa dizer que o que alguém vive não apenas está ligado à vida de forma direta, mas também confere uma importância fundamental sua à vida. Assim como pela compreensão da “incomensurabilidade”, que trata da impossibilidade de determinar racionalmente o conteúdo da vivência de modo que sua noção alude à expressão “sentir na pele” (Viesenteiner, 2013).

Essa compreensão filosófica norteou a definição da categoria, prioritariamente, pelo fato de as vivências serem das/des/dos estudantes e não da pesquisadora. Apoiado nisso, este desafio

aumentou sobremaneira a nossa responsabilidade para não incorrer no erro de “se falar pelo outro” (Spivak, 2019), mas também para criar espaços de escuta e visibilidade, que é a intenção deste trabalho. De todo modo, os dados do presente estudo mostraram por meio dos relatos um recorte de como as/es/os estudantes “sentiram na pele” suas experiências e como isso acabou por refletir suas trajetórias acadêmicas.

Na análise dos dados foi dada a atenção para as informações que trouxessem esses registros e demonstrassem suas vivências enquanto estudantes não-binários na universidade. De posse deste entendimento, os resultados revelaram a autopercepção das/des/dos estudantes em termos de subjetividade de gênero, o desafio às regulações binárias, bem como os diferentes modos de enfrentamento às situações estigmatizantes cujo fundamento está pautado na cisheteronormatividade.

3.4.1 “*tô me afastando do lugar de mulher cis*”: corpo, linguagem e resistências

Iniciamos o processo de entrevistas com duas perguntas de abertura: “como devo me dirigir a você ao longo desta entrevista?” e “qual identidade de gênero você acha que melhor descreve você?”, que foram parcialmente adaptadas conforme o transcurso do diálogo “quebra-gelo” com as/es/os participantes. Ocorre que, ao perguntar “como devo me dirigir a você?” ou “como devo me referir a você?”, não estamos sendo apenas educadas/es/os e respeitosas/es/os, estamos oportunizando que as pessoas se expressem socialmente com liberdade e exerçam um princípio transfeminista, definido por Jesus (2013, p. 6) como agência, isto é, “defender o poder de decisão das pessoas trans sobre os seus corpos”. Em dado momento da entrevista com o estudante Charlie, este assunto foi levantado:

(Charlie): /.../ Eu prefiro quando é... já vão me tratando no masculino...assim... porque... tipo ... é... eu sinto que eu **tô me afastando do lugar de mulher cis**...assim... então, pra mim é mais confortável quando alguém já chega no masculino, assim... e **acho muito bom e delicado quando alguém pergunta...**

Pesquisadora: É bom?

Estudante: É.

Pesquisadora: É bom, quando pergunta... como devo te chamar?

Estudante: Exato.

Em relação ao assunto, a/e estudante Dominique foi mais enfática/e sobre o uso político da linguagem, principalmente, em relação ao pronome de tratamento, observemos:

(Dominique): /.../ Em relação ao **pronome**, também não me incomoda nenhum. Normalmente, eu me apresento em uma ordem específica de **flexão de gênero por posicionamento político**. Então, por exemplo, se você olhar

meu Instagram, vai estar elu, ela, ele, nessa ordem específica por posicionamento político.

Neste contexto, a linguagem é central, uma vez que por meio dela percebemos que normas, valores e significados culturais são criados e reproduzidos. Além disso, assumimos a existência de uma relação corpo-linguagem e constituição do sujeito a partir das relações de poder com base nas interações sociais.

Nessas interações sociais, para adquirir vida, o gênero se apresenta por meio “de uma estilística definida como apropriada” composta por roupas, gestos, olhares que são interiorizados e se produz a estilização dos gêneros: “homem não chora”, “sente-se como uma menina!”, “isto não é coisa de uma menina!” (Bento, 2017, p. 86). Estes sinais externos concedem estabilidade e visibilidade ao corpo e reproduzem performances de gênero hegemônicas (Bento, 2017).

Borba (2014) reforça que esses atos da fala têm por objetivo conformar um corpo às normas de coerência entre sexo, gênero e desejo que constituem a matriz de inteligibilidade, prevista por Butler. Segundo este autor, “as identidades de gênero são constituídas na/pela linguagem, o que significa que não existe identidade de gênero que a preceda, ou, em outras palavras, não há identidade de gênero (ou quaisquer outras) antes de sermos interpelados/as linguisticamente” (Borba, 2014, p. 463).

Tendo como lentes teóricas as pesquisas foucaultianas, Butler (2014) adverte que o poder não apenas age sobre um sujeito preexistente, mas também delimita e forma esse sujeito; e tornar-se sujeito de uma regulação significa ser assujeitado por ela, ou seja, tornar-se sujeito precisamente porque foi regulado. Com isso, a autora nos mostra que o gênero não é apenas um objeto passivo de regulação, mas que o próprio processo de regulação é constitutivo da formação do sujeito generificado. Nestes termos, a existência de um sujeito gendrado está vinculada a sua própria sujeição às regulações (Butler, 2014; Áran; Peixoto Junior, 2007).

Enquanto Foucault fornece uma ferramenta poderosa para entender a natureza difusa e produtiva do poder, sua abordagem, segundo Butler (2014), inadvertidamente, pode subsumir as especificidades das práticas regulatórias de gênero dentro de uma teoria mais ampla do poder. A partir disso, Butler (2014) chama a atenção para a necessidade de reconhecer que o aparato regulador de gênero possui suas próprias características e dinâmicas, portanto, deve ser analisado como um campo específico de relações de poder, com suas próprias práticas discursivas, mecanismos de controle e resistências.

3.4.2 “*todo corpo trans, ele não é binário*”: a autopercepção de gênero e sua (trans)formação

(Ariel): /.../ até porque eu acredito que **todo corpo trans, ele não é binário**...é justamente fugir da binariedade que ele é um corpo trans então,... é,... não é um corpo binário, mas aí... eu não sei se estamos preparados para esta conversa.

Quando ouvi essa fala de Ariel no momento da entrevista, lembrei-me do trecho da música “I Would Die 4 U” do já falecido cantor e ícone pop Prince, que dizia: “*I’m not a woman, I’m not a man, I am something that you’ll never understand*”, em tradução livre “Não sou mulher, não sou homem, sou algo que você nunca entenderá”, lançada em 1984. Além de nos intrigar com sua obra, a música de Prince também levanta diversas camadas interpretativas.

Quando afirma: “não sou mulher, não sou homem”, Prince nos convida a refletir sobre a indagação de inspiração butleriana: O que é ser homem? O que é ser mulher? E com isso, alimenta o nosso desejo de ampliar o debate quando se pergunta: e quem não se vê como homem nem como mulher? Prince, realmente, tem razão quando diz que “nunca entenderemos”? Ou como sugere Ariel: quando estaremos preparados para esta conversa?

Coincidência ou não, no mesmo ano dessa música, na obra *Políticas sobre Sexo*, Gayle Rubin expressou que “o sonho que me parece mais cativante é o de uma sociedade andrógina e sem gênero (mas não sem sexo), na qual a anatomia sexual de uma pessoa seja irrelevante para quem ela é, para o que ela faz, e para com quem ela faz amor” (Rubin, 2017, p. 48). Com isso, acreditamos que tanto Prince quanto Rubin já vislumbravam a não-binariedade, mesmo que à época não fosse assim nomeada, comprovando que esta temática não é uma novidade.

Dito isso, as falas das/des/dos estudantes nos ajudarão a compreender por meio de suas vivências como estão situados os entendimentos acerca da autopercepção de gênero, subjetividades e da trans não-binariedade no contexto universitário.

A perspectiva feminista nos estudos sobre gêneros contribuiu para entendermos os aspectos seminais da desigualdade sexual na sociedade. Isto porque, a opressão das sexualidades, como por exemplo dos homossexuais são oriundos “do mesmo sistema cujas regras e relações oprimem as mulheres” (Rubin, 2017, p. 27). Assim como a vivência social de pessoas transgênero também se relaciona a certas particularidades das experiências das pessoas cisgênero, “visto que o gênero é experienciado de formas semelhantes e diversas”. (Jesus, 2013, p. 1).

Nessa linha, o transfeminismo, considerado como uma vertente do feminismo, pode ser definido como um movimento que tem como protagonistas mulheres transexuais, contudo

agrega as identidades transgênero com o objetivo de promover a transformação dos feminismos. Assim, a visão transfeminista nos fornecerá suporte baseado na reiteração do caráter interacional das opressões e na valorização das experiências das pessoas trans (Jesus, 2013).

Com base nisso, destaco o relato de Ariel sobre a possibilidade de um mundo ideal em que elu pudesse se expressar e se sentir plenamente livre, considerando sua autopercepção de gênero e o entendimento sobre não-binariedade de gênero:

(Ariel): /.../ acho que isso seria pra mim o ideal porque uma das coisas que eu falei com meu pai foi: **“não é sobre estética, é sobre como eu me enxergo”**...então, não necessariamente eu vou fazer nenhuma mudança externa em mim porque **é muito mais sobre o que eu penso...** e aí...eu acho que é mais sobre isso quando eu tava no meu último relacionamento eu questioneei, eu falei assim: **“como é que tu vai explicar pra tua mãe o que é uma pessoa não binária?”** ... e aí... ele falou assim: e para que eu vou explicar pra minha mãe? Vai mudar em que para ela saber se é não-binário ou se, não é?” ...aí eu falei: (risos) **“realmente...”**. Era uma preocupação minha e foi... e foi isso... e quando eu comecei o acompanhamento e vi que possivelmente iniciar a **hormonioterapia** era outro negócio meu... que poxa... não sei aonde é que vai chegar... **existe muito... a não-binariedade como um intervalo entre a transição... /.../**.

Tomando por base a fala de Ariel sobre a situação de explicar para alguém a condição de pessoa não-binária: **“como é que tu (sic) vai explicar pra tua mãe o que é uma pessoa não binária?”** (Ariel), para tanto retomamos a construção dialógica proposta por Gayle Rubin (2017), que por sua vez se inspirou na teoria marxista, ao dizer:

O que é uma mulher domesticada? Uma fêmea da espécie. Uma explicação vale tanto quanto a outra. Uma mulher é uma mulher. Ela só se transforma em mulher do lar, em esposa, em escrava, em coelhinha da Playboy, em prostituta, em um ditafone humano, dentro de determinadas relações. Fora dessas relações, ela já não é mais a auxiliar do homem, assim como o ouro em si não é dinheiro etc. (Rubin, 2017, p. 7).

Seguindo esse raciocínio, conforme Ariel nos contou em seu depoimento, indagamos: o que é uma pessoa não-binária¹⁹? Uma pessoa que se distancia da categorização homem e mulher. Uma pessoa não-binária é uma pessoa. Ela continua sendo uma pessoa, independente do contexto da sua sexualidade ou da sua visão sobre gênero (ou ausência dele) e, portanto, não deve ser apenas reduzida a estes aspectos. Como também, devemos considerar as relações sociais onde está inserida.

¹⁹ Utilizamos a expressão “não-binária” como um posicionamento político-discursivo, contudo expressamos que em determinados momentos do texto, serão utilizadas as demarcações gramaticais a/e/o e variações como forma de afastar adoção monolítica das subjetividades de gêneros. Fazemos isto, a partir do entendimento sobre a “consciente apropriação da negação”, proposta Haraway (2019), que considera que as categorias amplas (assim como “mulher” ou “negro”, por exemplo) tendem a exclusão.

Retomamos a ideia anteriormente proposta por Rubin (2017), discutindo que as mulheres são socialmente transformadas e definidas em diferentes papéis, inclusive os de subalternidade e assistência integral, em função de relações sociais construídas que viabilizam a construção de estereótipos. Neste sentido, podemos considerar que as pessoas não-binárias também refutam essa “domesticação”. A questão é posta para analisarmos os emolduramentos dos sistemas de regulação que negam e reprimem a existência dessas pessoas e que as transformam em seres abjetos e despersonalizados.

Sugerimos, portanto, um diálogo sobre estas normas sociais, em especial a cisheteronormatividade²⁰, que afetam as pessoas que não se encaixam nos padrões ditos como ideais, como a população não-binária, cuja proposta de desconstrução destes padrões questiona o sentido de “normalidade”, reconhece a existência de diferentes corpos e subjetividades e problematiza normatizações sobre gêneros e sexualidade. Desta forma, o argumento sustentado é que o gênero não é apenas masculino ou feminino, mas também inclui formas intersticiais e transicionais que desafiam o binarismo tradicional (Butler, 2014).

Nesse sentido, é importante destacar a fala do/du estudante Charlie quando conversamos sobre a expressão de gênero não-binária sendo interpretada como uma possível “camuflagem”. Observemos o seu depoimento:

(Charlie): /.../mas no meu caso, de todo modo, **eu sempre vou estar em algum lugar que não é o hetero cis porque ou as pessoas vão me ler como uma “mulher sapatão” ou as pessoas vão me ler como “menino viado”**, sabe?! Normalmente, é essa leitura. Então, sempre eu vou estar nesse lugar...tipo... ahh...não-binário... ninguém vai pensar nisso e hetero cis, também ninguém vai pensar...em nenhum dos lados, sabe?! Então, não é algo também que você se isente das coisas... /.../

Sendo assim, Charlie nos convida a refletirmos sobre as concepções do ponto de vista da “heterossexualidade compulsória²¹”, enquanto normatividade relacionada às sexualidades; e da cisgeneridade, relacionada às corporalidades e subjetividades de gênero. Conforme explica Vergueiro (2015), ambas advêm das mesmas relações de poder que limitam e desumanizam um amplo espectro de corpos por meio de discursos estigmatizados e patologizantes. Assim, a cisheteronormatividade estaria englobada pela heteronormatividade, pois ambas dependem de coerências normativas e binárias que são impostas socialmente (Vergueiro, 2015).

²⁰ Optamos por utilizar a nomenclatura no formato aglutinado em concordância com Vergueiro (2015), principalmente, por considerar que as normas que sustentam a cisheteronormatividade e a heteronormatividade estão interligadas.

²¹ Em referência a Adrienne Rich (1980) que cunhou o termo em sua obra *Compulsory Heterosexuality and Lesbian Existence*, originalmente escrito para o dossiê "Sexualidade" da revista Signs.

Em outras palavras, a inteligibilidade de identidades cisgênero, ou seja, a crença de que apenas as identidades cisgênero são “compreensíveis” ou “aceitáveis”, pressupõe a inteligibilidade de identidades heterossexuais, onde há suposição de que a heterossexualidade é a norma ou padrão natural para a orientação sexual, e que as relações heterossexuais são superiores ou mais legítimas do que outras formas de relação. Isso significa que a aceitação de identidades de gênero cisgênero depende da suposição de que essas identidades também seguem as normas heterossexuais, reforçando, portanto, a ideia de que questionar uma dessas normatividades implica questionar a outra (Vergueiro, 2015).

Nesse mesmo depoimento, Charlie nos conta a experiência de uma pessoa que não conseguia conversar com ele/ela pelo fato de não conseguir identificar seu gênero dentro do binário masculino/feminino, conforme apontamos a seguir:

(Charlie): /.../ eu tava percebendo que uma certa liderança não tava...tipo... conversando comigo, não tava...assim... como tava com todo mundo, né, até um momento que a gente sentou mais... mais entre a gente mesmo, poucas pessoas e ele chegou pra mim e falou assim: **“tô com medo de falar com você”** ...aí eu: “porque, rapaz?” ...aí, ele: **“é porque eu não sei se é ele ou ela...”** ...aí, eu peguei e falei, assim: **“oxe, é qualquer coisa”**... aí, ele riu... **“oxe é qualquer coisa?”** ...e aí...foi para brincadeira... e a partir disso a gente começou a se aproximar... e tipo... sair mais junto então... tá tudo bem, sabe?! Mas também, é algo que se você não quebrar a barreira você acaba sendo privado de outras coisas, sabe?!

Apesar de Charlie ter conseguido superar a situação com bom humor, essa situação ilustra a identidade como reflexo da essência, ou seja, moldada pela biologia: sexo gera gênero que gera desejos, preferências e ações que, segundo Borba (2014), dentro deste “ideal cartesiano de sujeito, impõe um desafio semântico e uma ambiguidade referencial (afinal, ela é ele? Ele é ela?)” (Borba, 2014, p. 447).

Nesse sentido, enquanto pesquisadora, tomo uma decisão e compartilho com as/es/os leitoras/es de não descrever as características físicas das/des/dos participantes da pesquisa a partir da minha referência biológica, linguística, social, visto que tal ato poderia ser interpretado como uma enunciação discursiva que produz efeito normalizador sobre os sujeitos (Butler, 2014). Além disso, Bento (2017) também nos diz que o ato de nomear o sujeito implica pressuposições e suposições que acabam por deslegitimar e apagar suas existências. Tal prática vai de encontro ao que salvaguarda esta pesquisa e de modo pessoal ao que defendo como pessoa. Portanto, caberá as/es/os leitoras/es, por meio da escrita, identificar as referências biológicas das/des/dos participantes.

3.4.3 “*sempre tem o que o homem faz, o que a mulher faz*”: normatividade de gêneros e subjetividades

Quando perguntadas/es/os sobre reflexos na segurança física ou emocional provocados pela interpretação de gênero/leitura social, as/es/ os estudantes ofereceram respostas diferenciadas sobre suas experiências. Charlie informou não perceber olhares e relata que situações mais diretas, em termos de agressão no *campus*, também nunca aconteceram. Billie trouxe que, como em geral sua leitura social é tida como homem e pessoa branca, essas condições afastam as situações de violência em comparação a pessoas com outros estereótipos. Ariel relatou uma situação específica, ele não sentiu medo ao estar no *campus* de salto alto, por considerar que estava sendo lido/e “**do jeito que eles queriam**” (Ariel). Ariel, neste caso, refere-se à comunidade trans da UFBA.

Eden explica que devido ser lide enquanto uma mulher, existem outras camadas que atravessam essa leitura como o machismo, por exemplo. Além disso, ele relata que, para ser identificade como pessoa não-binária, como deseja, por vezes, precisa performar androgenia, mesmo que não seja sua vontade no momento.

Já Dominique conta-nos que não teve situações em que sua segurança física foi ameaçada, contudo a segurança emocional sim, principalmente em momentos que envolvem separação binária de gênero, conforme mostraremos a seguir.

(Dominique): Ó... Eu venho de Dança. O que já é um lugar que, teoricamente, as pessoas acham que é mais inclusivo. Eu acho, de fato, que é mais inclusivo do que outros. Eu acho, de fato. Tanto que é o primeiro banheiro binária da faculdade, várias coisas, mas, contudo, todavia, esse lugar específico de Dança é muito problemático, porque, por exemplo, **eles sempre vão para um lugar de o que o masculino faz na dança**. É o que carrega. O que o feminino faz, é o que carregado. A dança de salão **sempre tem o que o homem faz, o que a mulher faz**. Samba sempre tem o que o homem faz, o que a mulher faz. Então, tipo, é muito comum ter que ficar batendo de frente com professores todas as aulas, todos os dias, porque alguma merda binária é dita. /.../

Ao dizer: “**sempre tem o que o homem faz, o que a mulher faz**”, Dominique nos mostra que o aparato regulador que governa os gêneros é ele próprio generificado, ou seja, não é neutro. Ele é profundamente influenciado pelas concepções culturais e históricas do que significa ser homem ou mulher, e estas concepções, por sua vez, influenciam a forma como o poder é exercido e experienciado.

Nesse sentido, Butler argumenta que para ser inteligível, ou seja, para ser reconhecido como um sujeito “completo e coerente”, uma pessoa deve se conformar às normas de gêneros estabelecidas. Assim, a regulação de gêneros opera como uma condição de inteligibilidade

cultural pela qual as normas de gêneros fornecem as categorias por onde as pessoas são reconhecidas e entendidas (Butler, 2014)

Em um tom de desabafo, Billie compartilha sua percepção sobre o processo de constituição/manipulação das subjetividades em virtude da necessidade social de construção de padrões. Assim, elu nos disse:

(Billie): É... você é obrigada, entendeu?! **Você é obrigada a dizer que é uma coisa, é outra ou outra...** e aí... você perde o poder de se descobrir, você perde o poder de se entender, você perde o poder de hora ser uma coisa e outra hora ser outra **porque você já tem que ser uma coisa...**

Na mesma linha, Eden dividiu o desconforto e o cansaço sobre a leitura social em torno da sua performatividade de gênero, apesar de afirmar não ter vivenciado nenhuma situação negativa, quando perguntei se elu conseguiria me descrever alguma situação específica em que tenha passado por falta de sensibilidade das/os professoras/es sobre a temática diversidade de gênero.

Tanto Billie quanto Eden refletem por meio dos seus relatos o quanto a regulação age na construção de padrões de pessoas tendo por base as “normas abstratas” que moldam e reforçam ideais relacionados a gêneros, alterando o processo constitutivo das subjetividades. Concordamos com Butler (2014), quando realiza uma leitura crítica e aprofundada das perspectivas sobre gênero(s) e desejo, especialmente aquelas fundadas numa visão estruturalista²², no sentido de reconhecer as limitações e influências e explorar maneiras de subvertê-las ou transformá-las observando as diferenças dos contextos históricos e culturais.

Quando Eden descreveu seu desafio pessoal sobre a leitura social, também citou tratar-se de violência e sofrimento o fato de ter que enfrentar cotidianamente binariedade em torno da diversidade de gêneros por “**sempre ser colocade na caixinha**” (Eden). Momentos depois, enquanto conversávamos sobre a ocorrência de situações que envolvessem agressão física ou microagressões, caracterizadas por olhares, falas mal-intencionadas, Eden explicitou a ocorrência de *misgendering*, nomenclatura utilizada para nomear a experiência de não ter a identidade social corretamente reconhecida por outros, ou quando não há o respeito na utilização do pronome de tratamento adequado, ou a recusa em utilizar tais pronomes (Flint *et al.*, 2021). Vejamos:

(Eden): Sim. Sim. Como eu falei um pouco mais cedo...assim... é... essa questão de terem essa **leitura equivocada do meu gênero**, do meu corpo, da minha performance de gênero, enfim, de **errarem o pronome**, enfim, são coisas que vão se acumulando, sabe?

²² A visão estruturalista pressupõe a permanência da hierarquia, do binarismo, da heterossexualidade e da diferença sexual como condição da cultura (Arán; Peixoto Junior, 2007).

Situação semelhante enfrentou Charlie, porém ele relatou de forma diferente da descrita por Eden. Como ele próprio considerou, a maioria dos professores são respeitosos às questões de diversidade de gênero, contudo um dos professores já assumiu que não iria utilizar a linguagem inclusiva, que seria uma maneira pública de demonstrar sensibilidade ao tema. Todavia, o manifesto do professor foi dizer: **“ninguém vai me obrigar a falar todes aqui, não!”**. Desta forma, seu posicionamento reflete o comportamento dentro do estereótipo cisnormativo. Charlie, inclusive, por meio do seu depoimento, mostrou-se acostumado/e com a situação quando diz **“a gente vai lidando”**.

Por outro lado, Dominique revelou o quanto se incomoda com as **“leituras de gênero não solicitadas ou desinformadas”** (Dominique), que são microagressões da categoria *misgendering*. Dominique diz não se importar que se dirijam a ele no masculino, contudo há um grande incômodo se ele for colocado **“no lugar de homem”** (Dominique). Por meio do seu relato, ele nos mostra que a generificação do corpo é social e discursivamente compelida pelas normas da matriz da inteligibilidade de gênero(s), prevista por Butler e outrora aqui já apresentada. Observemos seu depoimento:

(Dominique): /.../ todo dia essa gata me colocava no lugar de homem sendo que ela sabia o que eu sou... que eu já falei, mais de uma vez... mais de uma vez... e não foi uma vez, foi mais de uma vez... então tipo... isso me deixa muito incomodado porque **eu não me importo de você usar os masculinos comigo**, não vou me incomodar... **mas você usar os masculinos pra você me pôr no lugar de homem** é um salto quântico, assim. Porque não necessariamente porque você usa os masculinos, você tá me vendo enquanto homem. É somente por linguagem, comunicação, costume, estereótipo e afins, mas aí você me **colocar enquanto homem é uma coisa que me incomoda** horrores, horrores, horrores, horrores. E isso é muito comum nessa bolha de dança. **Porque é o homem que vai carregar, é o homem que vai fazer tal movimento, é o homem que vai fazer tal coisa. Então é muito comum os professores fazerem leituras de gênero dos alunos não solicitadas ou desinformadas.**

Por mais que Dominique tenha se manifestado em sala, informando sobre sua autopercepção de gênero, ou seja, bixa²³ não-binária, notamos um ambiente hostil e sexista na relação professor/aluno, marcado pela necessidade de sempre precisar ter sua identidade compreendida e validada, quando rotineiramente apagada e invisibilizada. Rubin (2017) utilizou a nomenclatura **“sistema sexo/gênero”**, para enfatizar a interconexão entre o sexo biológico e as construções sociais e culturais de gêneros e, portanto, algo que se distancia do

²³ Mantivemos o modo de expressão na forma escrita adotado pelo estudante.

natural e do inevitável. A partir desta visão, a autora sugere que sexualidade e gêneros devem ser analisados como categorias independentes (Rubin, 2017; Bento, 2017).

No decorrer desse diálogo, Dominique enfatiza sua vivência enquanto pessoa não-binária nos contando outra situação sobre leitura social de “corpo-homem” e o “corpo-mulher”, conforme colocamos abaixo:

(Dominique): /.../ O que, se você não souber, me incomoda até menos. Porque **ninguém é obrigado a olhar pra mim e saber que eu sou não-binária**. Mas a partir do momento que você sabe, aí pra mim já é escrotidão. Que foi o que aconteceu, **ela viu uma cena de dois colegas, que é uma bixa não-binária e uma mulher cis, fazendo uma cena que podia ter leitura romântica**. Não era a intenção deles, mas eu consigo entender que podia ter leitura romântica. Uma dupla dançando, não sei o que lá. E aí, sabendo que Sxx. é uma pessoa não-binária, isso tendo sido repetido várias vezes, ela teve a pachorra de falar que ela **lia a cena como um casal heteronormativo**, não sei o que lá... trererê... e eu virei pra ela e falei, professora, você não percebe que está sendo transfóbica, não? Porque, tipo, é como se você não soubesse. A informação já foi te dita. E, honestamente, com todo respeito, foda-se se a sua leitura é que é um casal heteronormativo. Não é o seu direito de falar isso, porque não é um casal heteronormativo, **porque não é um homem**. Então, tipo, vamos respeitar o colega?

Na sequência do diálogo, Dominique revelou seu sofrimento com o episódio e acrescenta sua percepção sobre a dificuldade social de deslocar a análise entre sexualidade e gêneros, conforme segue:

Pesquisadora: Você se sentiu mal nesse dia, ou não?

(Dominique): Horrores! E... é... isso vem de coisas pequenas, porque **as pessoas ainda não conseguiram entender a separação gênero, sexualidade, órgão genital, sexo biológico**. Não conseguem entender essa separação, de forma alguma, e sempre ficam linkando uma coisa à outra /.../

Para nos ajudar a esclarecer o proposto por Dominique, Bento (2017, p. 76) nos mostra que esse debate é um grande desafio nos estudos de gêneros e sexualidade, principalmente na separação entre o gênero e o corpo-sexuado, o corpo-sexuado da subjetividade e a sexualidade do corpo-sexuado, deslocamentos historicamente analisados pelas ciências psi (psicologia, psiquiatria e psicanálise) e como indicadores de identidades de gênero “transtornadas”.

Percebemos que alguns argumentos, dentre os que reforçam a patologização dos gêneros, se baseiam em aspectos vinculados às relações sociais, tendo como premissa a diferença natural entre os gêneros, que culmina no entendimento de que a população trans é composta por pessoas doentes, já que somente é permitida a lógica binária: nascer homem ou nascer mulher (Bento; Pelúcio, 2012).

3.4.4 “a gente tem que ficar ensinando vocês ao mesmo tempo todas as coisas”: tokenismo

A fala de Dominique – **“a gente tem que ficar ensinando vocês ao mesmo tempo todas as coisas”** – evidencia o sentimento denominado de “tokenização” que se refere ao ato de educar as outras pessoas sobre a diversidade de gênero (Matsuno *et al.*, 2023). Por serem práticas corriqueiras, as/es/os estudantes demonstraram cansaço por, reiteradamente, terem que ensinar ou servir de exemplo sobre a conduta adequada diante uma pessoa não-binária, como Eden se coloca diante das situações: **“só não quer explicar, só não quer falar. É... Mas é isso, é muito chato”** (Eden).

No âmbito da psicologia social, Hogg e Vaughan (2022) descrevem o “tokenismo” como um preconceito que se expressa, muitas vezes, de maneira sutil ou oculta, apesar de estar sendo mais reconhecido como uma forma moderna de preconceito. Para estes autores, o “tokenismo” é uma prática de fazer pequenas concessões publicamente a um grupo minoritário para desviar acusações de preconceito e discriminação, seja no ambiente das instituições privadas quanto públicas.

O objetivo é criar uma aparência superficial de diversidade onde uma pessoa é usada como símbolo (*token*), mesmo que a instituição, na prática, não esteja promovendo uma verdadeira cultura de inclusão e diversidade. A negligência da questão está em não promover mudanças estruturais e significativas na diversidade, o que gera pressão psicológica, sentimento de sobrecarga e cansaço nas pessoas envolvidas, como vimos nos depoimentos dos estudantes.

Com isso, evidenciamos que a dinâmica do “tokenismo” revela uma forma superficial de lidar com a diversidade, em que pequenas ações podem ser usadas para evitar o confronto com questões mais sérias de discriminação e exclusão, como veremos na próxima seção.

3.5 ASPECTOS ESTRUTURAIS E ESTRUTURANTES DA UNIVERSIDADE EM RELAÇÃO ÀS/ES/AOS ESTUDANTES NÃO-BINÁRIES

A delimitação desta categoria de análise perpassa pelas engrenagens da Universidade imprescindíveis ao seu funcionamento, cuja precariedade ou ineficiência afeta as vivências de estudantes como um todo, porém especialmente, as/es/os não-binárias, uma vez que estudos mostraram que as experiências de estudantes cisgêneros são diferentes de estudantes transgêneros sob a perspectiva de violência, discriminação, invalidação, isolamento, entre outros (Matsuno *et al.*, 2023).

Nesse caso, consideramos nomear esta categoria abrangendo “aspectos estruturais e estruturantes da Universidade” por entendermos que as falas das/des/dos estudantes deram pistas da existência que as partes integrantes da sua estrutura como aspecto funcional (professores, técnicos-administrativos e terceirizados), regimental que inclui as normas, regimentos, resoluções, formulários e infraestrutura (banheiros, restaurantes) afetam sobremaneira suas existências por estarem diretamente relacionadas à não-binariedade.

Com isso, os resultados da análise de dados revelaram o modo de convivência entre a comunidade acadêmica, algumas barreiras para a inclusão relacionadas aos formulários, pontos de discussão sobre a credibilidade institucional quanto à (des)confiança, frustração e desconhecimento em realizar denúncias, o uso político da nomenclatura “trans”, quanto à afirmação de gênero e contribuições da Universidade para formação e confirmação das subjetividades de gêneros.

3.5.1 “*Então, tipo, se vire e estude*”: convivência entre a comunidade acadêmica

Achamos importante registrar que as/es/os estudantes relataram terem tido pouco contato com os servidores técnicos-administrativos e terceirizados, pelo fato de estarem menos presentes no *campus* ou utilizarem pouco os serviços acadêmicos, como secretarias etc., já que a maioria dos serviços oferecidos é virtual. Tal situação dificultou a percepção das/des/dos estudantes quanto à demonstração de consciência ou sensibilidade em relação às questões sobre diversidade de gênero entre estes profissionais. Contudo, a fala de Ariel, cujo contato com as/os terceirizadas/os é feito quando frequenta o restaurante universitário, aponta o “medo de errar” como uma preocupação entre as/os trabalhadoras/es para prevenir uma possível situação de *misgendering*, por exemplo. Acompanhemos o seu relato:

(Ariel): /.../ Mas assim, os contatos que tenho são no RU. (+) e... Vejo que eles [têm um] **tentam ter um cuidado**, não sei se diretamente com pessoas não-binárias... mas eles tem esse cuidado de... (+) Chega a ser engraçado...engraçado não! Chega a ser meio triste, porque é **como se tivessem certo medo de errar**: “eu tenho que acertar, poque se eu errar, vai gerar um problema aqui”. Aí...Eu vejo que têm essa preocupação...

Sob esse aspecto, indicamos a sensibilidade e consciência entre comunidade acadêmica como fator indicativo em relação à temática da diversidade de gênero não somente sob o ponto de vista institucional, mas também, estrutural. Por mais que as práticas normalizadoras, dentro dos muros da universidade, façam com que a percepção de respeito seja notada, como Billie nos contou que algumas/ns professoras/es **já pensam sobre a não-binariedade** e Ariel

compartilhou que algumas/ns delas/es demonstram **preocupação inicial de “como você prefere que eu me refira a você?” (+) ... outros não** (Ariel). Ainda há de se pensar nos enraizamentos cisheterossexistas que perpetuam a separação binária de gênero de acordo com o discurso hegemônico corpo-homem/corpo-mulher, como já vimos em outras seções. A diferença aqui colocada está no processo de normalização por quem pratica ações discriminatórias, não-inclusivas e não se esforça para não repetir. No entendimento de Dominique, a conduta das/dos professoras/es deveria estar mais alinhada ao processo de liberdade do corpo comumente trabalhado na Dança. Para ela: **“se você é uma pessoa que trabalha com corpo, com dança e tá na faculdade, supõe que você tenha acesso a informação. Então, tipo, se vire e estude”** (Dominique).

Uma das condições para romper esta barreira, segundo Eden, seria que as/os professoras/es iniciassem a prática de perguntar sobre o pronome de tratamento utilizado pelas/pelus/pelos estudantes como forma de respeitar sua identidade de gênero.

Com isso, concluímos que alguns das/des/dos estudantes atribuíram uma relação respeitosa, sensível e consciente por parte das/des/dos professores da UFBA em relação à diversidade de gênero e as/es/os que indicaram não terem esta percepção mencionaram a perpetuação de práticas cisheterossexistas ou a falta de abertura para o tema.

3.5.2 “*Quem são estes outros?*”: formulários e as barreiras para a inclusão

A violência administrativa é aplicada quando as leis e políticas parecem ser inclusivas, mas na prática potencializam barreiras que causam danos. A coleta e o uso de dados de identificação social, por meio de formulários, por exemplo, podem se tornar mecanismos que infligem a violência administrativa (Ford *et al.*, 2021). Ao adentrar na temática sobre os formulários produzidos pela universidade, Eden trouxe como contribuição sua percepção sobre a opção “outros” e a ausência da opção “não-binária” nos formulários:

(Eden): Sim. Sim...É... Assim, é isso. Atualmente, nos formulários da UFBA, **eu vejo mais essa opção de outros**. Mas, antigamente, isso não existia muito. É...e, mesmo assim, é isso. Eu **não vejo formulários rodando com essa opção de não binária** e...

Por outro lado, a existência da opção “outros”, nos formulários, não chega a ser fator de incômodo para Charlie, pois ela considera difícil abarcar toda a multiplicidade das transidentidades em um único formulário. De forma semelhante, é o que pensa Dominique, pois é comum que tenham formulários com **“masculino, feminino e outros, ou ter um masculino, feminino, transmasculino, transfeminino. Eu não me encaixo em um dos quatro”**

(Dominique). Já Billie descreve a opção “outros” como uma ideia de “... **ahhh**, “outros”, **qualquer coisa, entendeu?**”. Segundo Billie:

(Billie): /.../ eu acho que liga um pouco com a não-binariedade nesse lugar de tipo de você deixa como qualquer coisa, sabe?! Não dá importância porque existe um projeto de construção de binarismo pra você se encaixar nisso, então se a gente faz isso que a gente quer fazer para ampliar e abrir as demandas de identidades de existências diferentes você anula completamente esse **projeto cisheteronormativo de manutenção do mesmo**, sabe?! Eu acho que é isso, assim... É isso, tem várias situações, né?!

Do mesmo modo, Ariel considera a opção “outros” “**uma falsa tentativa de inclusão**” (Ariel). Infere-se da sua fala que a opção “outros” invisibiliza as pessoas que assinalam tal opção, uma vez que os dados estatísticos, inclusive, são perdidos. Observemos o trecho da sua entrevista: “A gente só coloca eles numa caixa de “outros” que lá na frente se a gente for transformar aquilo ali em dados vai ter lá: “porcentagem de outros” mas o que são estes outros? **Quem são estes outros?**” (Ariel).

Desses relatos, trazemos a análise feita por Teresa de Lauretis (2019, p. 220), ao explicar o conceito de interpelação como um “processo pelo qual a representação social é aceita e absorvida por uma pessoa com sua própria representação, e assim, se torna real, para ela, embora seja de fato imaginária”. Ela dá como exemplo o preenchimento de um formulário por uma pessoa que se identifica como mulher e assinala a letra F. A partir do momento que ela assinala este F, esta mulher, segundo a autora, adentra oficialmente no sistema sexo-gênero, nas relações sociais de gênero as quais foram en-gendradas como mulheres, ou seja, a representação não está apenas nos outros em vê-la como mulher, mas na própria pessoa que assinala o F, ao se considerar do sexo feminino. Com isso, Lauretis (2019) acaba por interrogar se é a pessoa que assinala o F ou o F que já está marcado precipuamente.

Nesse sentido, considerando as ideias de Lauretis (2019), refletimos que a construção dos formulários segue um padrão gendrado baseado na sexualidade como construção e autorrepresentação binária. Ao ter sua autonomia tolhida, no sentido de marcar a opção “outros” ou mesmo quando apenas identidades hegemônicas são apresentadas, a população não-binária se vê aquém da representação para além das relações imaginárias e reais propostas por Lauretis (2019).

Mesmo diante dessa situação, as/es/os estudantes propuseram sugestões que viabilizassem a inclusão da não-binariedade, enquanto transidentidade, de forma que a autonomia identitária fosse preservada, sendo que a principal proposta seria que houvesse opção para se escrever a identidade. Conforme mostram os trechos das entrevistas apresentadas abaixo:

(Ariel): É... ainda é raro encontrar a caixinha “não binário” quando a gente vai fazer algum formulário... e aí... **é superpositivo quando a gente encontra lá...** “poxa...colocaram aqui” ... eu não gosto de colocar “outros” ... (+) **prefiro quando tem a possibilidade de colocar...**, mas, a maioria das vezes não tem: é masculino e feminino mesmo.

(Charlie): eu acho que como existem muitas possibilidades, quer dizer... posso me identificar com um gênero que se chama “transviado” e não qualquer outra coisa... eu acho que seria interessante essas opções mais comuns como homens trans, mulher trans, transmasculino, transfeminino e tal e não binário e **ter a opção de você escrever**, também.../ só que em formulários da UFBA mais pela internet o que eu encontro... questões de gênero mais conhecidos, enfim... e normalmente, a opção “outros” e não muito esta **opção de você escrever**, sabe?! A não ser que seja um formulário que tenha sido produzido por algum estudante, mas partindo da UFBA mesmo é algo mais limitado.

(Dominique): /.../ Então, nunca vi. **Nunca vi um formulário que fosse 100% inclusivo em relação à gênero e sexualidade.** Nunca na minha vida. Quando eu vejo, é uma coisa que, apesar de ser problemática, eu acho que é a mais plausível de se fazer no momento, que é você colocar os padrões, tipo, os mais comuns, que seriam masculino, feminino, travesti, transmasculino, trerêtrarárá, e deixar um, “o que você é?” se nenhum desses, e **um campo aberto pra pessoa escrever...**Sou tal coisa e tal coisa. Porque, de fato, se você for abraçar todos, tem que ser 500 opções de coisas.

Mediante a análise das considerações das/des/dos estudantes sobre os formulários produzidos pela universidade, chegamos à conclusão sobre a ausência de formulários com a opção sobre não-binariedade dentre as marcações de gênero e a existência da opção “outros”, o que para algumas/ns estudantes pode significar apagamento de suas identidades, caracterizando a violência administrativa (Ford *et al.*, 2021), apesar de esta ideia não ter sido unânime entre as/es/os estudantes. Tendo em vista a multiplicidade de transidentidades, foi apresentada como sugestão que os formulários disponibilizem um espaço livre onde a pessoa possa se autodeclarar.

3.5.3 “Não é só as placas”: banheiros, inclusão e não-binariedade de gênero

As falas das/des/dos estudantes sobre o uso dos banheiros merecem destaque, pois, conforme afirma Paul Preciado (2019, p. 1), estes espaços são “cúmplices da normalização da heterossexualidade e da patologização da homossexualidade”, além de organizarem um *apartheid* de gênero que potencializa a violência contra as pessoas trans (Benevides, 2024). A maioria das/des/dos estudantes relatou o livre trânsito entre os banheiros, como menciona Charlie: “É... Assim... eu entro em qualquer um, masculino ou feminino /.../” (Charlie). Contudo, as/es/os estudantes revelaram uma preferência por frequentar os banheiros

correspondentes aos códigos dominantes da leitura social; no caso de Charlie, por exemplo, que se vê como transviado, prefere utilizar o banheiro feminino pelo fato de considerá-lo mais limpo que o masculino.

Já Ariel compartilhou o relato informando que **“já entrei nos dois banheiros, mas me sinto muito mais confortável entrando em um banheiro feminino se ele estiver vazio, por exemplo”** (Ariel). Neste trecho, Ariel abordou sobre possíveis situações relacionadas à segregação por conta da diversidade de gênero que culminassem em violência, conforme segue:

(Ariel): /.../ ... **já entrei nos dois banheiros**, mas me sinto muito mais confortável entrando em um banheiro feminino se ele estiver vazio, por exemplo. **Não me sinto à vontade porque eu sei que eu estando lá eu vou ser... um incômodo para as mulheres que vão estar lá.** Então, eu prefiro “tá vazio, eu vou” e no banheiro masculino “eu entro”, mas assim cada vez mais eu percebo que eu vou entrar... aí eu tenho que decidir assim... qual dos dois...aí, eu... agora vou para o masculino... aí, eu vou... então, ter uma outra opção seria importante também.

Nesse sentido, Preciado (2019) faz uma intrigante provocação quando estabelece uma relação corpo-espaco-demarkação generificada. Para o autor, a arquitetura dos banheiros, ao longo dos séculos, passou por redefinições espaciais, sendo convertidos progressivamente em cabines de vigilância de gêneros. O autor demonstra que a partir do século XX passou a vigorar a unificação arquitetônica de acordo com as normas vigentes para a masculinidade e feminilidade e sua adequação para cada corpo, partindo da separação entre as funções fisiológicas, urinar e defecar, de acordo com a genitália (pênis/vagina/ânus). Nesta linha, o pensamento binarizado determina o desenho estrutural do banheiro, onde o esconder e o mostrar seguem o determinado pelas “tecnologias de gênero”, atrelando-se ao feminino uma mesma postura, sendo o urinar e o defecar na posição sentada e para o masculino há a “separação de funções mijar-de-pé-mictório/cagar-sentado cabine” (Preciado, 2019, p. 3).

Na perspectiva do banheiro masculino, segundo Preciado, o ato de “mijar de pé publicamente é uma das performances constitutivas da masculinidade heterossexual moderna” (Preciado, 2019, p. 3). Para ele, o mictório, por exemplo, antes de ser considerado como instrumento de higiene, trata-se de uma tecnologia de gênero que participa da produção da masculinidade no espaço público e por isso não é feito em cabine.

Já os banheiros femininos funcionam como um mini-panóptico no qual as mulheres pactuam a vigilância coletiva com base na gradação dos estereótipos da feminilidade heterossexual. Sob a avaliação de Preciado (2019), a situação relatada por Ariel de não se sentir à vontade por saber que será **“um incômodo para as mulheres que vão estar lá”** (Ariel) demonstra o controle público da feminilidade heterossexual exercido por intermédio do olhar,

ou a depender do caso, como dúvida, por exemplo, por meio da palavra. Qualquer situação fora da matriz hegemônica de gênero(s) estará sujeita à sanção verbal ou física (Preciado, 2019).

Situação semelhante foi experimentada por Billie quando nos disse que: **“eu não iria no banheiro masculino, mas eu vou porque se eu entrar no banheiro feminino vai virar uma grande questão, entendeu?!”** (Billie). E complementa seu relato dizendo: **“não é só as placas...”** (Billie), conforme consta abaixo:

(Billie): Eu acho que é um lugar seguro pra mim é lugar sem porque ...assim... em ADM e na FACED você bota ali banheiro masculino...aí embaixo tem: homem cis, trans masculinos e não binários, ou seja, pessoas não-binárias que se identificam mais com o gênero masculino deveriam estar nesse banheiro e no feminino a mesma coisa então, **eu não iria no banheiro masculino, mas eu vou porque se eu entrar no banheiro feminino vai virar uma grande questão entendeu?!** Mas, está assegurada, na placa que é para não binários também só que aí colocaram as placas e **cadê a discussão sobre? Não é só as placas...** precisa ser discutido precisa pensar... quem são as pessoas que estão violentando, né, que geralmente, **botam a gente neste lugar de violência...**

Billie demonstra o desejo de que haja discussão em torno da não-binariedade como inclusão identitária de gênero(s) para além da colocação das placas. Este mesmo aspecto foi apontado por Eden, estudante do Instituto de Letras, que informou sobre a identificação recente nas portas dos banheiros do pavilhão de aulas. Segundo ele, a medida não é considerada inclusiva, de fato: (Eden): “Não, porque, enfim... Eu duvido muito que a pessoa transmasculina, por exemplo, vá se sentir confortável, de repente, e comece a usar o banheiro masculino. Só por causa disso, sabe?”.

As falas de Billie e Eden coadunam com a construção elaborada por Preciado (2019), quando se refere aos signos existentes nas portas de cada banheiro, masculino ou feminino, damas ou cavalheiros, guarda-chuva ou chapéu, bigode ou florzinha. Para ele, os dejetos orgânicos não importam, a única coisa que vale é o gênero da pessoa que adentra aquele espaço considerado, ainda, símbolo de reafirmação de feminilidade ou masculinidade, dentro da máquina capital-heterossexual (Preciado, 2019).

De acordo com a Nota Técnica²⁴ elaborada pela ANTRA, a Associação Brasileira de Gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais e intersexo (ABGLT) monitorou, em 2022, 44 projetos de lei contrários ao uso de banheiros por pessoas trans, dos quais ao menos dez foram aprovados como lei e estavam em vigor até aquele ano. Esses projetos de lei preveem em suas justificativas o “sexo biológico” como critério de acesso aos banheiros, prevendo penalidades,

²⁴ Intitulada “Nota Técnica sobre direitos humanos e o direito dos banheiros: Vencendo a narrativa do *apartheid* de gênero que impede as pessoas transgêneras do acesso à cidadania no uso dos banheiros e demais espaços segregados por gênero”

incluindo prisão, o que criminaliza pessoas trans simplesmente por tentarem viver suas identidades (Benevides, 2024).

Nesse aspecto, Charlie fez um importante registro sobre questões que estão muito além da transgeneridade:

(Charlie): /.../ eu nunca tive nenhum problema de alguém dizer alguma coisa ou coisa do tipo, mas eu sei que seria melhor para todo mundo que não existissem essas diferenças **até por muitas outras questões que não só dizem respeito à transgeneridade... eu acho, sabe?! Tipo... algo que vai para outro âmbito assim...** eu lembro de ir para o shopping com meu pai criança...assim... ele queria me levar no banheiro... aí... se não for o caso de ter o banheiro infantil...que veio depois também... de tipo ficar... tá... sabe?!...onde eu vou? Eu lembro de entrar no masculino e meu pai ficava tapando o meu rosto, sabe?! Tipo...sei lá?!

Com base nisso, a Nota da ANTRA demonstra que problemas relativos ao uso do banheiro são caracterizados pelo machismo, pela misoginia, pelo cissexismo, pela transfobia, pelo capacitismo, pelo racismo e quaisquer outras formas de discriminação, “tendo como objetivos principais: segregar, patrulhar e garantir a hegemonia de um determinado grupo em relação a outro visto como imediatamente inferior” (Benevides, 2024, p. 9).

Além disso, o documento menciona a lacuna na coleta e análise de dados sobre crimes cometidos por pessoas trans, seja por importunação sexual, assédio, estupros e outras violências contra mulheres cisgênero que, em geral, utilizam este argumento para impedir o acesso a estes espaços, ou seja, não existem informações disponíveis sobre crimes semelhantes cometidos por pessoas trans no contexto nacional. Por outro lado, tendo por base o Anuário Brasileiro da Segurança Pública, de 2023, os banheiros de uso coletivo podem ser considerados mais seguros, em comparação com outros ambientes, como a própria casa ou o local de trabalho, tidos como cenários de violência (Benevides, 2024).

Esse aspecto entra em concordância com o relato de Dominique, que nos conta sobre o conforto de frequentar o banheiro não-binário da Faculdade de Dança, reconhecido por ela como um espaço onde se sente segura/a:

(Dominique): Um ponto bom, eu acho que é uma coisa que vários colegas trans... assim... se sentem confortáveis... é... você tá num banheiro e vê várias pessoas diferentes no mesmo lugar de boa, sabe?! ...tipo... o **primeiro banheiro não-binário da UFBA**. Pra mim é muito gostoso quando eu entro no banheiro e tem, tipo... sei lá... uma sapatão, uma travesti, um boy trans... não sei o que lá... e todo mundo só conversando, tomando banho, fazendo xixi, fazendo a porra que for... e de boa. Então, isso é uma coisa que **me deixa muito tranquilo**.

Assim, essa fala de Dominique demonstra o banheiro não-binário da Faculdade de Dança como uma ponta de esperança sobre um modo de convivência harmoniosa. Entretanto,

Preciado (2019, p. 4) nos alerta para a difícil tarefa de “romper a segregação sexual que a moderna arquitetura urinária nos impõe desde pelo menos dois séculos: público/privado, visível/invisível, decente/obsceno, homem/mulher, pênis/vagina, de pé/sentado, ocupado/livre...”. Isto porque, em todo seu contexto estrutural, os banheiros continuam sendo espaços de vigilância, de produção de subjetividades que reforçam práticas cisheteronormativas.

3.5.4 “*Vou denunciar para quê?*”: (des)confiança, frustração e desconhecimento

Questionamos às/es/aos estudantes sobre o sentimento de confiança em realizar denúncia sobre situações de preconceito, discriminação e/ou violência ocorridas na Universidade e as opiniões foram bastante divergentes. Eden apresentou uma fala enfática, ao dizer que não teria confiança, respondendo: “**Não. Honestamente**” (Eden). De forma semelhante, Ariel informou não ter confiança e respondeu: “**eu procuraria externo**” (Ariel), referindo-se à preferência por judicialização. Quando questionado sobre qual unidade administrativa seria a mais bem indicada para conduzir as tratativas de uma possível denúncia, a exemplo da Ouvidoria, PROAE etc., assim como Eden, que também demonstrou desconhecimento, Ariel complementou dizendo:

(Ariel): Eu acho que um dos motivos para eu não ter confiança é **que eu não sei quem procurar** porque no episódio passado eu procurei todas as instâncias que eu pude e eu percebi que as instâncias não tinham... não tinham poder para fazer muita coisa... tudo tinha que ser atestado.

Em seu depoimento, Charlie revelou ter confiança em denunciar, porém como primeira atitude seria entrar em contato com o Centro Acadêmico de Ciências Sociais, primeiro, em busca de apoio e direcionamentos e, segundo, para realizar algum tipo de pressão perante a situação hipotética.

Já Billie e Dominique também manifestaram terem confiança em denunciar, contudo não acreditam na solução da situação hipotética a partir da denúncia. Para Billie, ao mesmo tempo que a denúncia é uma ferramenta de defesa, também acaba se tornando um mecanismo de exposição que pode vir a potencializar a violência sofrida. Observemos seu relato:

(Billie): /.../ Isso é muito chato. Porque aí você fica... Meu Deus! **Vou denunciar para quê? Para me expor mais ainda?** Para a violência ser mais ainda? Para ganhar uns *haters*? Pra enfim... Mas eu acho que também... Se a gente pensar assim... A gente não vai para frente, então existe uma coisa que é... você... Isso também tem muitas camadas. Porque eu posso estar... Dependendo de como você vai estar... Dependendo de como vai ser a situação. Se você vai estar... Bem para... Seguir com o processo. Seguir com...

buscando... Respostas, sabe? Então eu acho que são... Muitas camadas. Seria massa se tivesse uma rede... uma... **uma rede assim de apoio mesmo**, sabe? Porque às vezes é isso. Como é que a pessoa que vai sofrer a violência... Vai conseguir denunciar a própria violência?

Em sua entrevista, Dominique nos conta algumas práticas transfóbicas sofridas pelas/pelus/pelos estudantes empreendidas por professoras/es no prédio de aulas. Apesar de as ocorrências terem sido noticiadas à direção, segundo Dominique, por serem recorrentes, não foram e não são devidamente apuradas e, portanto, não provocam sanções, o que gera o sentimento de frustração e de descrédito em relação à instituição. Segundo um trecho do seu relato:

(Dominique): /.../ Tem várias denúncias. E por que ela tá aqui ainda? Ninguém vai fazer nada. Vai ficar só batendo palma. Enquanto ela continua ganhando dinheiro sendo escrota traumatizando um monte de aluno. Tipo, e aí? E faz como? E a gente fica só se fudendo. Sofrendo na mão de professor escroto. É por isso que eu falo que eu não tenho esperança. **Tipo, eu denuncio, mas eu não tenho esperança.**

Esses relatos nos conduzem à cultura hostil e transhomofóbica, não somente institucional, mas estrutural, que congrega a manutenção do *status quo* dos agressores e o sentimento de impunidade. Por outro lado, as vítimas são impelidas pelo sentimento de descrédito e frustração em face de todo arranjo voltado à proteção dos agressores, desde a ideia de “culpabilizar” a vítima, não registrar as ocorrências oficialmente ou não promover o mais importante, apurar os fatos e aplicar as sanções.

Sob o aspecto da confiança em fazer denúncia, concluímos que a maioria das/des/dos estudantes manifestaram ter confiança em denunciar, contudo não acreditam no processo de apuração e sanção administrativas.

3.5.5 “quem é mais trans”: existências e resistências

Na análise das entrevistas, percebi que para todas/todes/todos as/es/os participantes houve alguma experiência relatada sobre divergências e tensionamentos existentes sobre a compreensão da não-binariedade dentro da própria comunidade trans que abrange, inclusive, o reconhecimento das suas existências, conforme os relatos de Dominique e Ariel, a seguir:

(Dominique): “Tipo, **existem divergências, na própria comunidade**, de como essas coisas são vistas, mas, a maneira que eu enxergo, é que, a partir do momento que **você não é cis, você entra num campo de não-binariedade...e** aí... existem pontos de não-binariedade que são mais tendenciados pra um lado do espectro ou pra outro. Como um boyceta, que é uma coisa mais transmasculina. Uma travesti é uma coisa mais transfeminina. Mas, a meu ver, tudo tá dentro de um espectro de não-binariedade. Ao chamar

que não é cis, cai nesse guarda-chuva de não-binárie. Então, eu vejo como um termo guarda-chuva não-binárie. Pra mim, **engloba todo mundo que não é cis.**”

(Ariel): É, porque eu entendo que em algum momento o que é ser “trans” é perdido. (+) Hoje eu vejo que tem esse questionamento... essa **competição de quem é mais trans** então, **quem tem passabilidade é mais trans do que outros**, quem faz transição... uma mulher trans que fez transição, ela é mais trans que outra que não fez... e... as próprias... pessoas não-binárias... tem pessoas que transicionam e que se autodeclararam não-binárias /.../.

As falas de Dominique e Ariel destacadas acima sobre as divergências dentro da comunidade trans reveladas no “**quem é mais trans**” (Ariel), em primeiro plano, perpassam sobre os entendimentos dos significados das transidentidades, incluindo-se a não-binárie, e como estas se comunicam com autorreconhecimento e sua relação com as corporalidades trans.

Bento (2017) nos convida a uma reflexão sobre o dilema das identidades coletivas advindo do processo de (des)construção de pressupostos e estruturação de novos sujeitos empreendidos pelos estudos *queer*. Ela indaga como é possível trabalhar com as diferenças e, ao mesmo tempo, forjar um programa de atuação política e, ainda assim, identificar os perigos inerentes a esse processo de igualdade e diferença.

Para tanto, iniciamos com o entendimento sobre a “consciente apropriação da negação”²⁵, proposta por Haraway (2019), que considera que as categorias amplas (assim como “mulher” ou “negro”, por exemplo) tendem a exclusão. A autora nos alerta para moldes que buscam definir determinados grupos que são colocados em um nível inferior, em uma hierarquia de identidades consideradas negativas. Assim, uma chicana ou uma mulher negra nos EUA não são consideradas como simplesmente mulheres ou simplesmente negras. Por isso, que o uso de expressões como “mulher” e “negro” tendem a excluir mulheres não brancas e pessoas não negras, respectivamente.

O que queremos dizer com isso é que não há consenso sobre definições, conceitos, a exemplo do termo transgênero (Jesus, 2012), principalmente porque o objetivo realmente não é estabelecer uma matriz identitária naturalizada e sim fortalecer e agregar ação política e oposição consciente aos discursos gendrados. A defesa do uso da especificação “não-binárie” tem a intenção de marcar a existência destas pessoas com destaque à importância da coalizão, da afinidade e da aproximação política na demonstração dessa subjetividade coletiva (Haraway, 2019). Contudo, não podemos esquecer do risco da distinção, até porque o “ato de nomeação” por si só já configura uma exclusão aguda. Por outro lado, concordamos com Audre Lorde

²⁵ Com base nisso, adotamos a nomenclatura “gêneros”, no sentido de ampliar (e não reduzir), as diversas abordagens e acepções relacionadas aos estudo sobre gênero e sexualidade.

(2019), quando diz que “não existe hierarquia de opressão”, uma vez que as categorias marginalizadas sofrem com os danos causados pela opressão ainda que de formas distintas (Haraway, 2019; Lorde, 2019).

3.5.5.1 “É meio político utilizar o “trans não binário””: quem pode ser trans?

Partindo desse entendimento, as falas das/des/dos estudantes nos levam ao caminho “das verdades das identidades em estruturais corporais” (Bento, 2008, p. 25). Ao que nos parece, o caminho traçado para se determinar quem é trans “de verdade” possui semelhança com a formação política do feminismo e a ampliação dos “sujeitos”. Butler nos levou a refletir sobre a existência de uma identidade comum a todas as mulheres questionando se “existiriam traços comuns entre as “mulheres”, preexistentes à sua opressão, ou estariam as “mulheres” ligadas em virtude somente de sua opressão?” (Butler, 2018, p. 21).

Nessa linha, a insurgência de novas “mulheridades” vem se consolidando como uma luta política de representação no feminismo, tornando-o plural, ao agregar as corporalidades de mulheres transexuais e travestis, por exemplo, e assim, se configurando o transfeminismo (Nascimento, 2021).

A pensadora transfeminista Leticia Nascimento (2021) utiliza-se da citação de Sojourner Truth “e eu não sou mulher?” para debater sobre a concepção homogênea e universal sobre “a mulher”. A autora propõe a inclusão do verbo “poder” para reformular a frase e fazer uma provocação: “e eu não posso ser uma mulher?”. Por meio deste jogo linguístico, ela nos instiga a pensar sobre estratégias discursivas que reivindicam espaço e protagonismo frente aos inúmeros desafios enquanto pessoa travesti.

Segundo a fala de Charlie, existe a dicotomia entre pertencer à comunidade trans e lutar “**pelas mesmas coisas de modo mais amplo**” (Charlie), e não estar alinhado em tudo. Ao mesmo tempo que elu compreende que isso também o incomoda.

(Charlie): De algum modo, é compreensível porque a gente tem essa **mania de generalizar**... uma população como se todo mundo compartilhasse da mesma mentalidade sobre as coisas. Então, eu compreendo também, esses conflitos porque não é porque é a **galera trans que a gente vai tá alinhado**, sabe?! Mas, de outro modo, é algo que me incomoda porque...enfim, né, a **gente tá lutando pelas mesmas coisas de modo mais amplo** assim... e a gente não consegue se ajudar sempre...então, às vezes, é preciso unificar para que a gente possa (+) combater o outro lado, sabe?! /.../

Com isso, a fala de Charlie nos faz refletir sobre a possibilidade uma nova insubmissão: **e eu não posso ser trans?** Essa proposta dialógica parte do sentimento de invalidação da não-

binariedade enquanto transidentidade, expressada pelas/pelus/pelos estudantes, como, no momento que Ariel expôs: “Elas...são pessoas que estão em transição ou que já entraram na UFBA... é... enquanto pessoa trans... e aí... tem essa questão de...pôxa... “eu sou trans, você não... **você não é trans**” [...]”.

Com isso, as dúvidas e os questionamentos a esta subjetividade não-binária acabam transformando experiências das pessoas não-binárias mais invisíveis e sofridas, isto porque se instaura um fluxo de rejeição pela falta de evidência das marcações cisheteronormativas e deslegitimação da sua não-binariedade por não alcançarem essa leitura social padrão, por este mesmo motivo chegam a serem consideradas “menos trans” pela própria comunidade trans. Por conta disso, Ariel nos conta que a inclusão da terminologia “trans” na sua autopercepção de gênero é adotada como um posicionamento político perante a própria comunidade que, segundo elu, “**não aceitam o não-binário como pessoa trans**” (Ariel). Para elu, “**uma pessoa não binária é uma pessoa trans**” (Ariel), conforme demonstra seu depoimento:

Ariel: **É meio político utilizar o “trans não binário”** porque até na comunidade tem pessoas que não aceitam o não-binário como pessoa trans... ainda tem essa dificuldade...e aí... tem utilizado “trans não binário” e outras pessoas também têm utilizado (+) e eu acho que “transicionar” não necessariamente significa...é... (+) não sei...fisiologicamente você fazer alguma alteração. Você não precisa fazer uma cirurgia de readequação sexual para você ser atestado como pessoa trans... então não precisa... **uma pessoa não binária é uma pessoa trans...** o que é que vai atestar ela como uma pessoa trans é a cirurgia? Não! Então, ainda existem dois pesos e duas medidas...

Esse debate ganha espaço quando se fala em acesso a direitos, no caso mais específico, a reserva de vagas supranumerárias para as pessoas trans (transexuais, transgêneros e travestis) na Universidade Federal da Bahia. O advento do REUNI provocou mudanças na política de ações afirmativas da UFBA e, a partir de então, a característica elitista, devido ao fato de o perfil dos estudantes ser em sua maioria de brancos e oriundos de escolas particulares, foi sendo modificada aos poucos por conta dos incentivos de acesso e permanência de novos sujeitos epistêmicos, como jovens negros, indígenas, quilombolas, pessoas com deficiência, ciganos, transexuais, transgêneros, travestis e, também, não-binárias.

Um dos tensionamentos mencionados gira em torno da participação da/de/do estudante não-binária enquanto concorrente na reserva de vaga, como pessoa trans. De acordo com o relato das/des/dos estudantes, a não-binariedade é vista como possível instrumento de fraude em virtude da sua invalidação como transidentidade. Conforme Ariel nos conta, como a não-binariedade é entendida como uma identidade “guarda-chuva”, logo as pessoas têm dificuldade de descrever “**o que não é uma pessoa trans não-binária**” (Ariel) e, por conta disso, “**dizer**

que você é não-binária” (Ariel), na visão delas, torna a chave para fraudar o sistema de reserva de vagas, por exemplo. Esse cenário reflete a transnormatividade entendida como processo de controle exercido pela comunidade trans, baseado na crença de como as pessoas trans devem fazer ou sentir (Siegel, 2019).

Além disso, Eden relata sobre a cobrança para o que **“inegavelmente que é uma pessoa trans”** (Eden) pela ótica da necessidade de modificação corporal, cirurgia de reafirmação, hormonização, entre outros. Conforme mostra seu depoimento:

Eden: É isso, porque parece... Parece que começaram a colocar agora... É... É... Certas caixinhas que você tem que preencher, sabe? Pra ser considerada ali dentro da... Dentro daquela **identidade trans**. Que é que você tem que ter... É... Tem que ter... Parece que tem que ter acontecido alguma **modificação corporal**, sabe? Alguma **cirurgia de reafirmação**. É... Ou... Esqueci o nome da...

Pesquisadora: Mastectomia?

Eden: Mastectomia. Ou, enfim, qualquer outra cirurgia de reafirmação. Ou você tem que estar **tomando hormônio**. Ou você tem que estar sofrendo... É... Violências, assim... Inimagináveis em... Em... No cotidiano, assim. Pra você ser considerada. Pra você, sabe, poder ser considerada ali dentro daquela instância. É... Quando eu tô falando também dessa questão, tipo, da **passabilidade**. Da questão da **leitura**. É... Foi também pensando nesse ponto. Porque eu entendo também que... Que são... São camadas e camadas. É... Tem pessoas que são... Que você vai olhar e que você vai ver. **Inegavelmente que é uma pessoa trans**. É... Mas pessoas não-binárias... Ainda existe... Assim, essa questão de, tipo, de você olhar. De ir para o olho ou para a leitura. **Não ser, assim, tão possível de identificar**. Por assim dizer. É... Então, tipo, também é um ponto que é levantado. Dentro dessas discussões, assim. É... Tipo, se você não tá ali na linha de frente, assim. Tipo, dando a sua cara tapa.

Empreendemos desses relatos de Ariel e Eden uma articulação com as ideias de Paul Preciado (2014), uma vez que estamos todas/todes/todos imbuídos em um sistema de “codificação” de corpos e controle de subjetividades, que nos prende com algemas que ditam como deveríamos ser, ou seja, heterossexuais, casadas/es/os ou sexualmente convencionais. Mesmo sem perceber, esse sistema biopolítico integra o nosso dia a dia, através de “tecnologias suaves de microcontrole” (Preciado, 2014). O autor quer dizer que o poder se encarrega de “inventar” pessoas e produzi-las em escala global por meio de

[...] moléculas incorporadas ao nosso sistema imunológico; o silicone toma a forma de seios, neurotransmissores alteram nossas percepções e comportamento; hormônios produzem seus efeitos sistêmicos sobre a fome, o sono, a excitação sexual, a agressividade e a decodificação social da nossa feminilidade e masculinidade (Preciado, 2014, p. 86).

Nessa linha, podemos dizer que o regime biopolítico se lastreia por meio da dominação heterossocial, considerado um arquétipo político descritivo, onde a busca pela generalização se apresenta como uma das muitas armadilhas de submissão dos corpos. Butler (2014, p. 14) já

nos disse que “os corpos só surgem, só permanecem, só sobrevivem dentro das limitações produtivas de certos esquemas reguladores com alto grau de generalização”. Sendo assim, a (sobre)vivência está intimamente ligada à capacidade de adaptação e mudança aos “esquemas reguladores” e, de alguma forma, na contraposição ou na aceitação aos marcadores sociais da diferença e nas suas implicações na transformação social de gêneros (Butler, 2014).

Embora as costuras elaboradas pelas normas sejam sentidas pelas pessoas trans de formas diferenciadas, é fato que suas reivindicações são legítimas e não passam despercebidas, uma vez que o convívio com a marginalização e a violência seja experimentado cotidianamente. Tornando, inclusive, o acesso por reserva de vagas supranumerárias como uma conquista em virtude de organização coletiva e política, principalmente pela dificuldade de acesso e ausência de pessoas trans no ensino superior.

Por outro lado, há de se pensar na problematização dessa representatividade trans para que não se incorra no erro de tornar a população não-binária em “o outro do outro” (Kilomba, 2019). Lorde (2019), assim, já nos disse: “enquanto estivermos divididos por causa de nossas identidades particulares, não temos como estar juntos em ações políticas efetivas” (Lorde, 2019, p. 244). A autora afirma que, mesmo que as opressões se caracterizem por diferentes fatores: raça, gênero, sexualidade, classe social, religião, etnia, cultura, entre outros, ela considera que elas vêm de uma mesma fonte, ou seja, o cisheterossexismo, a transfobia e o racismo, por exemplo, advêm do direito de dominar (Lorde, 2019).

A estudiosa Letícia Nascimento (2021) contribui com esse diálogo afirmando que

o respeito mútuo das corporalidades transgêneras dentro de nossa comunidade é um imperativo ético que a autodeterminação nos impõe de modo endógeno. As corporalidades transgêneras precisam estar lado a lado na resistência e no enfrentamento das violências, que não são poucas e, por vezes, são letais (Nascimento, 2021, p. 143).

Assim, as corporalidades não-binárias também se configuram como corpo de direitos, como propõe o transfeminismo. Depreendemos das falas das/des/dos estudantes que a transidentidade não-binária pode ser vista como uma abordagem mais dinâmica e desafiadora em relação à diversidade e à complexidade trans, explorando não apenas a coexistência, mas também os conflitos e desafios inerentes às suas subjetividades (Haraway, 2019).

3.5.6 “*Eu acho que tem duas UFBA’s*”: inclusão e novos rumos

As experiências das/des/dos estudantes entrevistadas/des/dos nos dão uma ideia sobre como a universidade é vista em nível de inclusão. Abordamos este assunto de modo mais enfático na pergunta de encerramento das entrevistas da seguinte forma: você considera a

UFBA como uma instituição inclusiva no sentido de reconhecer a população não-binária? Poderia, por favor, explicar sua percepção sobre isso? Disponibilizamos abaixo o Quadro 5 com as respostas das/des/dos estudantes para termos um entendimento panorâmico, conforme segue:

Quadro 5: Opinião das/des/dos estudantes sobre a percepção da universidade como instituição inclusiva no sentido de reconhecer a população não-binária

Estudante	Opinião
Ariel	Estudante: Eu acho que tem duas UFBA s. Tem a UFBA administrativa e tem a UFBA do corpo estudantil, do corpo técnico-docente, por exemplo. Eu vejo o corpo técnico-docente e estudantil muito mais inclusivo do que a UFBA enquanto instituição... aí... a gente vê aquele debate de inserção e inclusão . Tem inserção na UFBA, tem o espaço, tem a cota, mas a inclusão de fato, ela não é... não acho que exista... até porque se realmente existisse essa inclusão a gente não teria hoje ainda o debate sobre o banheiro ser um espaço ou não seguro, a criação de banheiros ou não... a gente... então, eu acho que como ainda há essas discussões eu acho que ainda é inserção do que inclusão.
Billie	Estudante: Eu acho que não . Tenho certeza que não. Porque se fosse realmente inclusiva... Ela já teria... O negócio de... mudar a configuração de nome... muito mais fácil . Não faria as pessoas passarem por várias situações chatas. Teria os banheiros... que eu acho que é uma das grandes demandas. E para além dessas questões estruturais mais diretas... É algo que a gente já falou tudo antes. Eu acho que inclusão... Para mim não é botar... “Ai... Temos banheiros não-binários... Somos muitos inclusivos” Não! Sabe?! Porque você não sabe o que acontece de fato, sabe? Você precisa ter... uma... discussão sobre aquilo . O porquê daquilo. Você precisa formar as pessoas servidoras... que vão estar lá limpando esses banheiros, que vão estar lá... vigiando aquele... Campus sobre... Não só o professor de professor, sabe? Todos os servidores da UFBA... precisam passar... Por uma formação... Sobre não binariedade . Para saberem... Ninguém vai aprender... e... se desapegar... dos seus conceitos de vida, mas... vão saber... de algumas coisas. Acho que isso que é importante. Saber. Porque aí fica mais fácil... Confrontar também, sabe? Porque aí fica mais fácil questionar. E aí... É de fato inclusão porque você não está fazendo isso... Só por ser... Só pelo nome. Você está fazendo uma ação de fato... que é... você... Eu não gosto da palavra inclusão, não, mas que de fato você... abrange todos os corpos.
Charlie	Estudante: Exato. Se a gente tem estes conflitos dentro do Txxx, né, então, imagina, numa ideia mais geral?! Essa perspectiva neoliberal é algo que está realmente impregnada, então, não é, eu acho que não é inclusiva e em diversos outros âmbitos não é inclusiva, mas tem espaços menores que parecem certas utopias... assim... quase que desligadas do todo, então, acho que a perspectiva é realmente ampliar isso, capacitar os profissionais, professores, técnicos , tudo mais... mas, acho que é um processo, né, a gente tá justamente neste momento de tencionar, de...
Dominique	Estudante: É isso. Eu acho ela muito mais inclusiva do que outros lugares . Mas eu não sei se especificamente para a população não-binária. Eu acho que ainda é um abraço das binariedades do que é dito mulher trans, do que é dito homem trans. Então eu acho que ainda é uma inclusão, entre algumas aspas. Sabe?
Eden	Estudante: Vamos lá. É... Eu acho que... que é... Dentro da minha experiência , né? É... O máximo que eu já vi de inclusão na UFBA é essa questão dos banheiros, assim, né? Que, tipo, pra Dança... Dentro da minha experiência, da minha vivência, do que eu já vi. Tá, ok. Mas, tipo... do... Do Instituto, né? Que eu tenho um ((que eu tenho aula do lado do Instituto)) aula do Instituto, por exemplo. É aquilo que eu falei. É... que, enfim... um... um... um emendo ali que foi feita com as coxas mesmo. É... que não é inclusivo . É. /... Eu acho que não /. Tô pensando. Não, não, não.

Fonte: Elaborado pela autora e autores (2024)

Conforme mostra o Quadro 5, não houve consenso nas opiniões. Dominique, a única pessoa que se manifestou de forma contrária, fez questão de registrar que **ainda é uma inclusão, entre algumas aspas**. Elu pontuou a “inclusão com aspas” da UFBA em comparação

com outras instituições e pela sua percepção em relação às transidentidades: mulher trans e homem trans. Dominique compartilhou em seu relato a dificuldade em encontrar professores autodeclarados não-binários na ocasião de um evento ocorrido na universidade. Assim, ele relata:

(Dominique): Inclusive, eu passei... Você conhece o PIBExA? É um edital de experimentação artística da UFBA. Um edital bem revolucionário do Brasil, inclusive, tem poucos do gênero. E ano passado, eu passei com um projeto chamado (nome ocultado) que é um projeto todo falando sobre não-binariedade, arte, expressão de gênero...e aí... a gente, eu e um amigão, os dois não-binários. Ela, uma pessoa de buceta que prefere os neutros e eu, uma bixa de pinto que pra mim tanto faz... e aí... a gente falou, não, precisamos de um professor não-binário... aí a... gente foi caçar professores não-binários. **A gente achou três pessoas.**

A mesma percepção teve também Billie se referindo ao aspecto da representatividade trans não-binária, conforme seu relato:

(Billie): É isso. Você está num lugar que você, geralmente, é a **única pessoa não-binária da sala**. É a única pessoa trans da sala... e aí... isso me afeta no sentido de olhar para o meu passado e pensar em **como eu construir quem eu sou hoje** e pensar em como eu quero que outras pessoas estejam ali comigo, sabe?! Eu queria ver, tipo... metade da sala pelo menos, sabe?! E aí, existe uma coisa...assim... não ...porque não... ah... você não temporque que não tem as outras pessoas ... a gente não estuda, a gente não está lendo... a gente não tem livros, artigos, e coisinha de pessoas trans e pessoas não-binárias ... a gente não tem, sabe... agora saiu o... PIBExA da PROAE, **você vai pesquisar os professores não-binários da universidade...só conheço uma, entendeu?! Mas... Por que que não tem? Então, acho que é isso, né?! A estrutura ela vem de muito antes ...assim... ela vem de um lugar que ... não se contrata professores... não se abre para discussão.... se tivesse que **contratariam professores não-binários?** e acho que... é isso... no sentido de narrativas... que narrativas... a gente tá construindo, quando a gente olha um texto... é igual a isso... quando a gente se atenta para o machismo e pra o feminino, né, ahhh, vamos mudar não vamos mais falar do masculino, vamos falar do feminino... porque é importante... é importante sempre falar do masculino e do feminino... agora já outra... precisa de uma coisa a mais aí.... então, não existe só o feminino e o masculino eu acho que é nesse sentido assim...**

Os relatos de Dominique e de Billie reforçam a pauta da autodeterminação como insurgência ao sistema (Nascimento, 2021) que inclui a presença de pessoas não-binárias nos diversos espaços, especialmente nos educacionais. Esse debate não envolve apenas a inserção, no sentido do acesso e da permanência, mas também as ausências dessas pessoas nas universidades, refletidas na frágil difusão e consolidação acadêmica de conhecimentos construídos, não limitadas à transgeneridade e a sua baixa expectativa de vida, que resultam em epistemicídio de conhecimentos sobre e por pessoas trans, em espaços acadêmicos (Matos, 2022).

3.5.7 “*porque eu me encontrei*”: Universidade, formação e contribuições

Ao definir formação com o intuito de diferenciá-la de educação, Chauí (2003, p. 12) nos diz que formação “é despertar alguém para as questões que esse passado engendra para o presente, e é estimular a passagem do instituído ao instituinte”. Desta explicação, tiramos a importância do fator tempo e seus reflexos no futuro. A autora ainda explica que a formação surge quando também surge a obra de pensamento que é “quando o presente é apreendido como aquilo que exige de nós o trabalho da interrogação, da reflexão e da crítica, de tal maneira que nos tornamos capazes de elevar ao plano do conceito o que foi experimentado como questão, pergunta, problema, dificuldade” (Chauí, 2003, p. 12).

A análise das entrevistas deixou evidente que a universidade teve um papel contributivo na formação e consolidação da autopercepção de gênero das/des/dos estudantes. Em seu relato, Eden afirma que a UFBA “**mudou minha perspectiva de mundo**” (Eden) pelo fato de ter acesso a pessoas e, também, devido ao fato de novos atravessamentos terem sido feitos que mudaram sua opinião ao longo do tempo, conforme mostra seu depoimento:

(Eden): É... Eu entrei em 2015, né?! Então, tem um certo tempo... é... e eu me entendi enquanto **pessoa não binária em 2022...** então, demorou um tempo...assim...até chegar nesse ponto... é... o que eu posso dizer é que a UFBA me proporcionou...assim... contato com muita gente...assim... com bolhas e bolhas e bolhas de gente... é... que **mudou minha perspectiva de mundo...**é...bastante, em muitos sentidos, então, tipo, houveram muitas fases, assim da minha vida até chegar nesse momento de hoje...mas desde que entrei na UFBA minha perspectiva de mundo foi sendo mudada muitas vezes... é... e... a UFBA... **o ambiente da UFBA foi responsável por não por identificação, mas por enfim, tipo, me abriu oportunidade de conhecer pessoas que mostraram esse universo, sabe?! Com o qual me identifiquei...**

Pesquisadora: Seria liberdade?

(Eden): Sim. É isso. É... É isso. Foi através da UFBA que eu conheci pessoas que... pessoas não-binárias que enfim... que eu comecei a... **me questionar mais sobre questões de gênero, comecei a pensar mais a respeito, que eu comecei a desconstruir mais questões na minha cabeça...** então, tipo, foi me encaminhando dentro disso... então, tipo, tem uma passagem interessante na minha formação...assim... enquanto pessoa, mesmo, que enfim, já são quase dez anos, né, dentro do espaço da universidade... o que não significaria muito se não tivesse me aberto pra isso, mas me atravessou, né?! E que bom... **porque eu me encontrei.**

Já para Dominique, a universidade se mostrou relevante desde o momento do seu ingresso enquanto se reconhecia como pessoa cis, em 2015, no curso de Química. Segundo um trecho da sua entrevista, ele relata sobre a mudança de curso e sua autopercepção sobre a não-binariedade:

(Dominique): E aí eu troquei pra BI de Ciências e Tecnologias em 2017. E em 2019 eu troquei pra Dança. E **eu só fui me entender uma pessoa não binária em 2020, 2021**. Por aí. Então pra mim é um entendimento meio recente. Mas sempre me entendia, eu me referia antes enquanto um homem cis não con²⁶[não-conforme de gênero] ... tipo ...

Além disso, Dominique destaca a relevância da universidade, principalmente, pelo rompimento do padrão lésbica-gay, que é o mais comum de se ter como referência.

(Dominique): /.../ Então eu sempre me entendi enquanto dos 13 anos eu já era gay, abertamente gay tipo, assim... sou gay. Aí, **na faculdade eu comecei a conhecer travestis, pessoas trans, pessoas muito esquisitas, fora da normatividade comecei a andar no meio de drag que é uma coisa bem freaky, diferente até porque eu não ando com drags meninhas, é um rolê de drag monstruosa, então é outro meio artístico de expressão**. Se não fosse pela UFBA, talvez eu demorasse muito mais. Passasse talvez muitos mais anos me entendendo enquanto gay cis até conseguir entender quem eu sou de fato assim. Então, sem dúvida, foi necessário. Tipo, necessário mesmo necessário.

Ao narrarem papel contributivo da universidade na formação e consolidação das suas autopercepções de gêneros, há de se pensar na perpetuação de epistemes hegemônicas, sobretudo em como interromper e incluir novos modos de produzir e disseminar conhecimento e valorizar sua “subjetividade ativa”, isto porque “as histórias de resistência na diferença colonial são o lugar onde precisamos morar, aprendendo uns sobre os outros e outras” (Lugones, 2014, p. 385).

Sob outro enfoque, Ariel fez um desabafo sobre o sentimento de frustração em relação à universidade. Conforme o trecho da sua entrevista: “**para a academia é assim que a gente vai existir... para além de ser pessoas que estão na academia vai ser um tema relevante para a academia quando a academia começar a discutir ele**” (Ariel). Com base nisso, Ariel acredita que a força de representação política das/des/dos estudantes não-binários terá mais efeito quando a universidade valorizar sua autodeterminação (Nascimento, 2021).

Compreendemos que a universidade exerce forte influência na formação e consolidação da autopercepção de gênero das/des/dos estudantes, principalmente por ser um espaço disponível para as interações sociais, como também onde as/es/os estudantes podem se expressar mais livremente e aprender umas/umes/uns com outras/outres/outros. Além disso, notamos que a universidade tem como potencial o incentivo da autodeterminação das/des/dos estudantes nas produções científicas.

²⁶ Aqui a/u estudante interrompe a sua fala, porém, posteriormente, complementa com a informação com “não-conforme de gênero”.

3.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, nosso interesse foi descrever e analisar as vivências de estudantes não-binários na Universidade Federal da Bahia e compreender se estas vivências foram afetadas por políticas ou práticas administrativas, quando não-inclusivas, denominadas, violência administrativa, e/ou pela influência de práticas cisheterossexistas.

Identificamos que as vivências enquanto estudantes não-binários se baseiam no entendimento acerca da autopercepção de gênero, das subjetividades e da não-binariedade no contexto universitário. Um dos aspectos centrais que atravessam as vivências das/des/dos estudantes é a cisheteronormatividade, que determina as coerências binárias de gênero e impõe uma matriz de inteligibilidade que define o que é compreendido e aceito como “normal”. A partir dos relatos das/des/dos estudantes foi possível identificar situações que envolvem a leitura social das subjetividades de gêneros, a partir de parâmetros normativos binários, que impactam a autoimagem e geram microagressões, como *misgendering* e tokenismo. Destacamos a relação entre corpo e linguagem, sendo o corpo espaço considerado como referência onde as normas de gênero são impostas, e a linguagem como parte da constituição do sujeito e instrumento de reivindicação da própria existência, e, portanto, afirmação de gênero.

Sobre os aspectos estruturais e estruturantes da universidade em relação às/es/aos estudantes não-binários, observamos que a análise das percepções das/os/es estudantes aponta para uma experiência mista: alguma/nes/ns relatam uma relação sensível e respeitosa existente entre parte de professoras/ries/es, enquanto outras/es/os destacam a continuidade de práticas cisheterossexistas e a falta de abertura ao diálogo sobre diversidade de gênero. A avaliação dos formulários institucionais também trouxe à tona a ausência de opções claras para a autoidentificação não-binária, onde a opção “outros” é percebida por algumas/nes/ns estudantes como um apagamento de suas identidades, o que pode configurar uma forma de violência administrativa (Ford *et al.*, 2021). Dentre as sugestões, destacamos a criação de um campo livre onde estudantes possam se autodeclarar, respeitando a multiplicidade de transidentidades.

Ainda que os banheiros sejam locais onde subjetividades e práticas cisheteronormativas são reforçadas, tornando-se palco de vigilância e exclusão para identidades fora do padrão binário, os relatos revelaram o banheiro não-binário da Faculdade de Dança como exemplo positivo de convivência, mesmo considerando que é preciso ampliar as possibilidades de inclusão. Embora a maioria das/es/os estudantes demonstre confiança para fazer denúncias ou mesmo o (des)conhecimento sobre onde e a quem denunciar as agressões no espaço da

universidade, há ceticismo em relação à apuração e aplicação de sanções administrativas, o que aponta para a necessidade de uma reformulação nas práticas de apoio e acolhimento.

Com base nos relatos das/des/dos estudantes, o debate mais sensível perpassa pelos tensionamentos entre a comunidade trans em relação ao reconhecimento da não-binariedade como transidentidade e, conseqüente, como postulantes de direito à reserva de vagas supranumerárias para pessoas trans. Identificamos o julgamento de invalidação como elemento que provoca fissura representacional. Em virtude disso, parte da população estudantil não-binária estudada reivindica o uso da terminologia trans não binária como uso político em prol da sua autodeterminação e autorrepresentação.

Por outro lado, os resultados encontrados colocam a universidade como fonte potencial de emancipação das/des/dos estudantes não-binários, exerce forte influência na formação da autopercepção de gênero das/os/es estudantes, uma vez que é um espaço propício para interações sociais e um campo aberto à diversidade.

Com base nisso, a pesquisa pretende contribuir com a sugestão de alteração na normativa referente à reserva de vagas supranumerárias para as pessoas trans (transexuais, transgêneros e travestis) para que se inclua a terminologia **não-binária**, reconhecida uma transidentidade, no sentido de minimizar as violências em torno das invalidações sofridas por esta população. Por esta razão, torna-se importante estimular e inserir esta população na disputa da produção de políticas afirmativas no ensino superior.

Em resumo, esta investigação buscou compreender as vivências da população estudantil não-binária no ensino superior, tendo em perspectiva a realidade brasileira e baiana em uma universidade pública, destacando como importante contributo o enfoque das pessoas não-binárias enquanto transidentidade na tentativa de ampliar sua visibilidade, já que existe uma tendência em assentá-los como um grupo monolítico e padronizado.

Vale ressaltar que na trajetória acadêmica, o movimento de amadurecimento, transformações e autopercepções das/des/dos estudantes perpassa e/ou coincide com os processos de transição de gênero que podem acontecer em qualquer etapa do percurso estudantil e isso possui e/ou possuirá implicações na reserva de vagas supranumerárias para as pessoas trans. Sendo assim, indicamos que estudos futuros possam explorar esta passagem, ou seja, o processo de transição da/de/do estudante durante seu percurso acadêmico. Tal situação contribuirá com a comunidade científica na produção e na disseminação do conhecimento, especialmente para a população trans não-binária.

Consideramos como limitação do estudo o fato de não ter sido possível aprofundar nos aspectos interseccionais de raça e classe social, uma vez que estes aspectos surgiram na

abordagem da temática das vagas supranumerárias para pessoas trans, que inclusive merece um exame próprio, como já dito, haja vista que a reserva de vagas é uma forma de inclusão social por meio de reconhecimento de direitos e garantia da equidade, do acesso e da permanência de todas/todes/todos estudantes em situação divergente da hegemônica.

Mesmo que barreiras, obstáculos, dificuldades e armadilhas sejam postos contrários ao avanço da implementação de ações afirmativas nas Instituições de Ensino Superior, ainda assim é possível desafiar o histórico sistema de desigualdades sociorraciais e de gêneros e evitar sua perpetuação no ambiente acadêmico.

Outro aspecto observado como limitador à pesquisa refere-se à “navegação” das/des/dos estudantes no *campus*, isto é, não houve dados suficientes para indicar ameaça à circulação das/des/dos estudantes entre os *campi* por meio do transporte institucional, o BuzUFBA, no restaurante universitário, nos estacionamento, praças de convivência, entre outros.

Por fim, como resultado, a pesquisa apresenta o estímulo ao ensino e à aprendizagem da não-binariedade no estudo de gêneros e sexualidades por meio da vivência das/des/dos estudantes não-binárias da Universidade da Bahia, ao passo que oferece visibilidade a esta população retratando sua realidade, e principalmente, por oportunizar que suas vozes sejam ouvidas por intervenção dos seus relatos. Assim, apresentamos à Universidade Federal da Bahia uma proposta para melhorias de práticas administrativas e estruturais, como as apontadas nos formulários e banheiros e, à sociedade, uma proposta dialógica para futuros profissionais e, desde já, cidadãos/cidadãs.

REFERÊNCIAS

ANTRA, ABGLT. **Mortes e violências contra LGBTI+ no Brasil: Dossiê 2022**. Acontece Arte e Política LGBTI+. Florianópolis: Acontece, 2023.

ARÁN, Márcia; PEIXOTO JÚNIOR, Carlos Augusto. Subversões do desejo: sobre gênero e subjetividade em Judith Butler. **Cadernos Pagu**, n. 28, janeiro-junho, 2007, p. 129-147.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BATISTA, Eraldo Carlos; MATOS, Luís Alberto Lourenço; NASCIMENTO, Alessandra Bertasi. A entrevista como técnica de investigação na pesquisa qualitativa. **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada**, Blumenau, v. 11, n. 3, p. 23-38, TRI III, 2017.

Disponível em:

<https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/rica/article/view/17910>. Acesso em: 25 ago 2023.

BRANDÃO, Juliana. Dissensos sociais e respostas penais – racismo, injúria racial e violência contra LGBTQIAPN+. In: FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **18º**

Anuário Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo, 2024. p. 109-120. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/123456789/253>. Acesso em: 25 out. 2024.

BENEVIDES, Bruna G. Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2023. *In: ANTRA – Associação Nacional de Travestis e Transexuais. Distrito Drag.* Brasília, 2024. p. 80-103. Disponível em: <https://antrabrasil.org/>. Acesso em: 29 set. 2024.

BENTO, Berenice. **O que é Transexualidade.** São Paulo: Editora Brasiliense, 2008.

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual.** 3. ed. Salvador: Editora Devires, 2017.

BENTO, Berenice; PELÚCIO, Larissa. Despatologização do gênero: a politização das identidades abjetas. **Estudos Feministas**, Florianópolis, n. 2, maio-ago, 2012, p. 569-581. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/GYT43pHGkS6qL5XSQpDjrqi/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 01 jun 2024.

BORBA, Rodrigo. A linguagem importa? Sobre performance, performatividade e peregrinações conceituais. **Cadernos PAGU**, n. 43, julho-dezembro, 2014, p. 442-473. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/T86yvM4tkCzZts3kVwqKPOG/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 16 set. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Dispõe sobre diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 13 jun. 2013a.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 2.803, de 19 de novembro de 2013.** Brasília, 2013b.

BRASIL, Ministério da Saúde. Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 24 mai. 2016.

BUDGE, Stephanie L.; DOMINGUEZ, Sergio Jr; GOLDBERG, Abbie E. Minority stress in nonbinary students in higher education: the role of campus climate and belongingness. **Psychology of Sexual Orientation and Gender Diversity**, Washington, v. 7, n. 2, p. 222-229, June 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.1037/sgd0000360>. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/doiLanding?doi=10.1037%2Fsgd0000360>. Acesso em: 05 mar. 2023.

BUTLER, Judith. Regulações de gênero. **Cadernos Pagu**, n. 42, p. 249-274, 2014.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade.** 16. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BUTLER, Judith. Gênero em tradução: além do monolinguismo. **Cadernos de Ética e Filosofia Política.** Dossiê II Encontro do GT Filosofia e Gênero v. 39, n. 2, 2021, p. 364-387.

CASTRO, Roney Polato de; REIS, Neilton dos. Romper binários de gênero e sexualidade: ensaiar uma educação não-binária. **Margens Revista Interdisciplinar**. Dossiê: Corpo, Gênero e Sexualidade, n. 17, p. 108-124. dez. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/revistamargens/article/view/5437>. Acesso em: 16 jan. 2023.

CHAUÍ, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 24, 2003, p. 5-15.

COLLING, Leandro. **Gênero e sexualidade na atualidade**. Salvador: Superintendência de Educação a Distância, 2018.

DAY, Jack K; GOLDBERG, Abbie E.; TOOMEY, Russell B; BEEMYN, Genny. Associations between trans-inclusive resources and feelings of inclusion in campus LGBTQ+ groups: differences for trans students of color. **Psychology of Sexual Orientation and Gender Diversity**, Washington, v. 10, n. 3, p. 1-13, 8 Dec. 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.1037/sgd0000616>. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/doiLanding?doi=10.1037%2Fsgd0000616>. Acesso em: 05 mar. 2023.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, N.; LINCOLN, Y. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. cap. 1, p. 15-41.

FLINT, Maureen A.; KILGO, Cindy Ann; EMSLIE, Kit; BENNETT, Lauren A. The Nexus of Trans Collegians' Pronouns and Name Practices Navigating Campus Space(s): Beyond the Binary. **Journal of Diversity in Higher Education**, v. 16, n. 4, p. 471–485, Set. 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.1037/dhe0000349> Disponível em: <https://psycnet.apa.org/doiLanding?doi=10.1037%2Fdhe0000349>. Acesso em: 05 mar. 2023.

FORD, Karly S.; ROSINGER, Kelly O.; CHOI, Junghee; PULIDO, Gabriel. Toward gender-inclusive postsecondary data collection. **Educational Researcher**, Washington, v. 50, n. 2, p. 127-131, Oct. 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.3102/0013189x20966589>. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.3102/0013189X20966589>. Acesso em: 22 mar. 2023.

FONTANELLA, Bruno; RICAS, Janete; TURATO, Egberto R. Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, n. 24, v. 1, p. 17-27, jan. 2008. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2008000100003>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/Zbfsr8DcW5YNWVkyMVBByhrN/?lang=pt>. Acesso em: 14 set. 2024.

GAMSON, Joshua. As sexualidades, a teoria queer e a pesquisa qualitativa. In: DENZIN, N.; LINCOLN, Y. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. cap. 12, p. 345-362.

GARCIA, Wallisten Passos; PAN, Miriam Aparecida G. de Souza. Vivência acadêmica, formação universitária, desenvolvimento humano: contribuições de Vigotski ao Ensino Superior. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 27, 2023, p. 1-8. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/dhRPZsKFZL3MPZrMZbzgsGR/>. Acesso em: 12 set. 2024.

GGB, Grupo Gay da Bahia. **Observatório da Violência 2021**. José Marcelo Domingos de Oliveira, Luiz Mott, Toni Reis (Org.). Salvador, 2021.

GGB, Grupo Gay da Bahia. **Observatório da Violência 2023**. José Marcelo Domingos de Oliveira, Luiz Mott, Toni Reis (Org.). Salvador, 2023.

GOLDBERG, Abbie E.; KUVALANKA, Katherine; DICKEY, Lore. Transgender graduate students' experiences in higher education: a mixed-methods exploratory study. **Journal of Diversity in Higher Education**, Washington, v. 12, n. 1, p. 38-51, 2019.

DOI:<http://dx.doi.org/10.1037/dhe0000074>. Disponível em:

<https://psycnet.apa.org/doiLanding?doi=10.1037%2Fdhe0000074>. Acesso em: 05 mar. 2023.

GOLDBERG, Abbie E.; MCCORMICK, Nora; MATSUNO, Em; VIRGINIA, Haylie; BEEMYN, Genny. Transgender Graduate Students: considerations, tensions, and decisions in choosing a graduate program. **Journal of Homosexuality**, New York, v. 69, n. 9, p. 1549-1575, Apr. 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.1080/00918369.2021.1919476>. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/00918369.2021.1919476>. Acesso em: 05 mar. 2023.

HARAWAY, Donna. Manifesto ciborgue Ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: HOLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

HOGG, Michael A.; VAUGHAN, Grahan M. **Social Psychology**. 9th ed. New York: Pearson Education, 2022.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre Identidade de Gênero: Conceitos e Termos**. 2. ed. Brasília: DA/FBN, 2012.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Feminismo e identidade de gênero: elementos para a construção da teoria transfeminista. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 10, Florianópolis, 2013. **Anais Eletrônicos [...]**. 2013. Disponível em: <https://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/site/anaiscomplementares>. Acesso em: 08 set. 2024.

JESUS, Jaqueline Gomes de. As guerras de pensamento não ocorrerão nas universidades. In: COLLING, Leandro (Org.). **Dissidências sexuais e de gênero**. Salvador: EDUFBA, 2016. p. 217-232.

JESUS, Jaqueline Gomes de; ALVES, Harley. Feminismo transgênero e movimentos de mulheres transexuais. **Revista Cronos**, [S. l.], v. 11, n. 2, 2012, p. 8-19. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/2150>. Acesso em: 23 set. 2024.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano**. Tradução Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.

KNUTSON, Douglas; MATSUNO, Em; GOLDBACH, Chloe; HASHTPARI, Halleh; SMITH, Nathan Grant. Advocating for transgender and nonbinary affirmative spaces in graduate education. **Higher Education**, Washington, v. 83, n. 2, p. 461-479, Feb. 2021.

Springer Science and Business Media LLC. DOI: <http://dx.doi.org/10.1007/s10734-020-00673-5>. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10734-020-00673-5>. Acesso em: 05 mar. 2023.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia de gênero. *In*: HOLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

LEFEVOR, Tyler G.; BOYD-ROGERS, Caroline C.; SPRAGUE, Brianna M.; JANIS, Rebecca A. Health disparities between genderqueer, transgender, and cisgender individuals: an extension of minority stress theory. **Journal of Counseling Psychology**, Washington, v. 66, n. 4, p. 385-395, July 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.1037/cou0000339>. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/doiLanding?doi=10.1037%2Fcou0000339>. Acesso em: 22 mar. 2023.

LORDE, Audre. Não existe hierarquia de opressão. *In*: HOLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

LOURO, Guacira Lopes. Teoria Queer – Uma política pós-identitária para a educação. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, Ano 9, 2º semestre, 2001, p. 541-553.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 320, dez. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/QtnBjL64Xvssn9F6FHJqznb>. Acesso em: 31 mar. 2023.

MATOS, Marília. **Cisnormatividade e presenças trans em universidades públicas da Bahia**. 2022. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2022.

MATSUNO, Em; HASHTPARI, Halleh; DOMINGUEZ, Sergio Jr.; MARONEY, Meredith R.; GONZALEZ, Kirsten A.; KNUTSON, Douglas. “There’s no real roadmap that I know of”: experiences of transgender and nonbinary graduate students in counseling psychology programs. **Journal of Counseling Psychology**, Washington, v. 70, n. 1, p. 16-29, Jan. 2023. <http://dx.doi.org/10.1037/cou0000647>. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/doiLanding?doi=10.1037%2Fcou0000647>. Acesso em: 05 mar. 2023.

MARX, Robert A.; MAFFINI, Cara S.; PENA, Frank J. Understanding nonbinary college students’ experiences on college campuses: an exploratory study of mental health, campus involvement, victimization, and safety. **Journal of Diversity in Higher Education**, Washington, v. 16, n. 5, p. 1-16, June 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.1037/dhe0000422>. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/doiLanding?doi=10.1037%2Fdhe0000422>. Acesso em: 05 mar. 2023.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da Pesquisa Social. *In*: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. cap. 1, p. 9-29.

MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 32, n. 3, set-dez. 2017, p. 725-747.

NASCIMENTO, Leticia Carolina Pereira do. **Transfeminismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

OLIVEIRA, José Marcelo Domingos de; MOTT, Luiz. (Org). **Mortes violentas de LGBTQ+ no Brasil: relatório 2021**. Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2022.

PARKER, Charlie; SCOTT, Sam; GEDDES, Alistair. *Snowball Sampling*. **SAGE Publications**, p. 1-13, 2019. Disponível em: <https://methods.sagepub.com/foundations/snowball-sampling>. Acesso em: 20 dez. 2022.

PRECIADO, Paul. **Manifesto Contrassexual - Práticas subversivas de identidade sexual**. São Paulo: N-1 Edições, 2014.

PRECIADO, Paul. Lixo e Gênero, Mijar/Cagar, Masculino/Feminino. **Revista Performatus**, Inhumas, ano 7, n. 20, p. 1-5 abr. 2019. Disponível em: <https://performatus.com.br/traducoes/lixo-e-genero/>. Acesso em: 28 set. 2024.

RUBIN, Gayle. Pensando o Sexo. (1984). In: RUBIN, Gayle. **Políticas do Sexo**. Tradução Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Ubu Editora, 2017. p. 63-128.

SIEGEL, Derek P. Transgender experiences and transphobia in higher education. **Sociology Compass**, [s. l.], v. 13, n. 10, p. 1-13, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.1111/soc4.12734>. Disponível em: <https://compass.onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/soc4.12734>. Acesso em: 05 mar. 2023.

SPIVAK, Gayatri C. Pode o Subalterno falar? In: HOLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

STAKE, Robert E. **Pesquisa qualitativa: estudando como as coisas funcionam**. Porto Alegre: Penso, 2011. [recurso eletrônico].

VERGUEIRO, Viviane. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade**. 2015. 224 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

VIANA, Carolina Pinto; DELGADO, Igor Matheus; ROSA, Anderson; NEVES, Vanessa Ribeiro; SIQUEIRA, Lucíola D'Emery. A vivência de estudantes transgênero na universidade. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v. 35, p. 1-8., 2022. Disponível em: DOI: 10.37689/acta-ape/2022AO019666. Acesso em: 23 jan. 2023.

VIESENTEINER, Jorge Luiz. O conceito de vivência (*erlebnis*) em Nietzsche: gênese, significado e recepção. **Kriterion**, Belo Horizonte, n. 127, p. 141-155, jun., 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/kr/a/bKmfZZSzhGkDGy58KN6yJLr/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 set. 2023.

VINUTO, Juliana. A Amostragem em Bola de Neve na Pesquisa Qualitativa: um Debate em Aberto. **Temáticas**, Campinas, n. 44, p. 202-218. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/tematicas.v22i44.10977>. Acesso em: 27 dez. 2022.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das discussões empreendidas no capítulo que comportou a revisão integrativa e o artigo que realizou a pesquisa de campo utilizados nesta dissertação, é possível concluir acerca de algumas compreensões de forma sistêmica, pois cada trabalho já possui suas considerações e conclusões inerentes aos seus objetivos. Assim, neste momento, vale ressaltar algumas conclusões que possuem integração e são recorrentes em todos os trabalhos.

No primeiro trabalho, exploramos a vivência de estudantes não-binários de universidades localizadas em outros países como EUA, Canadá, Austrália. O estudo revelou os desafios sociais e emocionais que afetam a permanência, em comparação com estudantes cisgênero. Termos como “gênero queer” e “gênero diverso” estão em ascensão, destacando as diversas identificações de gênero. O estudo alerta sobre a invisibilidade dessa população, que é muitas vezes vista como um grupo homogêneo, além de destacar maiores estressores e problemas de saúde mental entre esses estudantes. Também identifica o medo de relatar experiências negativas relacionadas ao heterossexismo, o que indica um desafio institucional. O estudo sugere investigações futuras sobre aspectos raciais e recomenda políticas institucionais para maior inclusão e visibilidade dos estudantes não-binários.

Na pesquisa empírica, conhecemos a realidade dos estudantes não-binários da Universidade Federal da Bahia, destacando os impactos de políticas e práticas cisheteronormativas que reforçam a binariedade de gênero, afetando sua autopercepção e gerando microagressões como *misgendering* e tokenismo. A pesquisa revela desafios na relação com professores e nas práticas administrativas, como a falta de opções de identificação não-binária em formulários, vista como “violência administrativa”. Embora haja avanços, como o banheiro não-binário da Faculdade de Dança, ainda persiste o ceticismo sobre a eficácia de denúncias de discriminação na universidade. Além disso, o estudo sugere incluir a terminologia “trans não-binária” nas políticas de reserva de vagas para pessoas trans, a fim de ampliar a visibilidade e os direitos dessa população. Ressalta-se também a importância de se discutir o reconhecimento da não-binariedade como transidentidade para garantir a inclusão. Limitações do estudo incluem a falta de aprofundamento nas interseccionalidades de raça e classe e a escassez de dados sobre a circulação segura no *campus*.

A pesquisa propõe melhorias na universidade, como mais opções de inclusão, visando criar um ambiente mais inclusivo para pessoas não-binárias e fortalecer o diálogo sobre gêneros e diversidade na sociedade.

Percebemos similaridades nas experiências das/des/dos estudantes estrangeiros e brasileiros em relação à falta de confiança em realizar denúncias nas universidades, principalmente nas dimensões que incluem negligência em tomar medidas para apurar os fatos e seguir com a investigação, proteger as/es/os estudantes que denunciam, assim como protegê-las/les/los da retaliação pós-denúncia, promover medidas corretivas contra a/o infratora/r.

Outro movimento gira em torno da linguagem inclusiva e/ou pronome de preferência pelas/pelus/pelos estudantes em atenção à sua autopercepção de gênero, a maioria das universidades não apresentam uma política direcionada para o assunto, mesmo que existam núcleos, grupos de estudos, departamentos institucionais que incluam estudos sobre gêneros e sexualidade. Em geral, as/es/os professoras/ies/es têm autonomia para adotar ou não o uso de linguagem inclusiva nas salas de aula e têm a liberdade para expressarem opiniões diferentes sobre a temática, desde que mantenham a responsabilidade perante as/es/os estudantes de respeitarem as suas subjetividades e não cometerem práticas de *misgendering*, que acabam por acontecer, seja por relutância ou esquecimento.

A questão dos banheiros é tema bastante sensível por ser um espaço de segregação de gêneros com volumoso histórico de violência. Ocorre que, na realidade brasileira, restaram evidentes tentativas de inclusão por meio da introdução de banheiros não-binários, em alguns *campi*, a exemplo do prédio de aulas da Faculdade de Dança.

Este estudo almejou compreender as vivências das/des/dos estudantes não-binários da Universidade Federal da Bahia, tendo como ponto de partida a compreensão de vivências de estudantes não-binários de universidades localizadas em outros países como EUA, Canadá, Austrália, entre outros por meio de uma revisão integrativa de literatura.

Com isso, consideramos que a caminhada rumo a uma verdadeira inclusão ainda é longa e demandará muito aprendizado. De toda sorte, por meio desta investigação tornou-se possível participar a população estudantil não-binária de modo a visibilizar sua agenda política perante a universidade e a sociedade.

Estudos futuros podem ampliar a temática para professoras/ries/res que se autodeclarem não-binários no ensino superior como possibilidade de análise da presença, da representatividade e da experiência destas pessoas enquanto membros da comunidade acadêmica.

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do Projeto: Vivências de estudantes não-binários na Universidade Federal da Bahia

Nome do/a/e participante:

Data de nascimento:.....

Prezado/a/e Participante,

Você está sendo convidada/o/e como voluntária/o/e a participar da pesquisa que tem por objetivo conhecer como se dá as vivências de estudantes não-binários na Universidade Federal da Bahia.

Acreditamos que ela oferecerá importante contribuição para a população não-binária em termos de visibilidade e fortalecimento de direitos e conquistas no âmbito institucional outrora ignorados.

A sua opinião acerca da temática apresentada será coletada a partir da realização de entrevista semiestruturada com duração média de 50 minutos. A entrevista será presencial ou na sua impossibilidade na modalidade remota, tendo o áudio gravado e transcrito, e as respostas serão tabuladas para análise qualitativa. A pesquisadora garantirá o ressarcimento das despesas decorrentes da sua participação, como transporte e alimentação, quando da modalidade presencial, se necessário bem como o acesso aos resultados da pesquisa.

As informações serão utilizadas para fins de pesquisa, sem identificação dos nomes dos/das/des participantes, assegurando assim a sua privacidade. Os dados coletados serão utilizados única e exclusivamente para fins desta pesquisa, e os resultados poderão ser publicados em aulas, congressos, eventos científicos, palestras ou periódicos científicos sem qualquer possibilidade de identificação dos/das/des participantes da pesquisa. Todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais. Somente a pesquisadora e os pesquisadores-orientadores terão conhecimento dos dados. Todo o material dessa pesquisa será mantido em sigilo pela própria pesquisadora e será destruído após cinco anos do término da pesquisa.

Você poderá solicitar esclarecimentos sobre os procedimentos e outros assuntos relacionados com a pesquisa, podendo interromper sua participação em qualquer etapa do trabalho, sem a necessidade de justificativa, sem que isso lhe traga prejuízo.

Caso sejam identificadas situações, durante a realização das entrevistas, de desconforto, poderá ser feito contato imediatamente com a pesquisadora. Caso o desconforto se manifeste em momento posterior a entrevista, o contato poderá ser feito através do e-mail:

erikamoutinholeone@gmail.com e esta responsabilizar-se-á por avaliar a situação e, se houver a necessidade de atendimento profissional especializado, fará o encaminhamento do/da/de participante.

Agradecemos a sua participação na realização desta atividade de pesquisa e colocamo-nos à disposição para esclarecimentos adicionais com os pesquisadores-orientadores do projeto, Prof. Dr. Gabriel Ribeiro e Prof. Dr. Gilian Leandro de Queiroga e a pesquisadora Erika Moutinho Leone que podem ser contatados pelos e-mails: fta_gabrielribeiro@ufrb.edu.br / gillianqueiroga@ufba.br / erikamoutinholeone@gmail.com Esta pesquisa está sendo supervisionada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFBA que atua para garantir que seus direitos como participante sejam respeitados, por isso disponibilizamos os contatos, caso necessite tirar alguma dúvida que seja de competência do comitê: Comitê de Ética em Pesquisa da Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia – UFBA, localizado na Rua Augusto Viana- SN, 4º andar da Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia, Bairro do Canela, Salvador-Bahia. E-mail: cepee.ufba@ufba.br / Tel: 3283-7615.

Este termo será entregue, em duas vias, sendo uma via do/a/e participante e a outra da pesquisadora responsável pela pesquisa.

Consentimento Livre e Esclarecido

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, de forma livre e esclarecida, manifesto meu consentimento em participar da pesquisa. Declaro que recebi a via deste termo de consentimento, e autorizo a realização da pesquisa e a divulgação dos resultados obtidos neste estudo.

Salvador, de de

.....

Nome de assinatura do/a/e participante da pesquisa

.....

Erika Sales Moutinho Leone (Pesquisadora)

APÊNDICE B – INSTRUMENTO DE COLETA DA DADOS – ROTEIRO DE ENTREVISTA

Abertura:

- Como devo me dirigir a você ao longo desta entrevista?
- Qual identidade de gênero você acha que melhor descreve você?

1) Vivências em torno da violência administrativa

- Até que ponto os professores são educados e sensíveis em relação às questões sobre diversidade de gênero?
- Até que ponto os servidores TAE e terceirizados são educados e sensíveis em relação às questões sobre diversidade de gênero?
- Por favor, indique maneiras específicas pelas quais o corpo docente demonstrou consciência e sensibilidade, ou ignorância e insensibilidade, em relação a questões de diversidade trans/de gênero. Fale sobre as maneiras pelas quais os professores manifestaram ausência de consciência sobre nuances e espectros das identidades de gênero, por exemplo, identidades não-binárias.
- Por favor, indique maneiras específicas pelas quais os servidores TAEs e terceirizados demonstraram consciência e sensibilidade, ou ignorância e insensibilidade, em relação a questões de diversidade trans/de gênero. Fale sobre as maneiras pelas quais os TAEs manifestaram ausência de consciência sobre nuances e espectros das identidades de gênero (por exemplo, identidades não-binárias).
- O modo como os formulários existentes na universidade questiona a identidade de gênero, principalmente, com o registro “outros”, afeta você de alguma maneira? Como você se sente em relação a isso?
- Você consegue descrever algum episódio referente a utilização dos banheiros da universidade que tenha relação com sua identidade de gênero?

2) Vivências em torno da heterocisnormatividade

- As preocupações com a segurança física e emocional afetam a forma como você apresenta seu gênero no campus?
- Você já deixou de fazer algumas coisas por causa de possível preconceito e/ou discriminação?

- Você já sentiu ou sente medo de ser ridicularizado por causa da sua identidade de gênero?
- Você já presenciou exclusões consideradas heterossexistas e/ou cissexistas, como discriminação, assédio e/ou *bullying* e abuso verbal ou escrito no *campus*?
- Você já presenciou algum incidente no *campus* causado pelo heterossexismo ou cissexismo: que pode ter causado danos físicos ou psicológicos durante o incidente; que tenha causado ferimentos leves (por exemplo, hematomas/cortes, ansiedade passageira menor) ou grave (por exemplo, ossos quebrados, grande estresse psicológico/ansiedade)?
- Você estaria confiante para denunciar, a alguma unidade representativa da universidade, preconceito e/ou discriminação ou violência que alguém tenha sofrido no campus, em relação ao gênero ou sexualidade?
- Onde você se sentiria confortável e confiante para fazer alguma denúncia relacionada a preconceito e/ou discriminação ou violência tenha sofrido no campus, em relação ao seu gênero ou sua sexualidade?
- Por favor, forneça exemplos de casos em que você foi mal interpretado(a) dentro ou fora do *campus*, no que diz respeito a gênero e sexualidade.

Encerramento:

- Você considera a UFBA como uma instituição inclusiva no sentido de reconhecer a população não-binária? Poderia, por favor, explicar sua percepção sobre isso?

APÊNDICE C – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

ESCOLA DE ENFERMAGEM DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA
BAHIA - UFBA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DA EMENDA

Título da Pesquisa: As vivências de estudantes não-binários na Universidade Federal da Bahia

Pesquisador: ERIKA SALES MOUTINHO LEONE

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 75938323.1.0000.5531

Instituição Proponente: Instituto de Humanidades Artes e Ciências Professor Milton Santos

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 7.246.928

Apresentação do Projeto:

Este protocolo de pesquisa tem como objetivo investigar as vivências de estudantes não binários na Universidade Federal da Bahia (UFBA), por meio de entrevistas semiestruturadas. Os dados produzidos serão transcritos e analisados com base na técnica de análise de conteúdo, na modalidade temática. A questão central da pesquisa é: como se dá a vivência de estudantes não-binários na Universidade Federal da Bahia? O campo de estudo será a UFBA, que, segundo a Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento (PROPLAN), contava com pouco mais de 52 mil estudantes de graduação e pós-graduação em setembro de 2022, com base no ano de 2021. A pesquisa contará com a participação de estudantes que se autodeclararem não-binários, acessados por meio da técnica de amostragem em bola de neve. Para garantir a inclusão, os critérios estabelecidos são: estudantes maiores de 18 anos, sem restrição temporal quanto à vivência na universidade. A situação acadêmica no momento da entrevista (como trancamento de matrícula ou reprovação por falta) não será um fator excludente, considerando que a não-permanência também pode impactar as vivências universitárias, foco do estudo. Como critério de exclusão, serão desconsiderados estudantes não-binários menores de 18 anos. A fim de facilitar o acesso aos participantes, a pesquisadora entrará em contato com a TransUFBA, coletivo estudantil que dialoga com a Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil (PROAE), e com o Núcleo de Diversidade e Gênero da Coordenação de Ações Afirmativas, Educação e Diversidade (CAAED), também vinculado à PROAE. Por meio

Endereço: Rua Augusto Viana SN 4º andar da Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia
Bairro: Canalá CEP: 40.110-907
UF: BA Município: SALVADOR
Telefone: (71)3283-7615 Fax: (71)3283-7604 E-mail: cepee.ufba@ufba.br

APÊNDICE C – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

ESCOLA DE ENFERMAGEM DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA
BAHIA - UFBA



Continuação do Parecer: 7.245.028

Outros	InstrumentodecoletadedadosRoteirodaa ntrevista.pdf	21/11/2023 19:15:51	ERIKA SALES MOUTINHO LEONE	Aceito
Declaração de Pesquisadores	TERMODECOMPROMISSODOPEQUII SADOREDAEQUIPEEXECUTORA_assi nado_assinado_assinado.pdf	21/11/2023 19:15:19	ERIKA SALES MOUTINHO LEONE	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	CartaAnuencialHAC.pdf	21/11/2023 19:14:38	ERIKA SALES MOUTINHO LEONE	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investidor	BrochuraProjetoPesquisadetalhado.p df	21/11/2023 19:14:20	ERIKA SALES MOUTINHO LEONE	Aceito
Folha de Rosto	FolhadeRostoErikaSalesMoutinhoLeone assinado.pdf	21/11/2023 19:01:09	ERIKA SALES MOUTINHO LEONE	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

SALVADOR, 26 de Novembro de 2024

Assinado por:
Anderson Reis de Sousa
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Augusto Viana SN 4º andar da Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia
Bairro: Consta CEP: 40.110-907
UF: BA Município: SALVADOR
Telefone: (71)3283-7615 Fax: (71)3283-7604 E-mail: cep@ufba.br